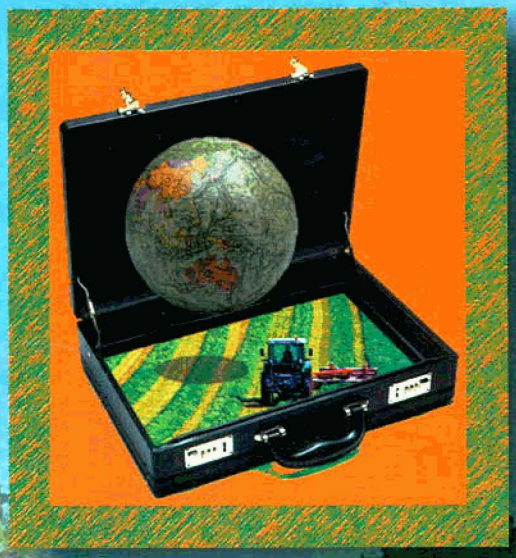
PLANO DE SAFRA: As intenções são as melhores

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ❑ VOL 19 ❑ Nº 7 ❑ 15 DE JULHO DE 1999 ❑ R$ 6,00



FATO POLÍTICO

A Cimeira provou que é possível olhar para o outro lado do Atlântico

PESQUISA FGV:
Melhora a situação das microempresas rurais

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
ISSN 0100-4298
9 770100 429988 00007 >

Receita de sucesso.



DE PRESIDENTE PARA PRESIDENTE: o presidente da Abag, Roberto Rodrigues, passa às mãos do presidente Fernando Henrique um exemplar do livro *Reestruturação no agribusiness brasileiro*.

Exemplares de *Reestruturação no agribusiness brasileiro* podem ser encomendados a R$25,00, pelo telefax (011) 6232-2114, pelos faxes (021) 536-9207 e (011) 256-5968, ou ainda pelo e-mail formula@netpoint.com.br.

Em menos de um mês de lançamento, **Reestruturação no agribusiness brasileiro**, livro organizado por Regis Alimandro e Luiz Antonio Pinazza, ultrapassou todas as expectativas de vendas. Qual a razão desse sucesso? Simples. Tão simples quanto a linguagem com que os organizadores da obra tratam assuntos tão áridos como securitização da dívida, negociações internacionais e perspectivas do agronegócio, só para dar um exemplo. Quer mais? Que outro empreendimento conseguiu reunir num mesmo espaço nomes de peso do moderno pensamento econômico, acadêmico e mercadológico, como Coriolano Xavier, Decio Zylbersztajn, Ivan Wedekin, José Luiz Tejon, Marcelo Prado, Mauro Lopes e Paulo Rabello de Castro? Não é por outro motivo que **Reestruturação no agribusiness brasileiro** já está ocupando o tempo de muita gente importante nesse país. Boa leitura, presidente.

ABRE aspas:

É grande o otimismo do ministro da Agricultura, Francisco Turra, com o Plano Agrícola 1999/2000, que traz como novidade duas importantes medidas de suporte estrutural: a implantação do seguro agrícola ainda este ano e a internacionalização dos mercados futuros, visando à dinamização da comercialização com a atração de capitais privados para o financiamento da produção.

O ministro reconhece que o governo está preocupado com o endividamento que vem excluindo os produtores rurais do acesso ao crédito, mas acredita que a manutenção das taxas de juros praticadas na safra passada e a desburocratização, aliadas à vontade política de encontrar soluções para o setor que garantiu a estabilidade do real, apontam na direção da expansão desse segmento econômico. Expansão que prevê para as culturas de soja, algodão e mandioca, por exemplo, e para a bovinocultura de corte, cujo crescimento e condições para a exportação considera fantásticos, razão pela qual o Plano prioriza o financiamento à retenção de matrizes e à manutenção e recuperação de pastagens.

COMPLEXO EDITORIAL

Safra segura

ELIZABETH FERNANDES



Turra: otimismo com o plano

❑ *O governo anunciou a cifra de R$13,1 bilhões para financiar operações de custeio e investimento agropecuário no ano para a safra 1999/2000. No ano passado foram oferecidos R$11 bilhões, dos quais R$9,4 bilhões foram efetivamente tomados. O que faz prever mudanças para este ano?*

— No ano passado tivemos alguns problemas pontuais. Um deles foi a ausência de recursos da Resolução 63, recursos externos. Primeiro lamentamos, depois demos graças a Deus, porque os que tomaram esse recurso tiveram um prejuízo terrível com a mudança cambial. Outro foi o endividamento: o governo tem consciência da extensão do problema e dos danos que vem acarretando ao longo do tempo, excluindo produtores do crédito agrícola – exatamente as pessoas que têm vocação, propriedade, condição de plantar e adicionar produção nacional. É um problema histórico que o presidente Fernando Henrique Cardoso herdou do período inflacionário e enfrentou com o processo de securitização, com o Pesa, com o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção (Recoop), mas ainda há um saldo remanescente que nos preocupa e que envolve um grande número de produtores. O problema não é nem único, nem pode ter uma regra única, porque há casos e casos, regiões e regiões. É tão pontual, tão subjetivo que merece um tratamento muito cauteloso e o governo está procurando fazê-lo. Acho que o Pesa, esse plano de recuperação de ativos do Banco do Brasil, foi benéfico, pois pela primeira vez permitiu que um banco oficial negociasse prazos e até condições para o produto.

Nos anima agora que o Congresso Nacional está atento, através de uma subcomissão da Comissão de Agricultura, tratando do endividamento. Esse, efetivamente, deve ser o processo, o Congresso tem que estar envolvido, pois as ações dependem quase sempre de legislação especial. A área econômica está sensível e o presidente da República, se enfrentou os problemas com o Pesa e securitização, terá condições de dar continuidade a esse programa.

❑ *A agricultura garantiu a estabilidade do real, mas carrega a maior dívida da história. Em que foi prioritário o tratamento dado pelo governo ao setor?*

— Há muitos pontos para reafirmar o sinal da priorização do próprio presidente. Na safra passada, os juros para o crédito rural de 8,75%, e de 5,75% para máquinas, a despeito das mudanças que ocorreram na economia, quando os juros subiram astronomicamente, os juros agrícolas se mantiveram. Então, o empobrecimento e o endividamento não ocorreram pelos planos agrícolas recentes, mas pelos planos econômicos anteriores, improvisados, que sobrecarregaram o produtor e inviabilizaram a compatibilidade entre o crescimento da dívida e a receita da venda da produção. Se tivéssemos tido um comportamento com relação aos juros como no ano passado, não teríamos o caos em que o produtor se encontrou. Afora isso, acho que há muitas políticas bem-sucedidas, como o zoneamento agrícola; o progra-

ma da agricultura familiar que inexistia e, agora, um programa voltado para a aqüicultura, a piscicultura em especial; a pecuária com o combate à febre aftosa, a defesa agropecuária que abriu portas para o Brasil. Há muitos pontos positivos com envolvimento direto do governo.

❑ *Sobre os limites de financiamento para a cultura de soja, por que o desbalanceamento das regiões Sul e Sudeste? Essas regiões são comparáveis às demais em importância agrícola? O governo está abandonando o Sul e Sudeste?*

— A Secretaria de Política Agrícola cuida, por exemplo, de estimular determinadas culturas em regiões onde elas se façam necessárias e onde possam oferecer mais renda. Nós sabemos que o Sul não pode continuar desabastecido de milho, porque não há mais estoques oficiais para a região. Ou seja, ou o Sul produz ou tem que diminuir a planta industrial, por isso o estímulo oficial. Foi dado também estímulo especial para algumas regiões. É o caso do Maranhão e do Pará, para a produção de soja, porque o custo para eles permite condições de renda maior, devido à proximidade dos portos. A SPA tem feito um levantamento criterioso para estimular algumas regiões ou mesmo desestimular outras, onde o produtor possa ter problemas de renda.

❑ *Em outras palavras, pode-se dizer que o governo começa a privilegiar a transferência da produção de soja para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste em virtude do ganho que se tem com a proximidade dos portos?*

— Numa análise de mercado em que não se faz projeção para longo prazo, mas se olha para o cenário mais imediato, o que se vê é exatamente isso.

❑ *Quando houve, em 1983, a desvalorização cambial forte, a agricultura expandiu a área em dois ou três milhões de hectares. Existe alguma expectativa de haver aumento da área de plantio para o próximo ano, tendo em vista que o produtor se beneficiaria dos preços melhores, embora estejam cadentes?*

— Só não acontece nessa dimensão porque nós tivemos, na safra de 1997/98, expansão de área de 3,5% e de 8,5% na produção. Com a desvalorização teríamos, como um reflexo imediato, o estímulo ao aumento da área plantada. Vamos ter algum, porque esse processo é observado em algumas culturas, como a do milho, em várias regiões do país. Não vamos atingir o que se imaginava porque os preços das principais *commodities* no mercado internacional estão mais baixos, e isso não entusiasmou tanto o produtor a expandir. Mas em algumas culturas teremos um bom crescimento.

❑ *Em relação aos preços mínimos, o que o governo pretende com o incentivo ao algodão e à mandioca. E por que o desestímulo ao arroz longo fino e ao arroz longo? E o milho?*

— Com relação ao preço mínimo nós estamos trabalhando com muita cautela. Arroz, milho e principalmente a soja têm seus preços mínimos diretamente vinculados à própria garantia da securitização. Ou seja, um aumento excessivo do preço mínimo significava, na hora, um aumento efetivo da dívida do produtor no processo de securitização. Como o preço mínimo hoje é uma referência no processo de globalização, não há um grande clamor nacional. Então, estimulamos algumas culturas, como o caso da mandioca e do algodão, uma cultura que está crescendo e nós, que somos importadores, podemos sair dessa dependência porque o novo Eldorado do algodão em Mato Grosso está se revelando um milagre. No caso da mandioca, procurou-se estimular porque de farinha de mandioca, nós que tínhamos excedentes enormes, estamos com os armazéns vazios. Além disso é uma cultura alternativa fundamental, e às vezes única em algumas regiões do país. Para várias regiões do país e para algumas, repito, é a única alternativa.

UM AUMENTO EXCESSIVO do preço mínimo significava, na hora, um aumento efetivo da dívida do produtor no processo de securitização. Como o preço mínimo hoje é uma referência no processo de globalização, não há um grande clamor nacional.

❑ *Há um conflito entre o estímulo que o agricultor vê nas culturas de exportação com a desvalorização do real e a dificuldade de acesso ao crédito, porque ele está encalacrado na dívida. Como sair dessa?*

— Nos preocupa muito isso, porque a gente sabe que tem alguns que emperram a máquina e não têm acesso ao crédito e, pior, eles não saem do processo de endividamento porque, excluídos do crédito rural, caem na mão do agiota, onde morrem mesmo. Uma solução racional é uma medida que tem que ser buscada com apoio do governo, do Congresso, para tentar desbloquear um pouco. A burocracia é um problema, você anuncia e não chega. Este ano tivemos um belo avanço com o credenciamento dos bancos cooperativos de crédito para liberarem o crédito agrícola equalizado. Ou seja, nos 37% dos municípios onde não há agências bancárias, teremos uma Cinered operando o crédito rural e ajudando o Banco do Brasil. Aqui, eu faço uma crítica veemente aos bancos privados, que usam uma clientela seletiva e não correm risco na sua grande maioria. O Banco do Brasil, mesmo com os problemas que existem em algumas agências – até por uma questão de cultura dos seus gerentes –, tem sido indispensável para a agricultura brasileira. Sem ele, o crédito rural não existiria.

❑ *Há cinco anos o governo criou comissões para estudar a implantação do seguro agrícola. Em que pé estão esses estudos e para quando se pode esperar uma definição?*

— Já foi determinada a adoção desse mecanismo que pretendemos implementar até o final de julho e o que está faltando é o Fundo de Calamidade, única exigência das seguradoras para entrarem no processo. Temos 12 seguradoras que aderiram e aguardam apenas o fundo, do qual já temos parte – o Fundo da Estabilidade Rural do Instituto de Resseguros do Brasil

(IRB), que sendo privatizado se transferiria imediatamente para começar a formar esse Fundo de Calamidade. Podemos dizer que está adotado o seguro agrícola no Brasil para operar já nesta safra.

❑ *O senhor pode adiantar alguma coisa sobre o custo disso?*
— Veja, o governo entra com esse fundo e as seguradoras – já há várias competindo – vão entrar cobrindo culturas, regiões, começando este ano o processo que, aliás, já existe no Brasil, com o seguro para a maçã e para o fumo, muito bem-feito. E nós estamos seguindo o modelo mexicano, é um estudo lindo, feito por um grupo nosso e mais um grupo interministerial.

❑ *A Camex está estudando a possibilidade de redução temporária das tarifas de fertilizantes. Com que margens o produtor pode trabalhar?*
— A Camex selecionou alguns itens, cerca de 75% dos fertilizantes, e só falta agora a batida do martelo, mas, como o presidente anunciou, nós o esperamos para breve. A alíquota, em alguns itens, desce de 9% para 3%. A redução vai até o final do ano em alguns casos, em outros um pouco além.

❑ *No caso do Prosolo, qual a taxa real de juros, considerando a correção monetária?*
— O Prosolo faz parte do crédito rural, o juro de 8,75% é seco, fixo, com dois anos de carência e cinco anos de prazo. São R$300 milhões destinados ao programa.

❑ *O senhor defende o subsídio agrícola?*
— Nós estamos brigando pelo fim do subsídio agrícola porque não temos condições de competir. Seria ótimo se fôssemos um país capaz de oferecer o subsídio à agricultura, pelo alto risco que ela oferece. Eu defendo condições ideais de competir com os outros mercados porque temos condições de ser exitosos: temos condições de clima, solo, colhemos três safras em algumas regiões, duas, em outras. Basta que nos dêem condições ideais e já está bom.

❑ *Em que as medidas anunciadas no âmbito do Prodecer vão aliviar o endividamento dos agricultores?*
— Foram tomadas várias medidas no Prodecer e, lamentavelmente, quando houve a desvalorização do real alguma coisa se desajustou. Outras medidas foram tomadas posteriormente e está sendo acompanhado caso a caso, porque uma coisa é o Prodecer 2, outra o Prodecer 3. A determinação do presidente da República é de que eu acompanhe pessoalmente esse processo até o fim. É uma questão bilateral e envolve a credibilidade do Brasil no Japão e no exterior como um todo.

❑ *A suinocultura brasileira tem crescido nos últimos anos. Qual a expectativa e o que impede o crescimento das exportações?*
— A suinocultura enfrenta um problema que julgo fundamental. Não estamos reconhecidos na OIE como zona livre da peste suína clássica. Vamos já proceder à sua analogia, como fizemos com relação à febre aftosa. Abrimos o mercado sul-africano, mas a suinocultura precisa da abertura de mais mercado externo, porque o consumo nacional e os países do Mercosul comprando como compram, é pouco para a suinocultura brasileira se expandir melhor. Vários acordos que estamos firmando, como com o Canadá, que nos reconhece como zona livre, mudam para melhor o cenário.

ESTAMOS BRIGANDO PELO FIM do subsídio agrícola porque não temos condições de competir. Seria ótimo se fôssemos um país capaz de oferecer o subsídio à agricultura, pelo alto risco que ela oferece. Eu defendo condições ideais.

❑ *Com relação à bovinocultura de corte, por que o governo vai concentrar crédito para retenção de matrizes e na recuperação de pastagens. Quanto será destinado?*
— Com a liberação do Sul e com a liberação próxima do Centro-Oeste (o exame sorológico da aftosa será feito de agosto a dezembro, quando reconhecemos a nossa zona livre de febre aftosa, e em maio a OIE bate o martelo), nós temos um rebanho de 100 milhões de cabeças. E este ano a exportação de carne bovina, mesmo sem o reconhecimento da OIE, aumentou 47%. É fantástico o crescimento da procura por carne verde. Então, quando o mundo reconhecer estará se abrindo um cenário diferente.

❑ *Como explicar esse interesse pela compra externa e o abate de matrizes e a conseqüente redução do rebanho?*
— Em algumas regiões, reduziu mesmo, mas como um todo, não. Agora, temos financiamento para retenção de matrizes exatamente porque as condições para a exportação de carne bovina são fantásticas. Na verdade, o setor vive um momento excepcional.

❑ *Que estados ou regiões serão beneficiados com os recursos do Proleite? A concessão do crédito será linear ou obedecerá a critérios?*
— O Proleite é uma medida tomada para o país e, além do crédito rural, com juro fixo de 8,785%, há, um financiamento do BNDES também para a aquisição de equipamentos, de máquinas, a juro de 11,95% com linhas do BNDES de um volume bem significativo. É uma medida para o Brasil, não há critérios seletivos nem prioridades.

❑ *Qual a expectativa do governo ao permitir aplicações de investidores não residentes no país? Pretende atrair investimentos em que produtos?*
— Hoje não temos esse mecanismo e o que acontece é que os nossos investidores vão fazer posições lá fora. Enquanto a Argentina financia 40% da sua safra com o mercado futuro, o Brasil só financia 5%, principalmente culturas de café e soja verde. Essa abertura possibilita que as bolsas de futuros possam chegar e captar recursos lá fora, de fundos de pensão, de investidores, para comprar safras por antecipação. É o novo na agricultura brasileira. Casa bem com o seguro agrícola, porque as seguradoras vão garantir essas operações.

NESTA edição

14 Pesquisa

MPES AGROPECUÁRIAS *Clima de outono*
Melhoraram um pouco as perspectivas das MPEs agropecuárias consultadas em abril último
Salomão L. Quadros da Silva et al.

21 Capa

CIMEIRA *Fato político*
Foi um encontro político, embora as declarações expressem valores comuns dos países participantes
Lia Valls Pereira

24 Análise

PLANO DE SAFRA *Salvação da lavoura*
Depois do choque cambial do início do ano, a agricultura surge como esteio da economia brasileira
Maria José Cyhlar Monteiro

26 Extra!

ALIMENTOS *Demanda e necessidade*
A luta mundial pela segurança alimentar se polariza entre a qualidade e a quantidade de alimentos
Antonio Herminio Pinazza

TENDÊNCIA *Os sem-fábrica* 27
Produzir sem ter uma unidade produtiva é um fenômeno que está se generalizando na agroindústria
Walter Belik

LEITE *Realidade e futuro* 28
Uma análise mostra uma produção modelar ao sul. Mas o Brasil é ainda uma grande promessa
Alzemar José Delfino

BANANA *Sonhando com o mercado* 30
O Nordeste pode fazer do país um grande exportador, mas é preciso atender às exigências do mercado
Clóvis Oliveira de Almeida et al.

MAMÃO *Prejuízos da meleira* 32
Doença epidêmica afeta os mamoeiros do Brasil e põe em risco uma produção importante para o país
Cristiane de Jesus Barbosa et al.

MANGA *Fruta o ano inteiro* 33
A manga brasileira tem a vantagem da oferta na entressafra, mas ainda pode melhorar o desempenho
Clóvis Oliveira de Almeida et al.

DESENVOLVIMENTO *Um novo conceito* ... 36
Um dos maiores méritos das agências é a descentralização da formulação e gestão de políticas públicas
José Carlos Pedreira de Freitas

38 Conjuntura

AVES *O fim dos ovos de ouro*
Frangos demais e milho mais raro põem à prova a maturidade do setor para resolver seus problemas
Irene Raguenet Troccoli

DA redação



Horizonte e certeza

O Plano de Safra 1999/00 anunciado pelo governo no fim de junho, à parte as costumeiras medidas de ajuste de instrumentos de curto prazo, trouxe novidades.

Dentre elas, soube-se que o volume de crédito a ser disponibilizado para o custeio e a comercialização será quase 50% maior do que na safra passada. Já as operações de investimento vão contar com quantidade de recursos 17% maior.

Paralelamente, aumentaram-se os limites de financiamento para as safras de verão, com mais 33% sendo oferecidos para a lavoura de milho e mais 50% para a soja cultivada na porção Sul do país.

O aspecto inovador do pacote, porém, ficou por conta do anúncio de medidas de apoio estrutural ao setor primário brasileiro.

Criaram-se, por exemplo, linhas de crédito específicas para investimento na pecuária leiteira, declaradamente devido à necessidade de se aumentar a competitividade deste segmento no âmbito do Mercosul e da abertura comercial.

A suinocultura, pela primeira vez em sua história, recebeu apoio específico num pacote de safra anual do governo. A atividade foi agraciada com a criação de grupo

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62 591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa
Conselho Diretor
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.
Demais Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Liridolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.
Conselho Curador – *Presidente*: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-Presidente: Armando Klabin
Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Bradesco SA,Banco CCF Brasil SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidade SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (BBM SA), Roberto Dualibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).
Conselho Consultivo – Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.
Instituto Brasileiro de Economia – *Diretor*: Antonio Carlos Porto Gonçalves

de trabalho voltado para a criação de propostas que possibilitem a sua revitalização, numa estratégia dirigida para um esperado avanço nas exportações da carne.

Outra medida impactante foi a determinação de se proceder, até o fim do mês de julho, à internacionalização das Bolsas de Mercados Futuros. Este procedimento, segundo o governo, visa aperfeiçoar as condições de proteção da safra.

Fica claro, portanto, que as medidas deste Plano o colocam em nível diferenciado dos anteriores. A ênfase nas questões estruturais ficou evidente, mostrando um governo mais atento ao fato de que as necessidades do agribusiness transcendem as deliberações de política voltadas apenas para instrumentos imediatistas.

No entanto, a discussão sobre o futuro da agropecuária brasileira engloba muito mais pontos do que os que se podem ver neste Plano de Safra.

Por exemplo, qual será a influência do novo patamar cambial nos negócios e quais as conseqüências previsíveis sobre os resultados finais do setor? Como a (in)capacidade dos agricultores brasileiros em ter acesso ao crédito afetará o desempenho do agribusiness brasileiro a médio e longo prazos? Até que ponto a timidez do governo brasileiro na defesa dos interesses internos no *front* do comércio internacional de alimentos continuará dificultando o crescimento das exportações?

Se o Plano de Safra é, sem dúvida, peça importante para o funcionamento dos negócios no setor primário, por outro lado ele não é auto-suficiente. Melhor seria se o país dispusesse de uma política agrícola consistente e permanente que desse, àqueles que militam no agronegócio, um horizonte mais longo e uma certeza maior em seu planejamento.

Centro de Estudos Agrícolas – Ignez Vidigal Lopes
Revista Conjuntura Econômica – Lauro Vieira de Faria
Centro de Estudos de Finanças – Ricardo Simonsen
Coordenadoria de Projetos – Fernando de Albuquerque
Centro de Estatísticas e Análises Econômicas – Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos de Empresas – Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Preços – Paulo Sidney de Melo Cota
Gerência Administrativa – Sergio Pace

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador – Julian M. Chacel
Chefe do CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes
Redação – Redator-chefe: Regis Alimandro
Redatores setoriais: Daniela de Paula Rocha (algodão), Ernesto Pierobom, Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antonio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).
Colaboradores: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim André Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).
Redatores: César Garcia e Maria Adelaide Oliveira.
Arte: Osvaldo Moreira da Silva (editor), Norma Massa (assistente) e Juliana da Silva Prado (estagiária).
Revisor: Odemir Capistrano.
Contatos com a redação pelos telefones (21) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax (21) 536-9207 ou pelos e-mails regis@fgv.br *e* cgarcia@fgv.br
Suporte técnico: Bruno da Silva Júnior.
Estagiários: Alessandra Santos Vaz, Gregory Honczar, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Seda.
Secretaria e apoio administrativo: Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.
Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 536-9269; fax: (21) 536-9207; e-mail: caique@fgv.br
Representantes comerciais – *Rio* – telefax: (21) 533-3121; *S. Paulo* – tel.: (11) 3061-9754, fax: (11) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br ; *Rio Grande do Sul* – tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.
Circulação – Editora FGV: Elsa Maria Saboia Stephan
Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190, sala 607, CEP 22253-900 ou caixa postal 62 591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777.
Livrarias: *Rio de Janeiro*: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 536-9105; *São Paulo*: Av. Nove de Julho, 2 029 - tel.: (11) 281-7875.

NESTA edição

Conjuntura (continuação) 39
MILHO *Preços prometem*
Menos milho e mais consumo para o segundo semestre do ano compõem uma conjuntura de alta
Rogério Ferreira de Souza

Índice FGV - Abag 40
SUSTO *Preços se acomodam*
Depois do susto do início do ano, provocado pela mudança cambial, os preços voltaram a se acomodar
Maria José Cyhlar Monteiro

Síntese estatística do IBGE 41
COLHEITA *Chuvas de prejuízo*
A má distribuição das chuvas prejudica a colheita e há frustração total da safra nas áreas mais afetadas
Maria José Cyhlar Monteiro

Oferta & demanda 42
CARNES *Preferência nacional*
As carnes têm sempre a preferência, quando há sobra no orçamento familiar destinado a proteínas
Irene Raguenet Troccoli

Legislação agropecuária 43
O Banco da Terra
Íntegra do Decreto nº 3.027, cuja implementação deverá mudar a orientação da Reforma Agrária
Maria José Cyhlar Monteiro

Estatísticas 46

Panorama agropecuário 50

Diário de bordo 54
A ONU e o cooperativismo
Pela primeira vez na história a ONU recomenda aos países filiados que apóiem o movimento cooperativista
Roberto Rodrigues

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS *– Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 536-9207, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (21) 536-9155.*

Para assinar, ligue grátis: **0800-217777**

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte.

AGRO drops

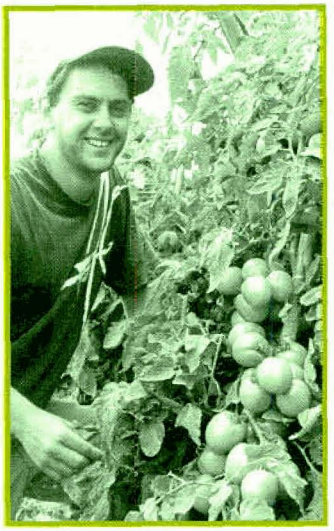
Esalq promove curso de manejo do solo

O Departamento de Solos e Nutrição de Plantas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), anuncia para agosto próximo seu Curso de Especialização em Manejo do Solo. Dirigido a profissionais graduados em engenharia agronômica ou envolvidos em atividades correlatas, o curso vai fornecer as informações necessárias para o adequado manejo dos solos e promover a troca de conhecimento entre os setores de pesquisa e de produção agropecuária.

O programa inclui três módulos de 120 horas, realizados às sextas-feiras à noite e aos sábados, em fins de semana alternados. O primeiro módulo, dedicado a classificação, física e conservação do solo vai de 6 de agosto a 11 de dezembro próximos; o segundo, dedicado a fertilidade do solo e adubação, começa em 11 de fevereiro e termina em 30 de junho do próximo ano; o terceiro módulo, cujo tema é biologia e poluição do solo, começa em 4 de agosto do próximo ano e vai até 2 de dezembro. Mais detalhes podem ser obtidos pelo telefone (19) 422-9197 ou pelo fax (19) 422-1944.

Novo tomate chega com vantagens ao mercado

As primeiras colheitas do tomate híbrido Ataque, recém-lançado no Brasil pela Asgrow, revelaram um produto com dupla



aptidão (serve tanto para molho como para salada) e bem adaptado a diferentes regiões do país. O tomate é um longa-vida híbrido tropical, com sabor e tamanho para competir no segmento de frutos tipo Santa Clara, que vem a ser o preferido pelo mercado.

Os frutos têm formato oblongo, peso médio entre 160 e 200g a unidade, bom sabor, cor vermelha e paredes espessas, que garantem maior resistência ao transporte e conservação pós-colheita. As plantas são resistentes às principais doenças da cultura como o vírus do mosaico do tomate, murcha de *verticillium*, murcha de *fusarium*, *alternaria alternata* e mancha de *estensilium*.

No mês passado a Asgrow realizou um dia-de-campo em Elias Fausto, São Paulo, para mostrar um campo experimental da variedade a produtores e comerciantes de várias regiões. Entre as 150 pessoas que participaram da demonstração, houve consenso de que o novo material deverá mesmo substituir com vantagens o Santa Clara, atualmente o preferido do mercado e campeão de vendas da própria Asgrow.

Anfar faz seminário em setembro

A Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (Anfar) promove nos dias 14 e 15 de setembro, no Mart Center, em São Paulo, o Seminário Internacional de Eqüinocultura, paralelamente à Feira Internacional de Negócios do Cavalo (Eqüestre).

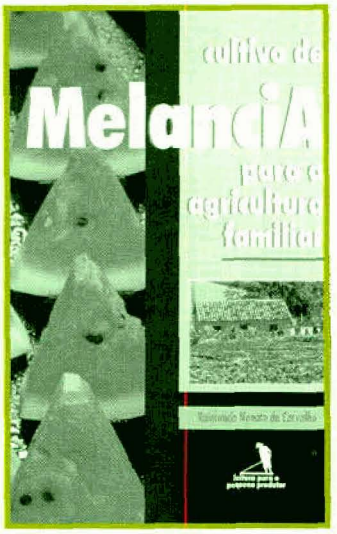
O objetivo dos promotores é tornar o seminário uma tradição, levando a estudantes, criadores e profissionais do setor informações técnicas sobre nutrição, manejo e sanidade de eqüinos, além de proporcionar um ambiente para troca de experiências e oportunidades de negócios.

O seminário se inicia com a palestra Nutrição de Égua em Reprodução e Potro, proferida por Pierre Frumboltz, da Agribrands Purina, EUA; depois será a vez de o veterinário carioca Gustavo Braune falar sobre Medicina Veterinária Ortomolecular, seguido pelo médico Thiago Salles Gomes, que vai abordar o tema Cólicas. No segundo dia de seminário, serão abordados temas como Nutrição de Cavalo Atleta, por Philippe Frauciel, da Royal Horse, França; Treinamento de Cavalo Atleta, por Pierre Frumboltz; e Laminite, por Thiago Salles Gomes. Mais informações pelo telefone (11) 211-3933 ou pelo fax (11) 212-3636.

Embrapa lança livro para agricultura familiar

Para incentivar pequenos produtores e agricultores do sistema familiar de agricultura, a Embrapa está lançando o livro *Cultivo de melancia para agricultura familiar* (foto), de Raimundo Nonato Carvalho, um manual para o plantio da hortaliça que além de rica em nutrientes tem uso medicinal e é própria para ambientes de clima seco e quente.

O livro traz informações tanto para quem quer começar uma plantação de melancia para subsistência ou comercialização quanto para quem quer aumentar



a produtividade da que já possui. Além de ensinar passo a passo técnicas para o cultivo, mostra como e por que a melancia pode auxiliar no trato da hipertensão arterial, da acidez estomacal e de doenças como a gota.

No manual, o leitor tem acesso a técnicas como correção do solo, irrigação, adubação, escolha da variedade, identificação da qualidade da água e como fazer o desbaste de plantas. Tipos de pragas e doenças, e como controlá-las, técnicas de colheita, classificação dos frutos, transporte, como fazer cálculo do custo de produção e como estabelecer preços também estão no livro.

Segundo o autor, com as novas tecnologias simples e baratas, os custos, sobretudo no sistema de irrigação, podem ser reduzidos em 60%. Em termos de produtividade, pode-se alcançar a marca de 80 a 100 toneladas por hectare.

Cultivo de melancia para agricultura familiar pode ser adquirido por R$8,00 pelo telefone

(61) 348-4236, pelo fax (61) 348-2753.

Simpósio discute carne bovina em BH

O programa de qualidade da carne bovina nos Estados Unidos e os projetos em andamento no Brasil serão discutidos no III Simpósio Pfizer sobre Doenças Infecciosas e Vacinas para Bovinos, previsto para os dias 27 e 28 de julho, em Belo Horizonte (MG). O simpósio faz parte da programação do XIII Congresso Brasileiro de Reprodução Animal.

A Pfizer convidou o norte-americano Ron Cravens para detalhar a experiência dos EUA e João Gilberto Bento, diretor do Fundepec/SP, para falar do programa Alianças Mercadológicas, que reúne pecuaristas, frigoríficos e supermercados de São Paulo.

O seminário também trata das perdas verificadas nos frigoríficos brasileiros por conta de lesões nas carcaças bovinas provocadas por medicamentos injetáveis. Tais lesões danificam os cortes e geram danos ao couro e à qualidade da carne bovina.

Informações adicionais podem ser obtidas no Colégio Brasileiro de Nutrição Animal, organizador do Congresso Brasileiro de Reprodução Animal, pelo telefone (31) 491-7122.

Academia britânica aponta falha em estudo

A pesquisa com ratos de laboratório alimentados com batatas transgênicas conduzida pelo cientista escocês Arpad Pusztai parece falha e, portanto, seria injustificável tirar conclusões gerais sobre alimentos geneticamente modificados a partir dela. Esta é a conclusão da Royal Society, academia britânica independente, fundada em 1660 no Reino Unido, para a promoção das ciências naturais e aplicadas.

A Royal Society produziu uma revisão do que é conhecido até hoje sobre o uso de plantas geneticamente modificadas e estabeleceu um grupo de trabalho para examinar questões relacionadas à possível toxidade das batatas alteradas por engenharia genética – incluindo todas as informações referentes ao estudo do Rowett Research Institute nesta área. O Dr. Pusztai desenvolveu seu estudo na época em que trabalhava para esta instituição, que também repudiou a pesquisa. Após a divulgação para a imprensa, ele foi desligado do instituto.

As principais conclusões do relatório da Royal Society sobre o estudo do Dr. Pusztai são:

- Com base nas informações disponíveis, o referido estudo parece falho em muitos aspectos, incluindo sua concepção, execução e análise. Portanto, nenhuma conclusão pode ser obtida a partir dele.
- Não foi encontrada qualquer evidência convincente dos supostos efeitos adversos relacionados às batatas geneticamente modificadas. Onde as informações pareciam mostrar pequenas diferenças entre os ratos alimentados predominantemente com batatas geneticamente modificadas e os que consumiram batatas convencionais, as diferenças não permitiam qualquer interpretação por causa de limitações técnicas dos experimentos e do uso indevido de testes estatísticos.
- O referido trabalho concentrou-se na análise de uma única espécie animal, quando alimentada por um produto particular, modificado pela inserção de um gene específico por um determinado método. Independentemente da pertinência dos resultados, ainda assim eles seriam insuficientes para se chegar a conclusões gerais sobre o impacto do uso de alimentos geneticamente modificados sobre humanos. Cada alimento geneticamente modificado deve ser testado isoladamente.
- Este episódio como um todo reforça a importância de se levar à análise da comunidade científica os resultados de uma pesquisa antes de torná-la pública.

Fungicida interfere nas enzimas da infecção

A AgrEvo anuncia o seu Mythos, fungicida preventivo e curativo, indicado no tratamento de doenças nas culturas de batata, cebola, uva, maçã, tomate e gladíolo. O produto, que pertence a um novo grupo químico – o anilo pyrimida –, tem como princípio ativo o pyremethanil, na concentração de 300 g.i.a/litro, com formulação em suspensão concentrada.

O pyremethanil tem um novo mecanismo de ação, que interfere na produção das enzimas necessárias ao desenvolvimento da infecção. Além disso, controla *botryris* e alternaria, em geral mais resistentes a produtos não pertencentes ao grupo anilo pyrimidina.

Indicado para um programa de rotação de produtos no manejo de resistência das doenças, o produto é também um fungicida com ação translaminar, que penetra rapidamente pela cutícula.

Illycaffè divulga resultados de 1998

A torrefadora italiana Illycaffè fechou o ano com um volume de vendas de US$140 milhões, que representa um crescimento de 10% sobre o ano de 1997. As vendas fora da Itália representaram 37% do volume total.

Para a Illycaffè, o ano de 1998 foi importante, já que marcou a consolidação, no mercado mundial, do Ese-Easy Serving Espresso, sistema de doses únicas de café expresso Illy em sachês, desenvolvido pela empresa. Iniciativas de incentivo aos bares italianos também foram consideradas importantes na consolidação dos resultados do ano passado. Entre elas a criação da Universidade do Café, em Nápoles, e uma forte campanha publicitária institucional.

Em 1999, com a Universidade do Café, a Illycaffè pretende contribuir para a valorização do bar ao estilo italiano, bem como do grupo de consumidores que esse tipo de estabelecimento representa. A universidade nasceu de uma idéia da Illy, com a colaboração do Centro de Marketing da Secretaria da Economia da Universidade de Nápoles e do Consórcio Universitário de Pesquisa Econômica da universidade.

Os cursos serão dados por docentes universitários, técnicos e profissionais ligados à cultura e à produção do café. Eles abordam *marketing*, comunicação, psicologia, gestão empresarial, história, consumo, tendências e aspectos técnicos do café.

UMC faz extensão em biotecnologia

A Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) está com inscrições abertas para o curso de extensão "Biotecnologia: Princípios e Importância Atual". Dirigido a profissionais de medicina, ciências biológicas, ciências agrárias e meio ambiente, entre outros, o curso terá como tema principal um panorama geral da biotecnologia, discutindo técnicas, realizações e perspectivas da área.

As aulas serão realizadas aos sábados, de 21 de agosto a 9 de outubro, das 13 às 18 horas, com du-

ração total de 35 horas. Para se inscrever, é necessário currículo e carta relatando as razões do interesse pelo curso. Preço: R$ 210,00, que podem ser pagos em duas vezes. As inscrições encerram-se em 19 de agosto. Mais informações pelo telefone 0800-19-2001.

Cogeração de energia impulsiona setor

O anúncio de uma portaria do Ministério das Minas e Energia para estimular a cogeração de energia pelas usinas de açúcar e álcool e a realização de novos leilões estaduais para aquisição de álcool em estoque foram as duas medidas efetivas de estímulo ao setor sucroalcooleiro anunciadas no fim do mês passado, durante encontro no Palácio dos Bandeirantes, presidido pelo governador Mário Covas.

As medidas divulgadas há cerca de um mês pelo governo federal para minimização da crise que atinge o setor sucroalcooleiro e para garantia do emprego dos trabalhadores da indústria canavieira centralizaram as discussões da reunião presidida pelo governador Mário Covas, com a presença dos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, e das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e de líderes empresariais do setor – como o presidente da Cia. Energética Santa Elisa e da Associação Pró-Frota Verde (Aproverde), Maurílio Biagi Filho.

Entre as principais medidas cuja implementação vem sendo defendida pelo setor e que já contam com o apoio do governo federal, estão a realização de leilões de álcool (que já vinham sendo praticados), a adição de 3% de álcool ao diesel, a substituição do MTBE (substituição prejudicial à saúde e ao meio ambiente) pelo álcool na mistura com a gasolina no Rio Grande do Sul. Além disso, os empresários sucroalcooleiros defendem que as montadoras ampliem a produção de veículos a álcool e que o atual percentual de álcool adicionado na gasolina passe de 24% para 26%.

Software facilita avaliação das sementes

Os produtores, em breve, poderão contar com uma ferramenta importante para controlar e avaliar a qualidade das sementes que comercializam. Está em fase final de desenvolvimento o Software Integrado para Análise da Qualidade de Sementes (Siaqs), que permite com rapidez e precisão a identificação das classes e da porcentagem de sementes boas para germinação. O sistema é apenas um dos frutos da parceria firmada entre a Embrapa Instrumentação Agropecuária e a Fundação ParqTec, dentro do Programa Softex 2000.

O Siaqs, que já está sendo testado na Embrapa, estará no mercado no próximo ano. O programa representa uma revolução na avaliação de sementes e o fim do descontentamento de um setor insatisfeito com os testes atuais. Hoje, a classificação de sementes é feita por peneiras, um método simples, porém impreciso e que despreza o teste de germinação, fator importantíssimo para o plantio. É através dele que o produtor fica sabendo se as sementes germinarão ou não. A vantagem do uso do Siaqs em relação ao método convencional é a uniformidade das sementes, com a utilização mínima de implementos e, conseqüentemente, com menor custo.

Segundo o chefe geral da Embrapa Instrumentação Agropecuária, Paulo E. Cruvinel, no Brasil o setor sementeiro movimenta anualmente mais de 1 bilhão de dólares, com destaque para sementes de soja e milho. Porém a falta de programas e instrumentos adequados para as condições de produção tropicais é evidenciada pela perda de 20% das sementes durante o processo produtivo.

Sistema prevê doenças em tomateiros

A Embrapa Hortaliças desenvolveu o primeiro e único sistema de previsão e aviso para controle de doenças foliares do tomateiro. É um trabalho pioneiro no Brasil, que visa ao "uso racional da aplicação de defensivos (fungicidas) no controle das principais doenças foliares do tomateiro (requeima, pinta-preta e septoriose)".

O sistema consiste em um monitoramento da temperatura e da umidade na lavoura, realizado automaticamente por um programa de computador, com auxílio de uma folha artificial, que calcula a possível ocorrência das doenças de acordo com variáveis do ambiente. Assim, o produtor sabe qual fungicida deve aplicar e em qual momento exato deve acontecer a aplicação, racionalizando o uso, reduzindo o número de de aplicações e a quantidade dos produtos aplicados.

O trabalho está sendo feito inicialmente em tomateiro para indústria, porém é extensivo também para as mesmas doenças em tomate para mercado de mesa e batata. O sistema opera através de uma estação meteorológica automática e portátil, colocada no interior da lavoura, que registra e armazena diariamente os dados climáticos (temperatura da umidade nas folhas, especialmente o número de horas em que as folhas estão molhadas). Esses dados são avaliados dentro da própria estação meteorológica que roda no seu interior um modelo epidemiológico para cada uma dessas doenças.

Com esse sistema está sendo possível reduzir em torno de 30% o número total de pulverizações, tanto de fungicidas de contato como de sistêmico, gerando uma economia da ordem de US$300,00/hecatare e 25kg de fungicida/hectare em tomateiro industrial na região de Cristalina/Luziânia.

Atualmente são cultivados no Brasil cerca de 20 mil hectares de tomate para indústria e mais 40 mil hectares de tomate para mesa por ano. São aplicados sistematicamente 100 milhões de dólares por ano em fungicidas.

Tendo em vista que esse sistema de previsão tem potencial para economizar cerca de 30% do volume e do custo de aplicação com fungicidas, isso representaria uma economia potencial da ordem de US$30 milhões por ano e um volume total aproximado de 2 mil toneladas a menos de fungicidas nas lavouras de tomate brasileiras.

Lagoa da Serra e Nestlé fecham acordo

A Lagoa da Serra acaba de tornar-se parceira da Nestlé em um arrojado projeto de fomento da inseminação artificial (IA) no país. O acordo inclui a realização de semanas de extensão, com palestras teóricas e cursos práticos sobre técnicas de melhoramento genético e vantagens da IA, além de treinamento dos produtores de leite que fornecem leite à Nestlé sobre reprodução, alimentação, manejo dos cascos e outros temas fundamentais para o sucesso da atividade.

Também está previsto que técnicos da Holanda virão ao Brasil treinar os parceiros da Nestlé em assuntos específicos, como genética e nutrição.

A Nestlé conta, atualmente, com 29 mil fornecedores de leite. Destes, 3.221 praticam a inseminação artificial em seus rebanhos. O acordo Lagoa/Nestlé prevê que em quatro anos pelo menos 50% dos produtores parceiros da Nestlé utilizem a técnica. Mais informações sobre o acordo pelo telefone (16) 645-2299.

ABRE aspas:

O Brasil apresenta um potencial agrícola fenomenal. Falta tecnologia e a solução dos problemas causados pelo Custo Brasil, que encarecem a produção e diminuem a competitividade do país. Esta é a avaliação do vice-presidente da Case IH – Divisão Agrícola, Mario Hirose, que é também membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp e do Grupo de Política Industrial da entidade, da qual é ainda diretor da Divisão de Controle de Emissões do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado. Formado em Economia pela PUC-SP, com mestrado na Suíça, Hirose trabalhou durante 17 anos viajando pelo mundo e "aprendendo muito". Com base nesta experiência, segundo ele, o Brasil é muito competitivo "para dentro do portão da fábrica, ou da porteira da fazenda, porque daí para frente perdemos muito, por falta de uma reforma tributária e de problemas de infra-estrutura". Em entrevista a AGROANALYSIS, *Hirose avalia que os empresários rurais brasileiros "estão sedentos de tecnologia", e que é necessário um novo paradigma tecnológico que eleve a produtividade brasileira ao seu real potencial.*

Tecnologia para produzir

PATRÍCIA CARVALHO

❑ *Como o senhor analisa o Plano Agrícola 99/2000 divulgado pelo governo? Ele traz avanços?*

— Em termos globais este Plano representa um avanço. Mas, como nós sabemos, há limitações nos recursos disponíveis para que o governo possa atender a toda a demanda de recursos da agricultura brasileira, uma agricultura que tem um potencial fenomenal e é subutilizado.

Mas este ano houve um avanço, pelo fato de o governo estar alocando os recursos antecipadamente. Em anos anteriores, por diversas razões, ou os recursos vinham já durante a época de plantio ou até depois. E quando eu digo que isso é um avanço, é porque está havendo uma maior sensibilidade com o fato de que a agricultura tem um "cronograma" natural.

❑ *Mas o setor agrícola foi bastante punido nos últimos anos, chegando a ser chamado de "âncora verde" do real.*

— É, o setor agrícola passou por uma crise muito forte em 1994/95. Houve depois disso toda uma reestruturação e a própria indústria de tratores e máquinas agrícolas sofreu uma queda na produção de quase 50%. Mas a situação do setor agrícola vem melhorando, especialmente este ano. Desde janeiro houve um aumento na demanda por máquinas e equipamentos agrícolas, o que mostra maior capacidade de investimento por parte do setor.

❑ *A alíquota de IPI de 0% para máquinas e equipamentos, vigente no Plano Agrícola 99/2000, foi um incentivo ao aumento da demanda?*

— A diminuição das alíquotas de IPI para os bens de capital, como tratores, colheitadeiras e outros equipamentos, é sempre um incentivo à capitalização da indústria e conseqüentemente à modernização que estes setores exigem em termos de tecnologia. O atual Plano Agrícola prevê o aumento gradual da alíquota até que chegue a 5% ao final de julho, o que deverá atingir a indústria, porque aumenta o Custo Brasil, que é a grande bandeira da Fiesp, prejudicando muito a produção.

O sistema tributário brasileiro implica uma incidência de impostos em cascata em toda a cadeia produtiva. Temos hoje 60 taxas e impostos que incidem sobre as cadeias produtivas. E qualquer incremento de imposto gera um problema de queda da competitividade de todo o setor.



Hirose: potencializar a produção

❑ *Qual o panorama da atual frota brasileira de tratores e máquinas agrícolas? Ainda é uma frota com idade média de 20 anos ou esta realidade já vem mudando?*

— O panorama não melhorou muito. Nossa frota está extremamente sucateada e precisaria ser renovada urgentemente, porque se uma máquina tem uma vida útil de 10 anos, a partir de seu quinto ou sexto ano de uso passa a significar menor produtividade, mais gastos com manutenção etc. Uma colheitadeira de 10 ou 20 anos deixa, certamente, entre 10% e 15% do que colhe no chão.

Por isso eu digo que o potencial da agricultura brasilei-

ra é incalculável. Se nós colhemos hoje com uma perda média de 7%, só na colheita – fora as perdas no transporte, armazenamento, o que talvez dê 30% do total de nossas colheitas, por fatores como a frota de maquinário sucateado e a falta de infra-estrutura –, imagine o que poderemos colher com condições mais favoráveis e com tecnologia adequada.

❑ *O que se pode fazer para incentivar a renovação da atual frota, e o que está sendo feito? E qual a situação atual da indústria de maquinário?*

— Nos anos 70 o governo tinha como meta que a indústria deveria produzir 70 mil tratores por ano. Este era o objetivo e investimos para chegar a este número, embora nunca tenhamos chegado a este patamar. Mas nos bons momentos, chegamos perto dos 50 mil anuais, ainda na década de 70, e hoje estamos "comemorando" o fato de que poderemos chegar a algo entre 20 mil e 25 mil.

Agora, a renovação da frota poderia ser incentivada através de políticas agrícolas que oferecessem financiamentos com taxas de juros competitivas, não subsidiadas, mas nos níveis das taxas de juros internacionais, porque mesmo o Finame, por exemplo, é uma equação complicada hoje. Sua taxa de juros não é a ideal, mas é a melhor que se tem no mercado. Mas o problema é que se o produtor já tem financiamentos com o Finame, ou tem inadimplências no passado, o que significa a maioria dos agricultores, ele já tem uma restrição para ter acesso a esta linha de financiamento. Ou seja, temos recursos escassos nesta linha de financiamento somados a problemas de restrição ao crédito.

E agora temos também o problema da dolarização. Muitas indústrias, não só de maquinário, mas de outros insumos, vêm financiando os agricultores em dólar, como uma alternativa de linha de crédito. Mas aqueles produtores que tomaram financiamentos antes de 13 de janeiro, quando houve a desvalorização do real, passaram a ter uma dívida dolarizada, muito maior do que a original, que estamos renegociando etc. Mas é um problema.

❑ *E o custo destes financiamentos próprios para a indústria, significa um investimento de risco?*

— Esta é uma das formas de incentivar a compra de maquinário, e toda a indústria, mesmo de outros insumos, vem utilizando este instrumento. Riscos sempre há. É um *blend*, um pacote de instrumentos com os quais tentamos todos nos manter competitivos. Isso para nós significa oportunidade, muito mais do que risco. Uma vez que o governo não tem uma política clara, como acontece na Europa, nos Estados Unidos e na própria Ásia, no sentido de oferecer taxas competitivas na compra de novos equipamentos, temos que criar nossas oportunidades. Nós tivemos uma década perdida, que é a década de 80, em que o problema se agravou muito. Foi o momento em que a indústria de maquinário e equipamentos chegou ao fundo do poço. Em meados da década chegamos ao patamar de menos de 14 mil tratores ao ano, se não me falha a memória. Hoje o que tentamos fazer é incentivar a compra com o financiamento próprio, dada a escassez de recursos que existe no mercado. Captamos através da chamada "63 caipira" e financiamos com juros mais competitivos. O fato é que vem cabendo às indústrias uma parte muito grande deste bolo de financiamento.

❑ *Um item do Plano Agrícola 99/2000 fala da possibilidade de investidores estrangeiros investirem nos mercados futuros agrícolas. Qual sua opinião sobre esta medida e como o senhor vê o interesse de investidores internacionais na agricultura brasileira?*

— Nosso mercado futuro é ainda incipiente. Acho que o mais dinâmico é o da soja, mas ainda assim todos apresentam falta de liquidez e credibilidade, em parte por causa dos planos econômicos e mais recentemente da desvalorização. Mas eu vejo os mercados futuros como uma grande saída para a agricultura brasileira, na medida em que o produtor pode planejar seu plantio, ter um preço em nível internacional já planejado. E os investidores estrangeiros têm total interesse na agricultura brasileira, porque se houver, no futuro, cinco grandes produtores mundiais de grãos, o Brasil certamente será um deles. Além disso, a estabilidade econômica é também um atrativo para os investidores, assim como os volumes de grãos que já produzimos. Somos o segundo maior produtor mundial de soja, por exemplo. E a partir do momento em que nós podemos afetar o mercado internacional, é de interesse da comunidade internacional que a nossa safra seja planejada, para que não tenha grandes oscilações. E o mercado futuro existe para que haja estabilidade nos preços. Portanto, a possibilidade de investidores externos investindo no nosso mercado futuro é uma grande saída para a agricultura brasileira.

❑ *O Brasil tem tecnologia, mas que não é plenamente utilizada, ou ainda há muito a avançar no que diz respeito à tecnologia em maquinário agrícola?*

— Nós convivemos durante 20 anos com o mercado fechado. Um mercado fechado com problemas de política econômica, de balança de pagamentos, restrição de importações de toda ordem. A abertura propiciou que o consumidor brasileiro pudesse ter parâmetros de comparação de qualidade e preço. Isso aconteceu com todos os setores da economia e está ocorrendo com certeza no de máquinas agrícolas.

Hoje temos outro cenário: um mercado aberto, que trouxe um lado negativo também, porque escancarou demais as portas do país, e também ainda temos problemas estruturais, como o da balança de pagamentos desequilibrada, frente a uma forte demanda de importação em todos os setores da economia. A tecnologia sempre esteve disponível lá fora, mas a capacidade da indústria instalada no Brasil de trazer esta tecnologia, adaptá-la às condições brasileiras e lançar um novo produto é que era limitada.

A AGRICULTURA está passando por uma revolução completa em função da eletrônica e da informática, inclusive na questão ambiental. Hoje vendemos sistemas de produção, não ferro fundido.

De 94 para cá, com a abertura aliada à estabilidade, é que pudemos começar a trazer estes avanços tecnológicos e colocá-los no mercado.

❑ *O Projeto Case estaria ligado à internalização de novas tecnologias e à fabricação de equipamentos com alta tecnologia no Brasil?*

— O Projeto Case foi feito de acordo com nossos estudos estratégicos. Segundo estes estudos, o Mercosul e o Brasil estarão no futuro entre os maiores produtores de grãos mundiais. Iniciamos o projeto em 1996 e desde 97 investimos US$100 milhões na fábrica que será inaugurada em Sorocaba em outubro próximo. Começamos com a importação de equipamentos de altíssima tecnologia que vínhamos montando total ou parcialmente aqui. Apenas os componentes eram importados. Então tivemos uma fase de nacionalização, na nossa atual fábrica de Sorocaba, e a partir de outubro estaremos produzindo no Brasil.

Mas o mais importante é que pudemos notar que o produtor brasileiro, ou como eu o chamo, nosso empresário rural, está sedento de novas tecnologias e a partir do momento em que conseguimos comprovar que há altos ganhos de produtividade, com redução de custo, porque o custo/benefício é mais favorável, ele se mostra disposto a investir.

❑ *Esta dificuldade na introdução de novas tecnologias é apenas uma questão de preços, ou envolve também uma questão cultural?*

— Os dois. Porque a partir do momento em que chegamos para um agricultor e dizemos: "a minha máquina pode colher melhor que as suas três antigas e você terá perdas inferiores a 1% na colheita, enquanto agora você tem 7% de perdas", ele não acredita, porque existe um paradigma tecnológico atual e ele não visualiza outro tipo de parâmetro de produtividade. Não é nem, digamos, uma questão cultural, mas de um novo paradigma.

Tivemos que fazer muitos dias-de-campo, muita demonstração, provando, por exemplo, que temos uma máquina que colhe feijão; provamos a qualidade da colheita com menos quebra de grãos e que as máquinas significavam menores perdas. Só assim é que os produtores começaram a acreditar e a investir nas novas tecnologias.

❑ *Nos últimos 10 anos, quais foram as grandes inovações tecnológicas no setor de maquinário, e na agricultura em geral, mundialmente e no Brasil?*

— A grande mudança, sem dúvida, foi a eletrônica e a informática. Hoje vendemos sistemas integrados, não ferro fundido. Na verdade, são soluções nas quais as máquinas podem "conversar" entre si. Há uma integração de atuação entre os tratores, as colhedeiras, as plantadeiras etc, na busca de produtividade. Este é o grande passo. E há também os avanços na proteção ao meio ambiente, com uso de pneus que compactam menos o solo, pulverizações precisas de produtos químicos etc. E também não podemos deixar de considerar a revolução que a biotecnologia vem proporcionando.

A agricultura está passando, portanto, por uma revolução completa.

❑ *O setor de máquinas agrícolas tende a se concentrar mais fortemente? A fusão da Case com a New Holland é um sinal desta tendência?*

— A fusão foi muito importante, porque são duas empresas que detêm mundialmente grandes fatias de mercado, segundo e terceiro lugares respectivamente. Foi uma megafusão mundial, que resultou numa empresa de US$12 bilhões anuais, na qual serão preservadas as duas marcas com produtos e cores diferenciados.

Mas já houve um movimento grande de fusões e de concentração neste mercado no passado. Hoje as marcas mundiais são muito poucas, não devem passar de cinco grandes empresas mundiais, e todas presentes também no Brasil. Com essa nova fusão, o que deverá ocorrer é que a concorrência vai crescer muito, o que é muito bom para o consumidor.

❑ *Com sua experiência em comércio exterior, como o senhor analisa o posicionamento do Brasil frente ao mercado externo? É fato que somos mais comprados do que vendemos, ou seja, que não sabemos valorizar nossos produtos?*

— Isso é folclórico e em parte real. O caso do café é exemplar. O Brasil sempre foi um produtor muito forte, a marca Café do Brasil é muito forte, somos o maior exportador e produtor mundial. Mas nós não sabemos explorar o *marketing*, não sabemos explorar o potencial da nossa marca. É isso o que vemos quando, ao assistir ao Torneio de Roland Garros, vemos escrito "Café da Colômbia" atrás do nosso jogador. E isso acontece com muitos produtos.

Fora a questão do *marketing*, um dos problemas que causa a desvalorização dos nossos produtos é também o Custo Brasil. Somos um dos poucos países do mundo que exporta imposto, e muito. Um movimento exatamente oposto do que ocorre mundialmente. Estamos na contramão da história mundial da indústria neste sentido.

E há a questão diplomática. Atualmente a diplomacia e as relações exteriores são muito mais pragmáticas. Quando o Clinton esteve no Brasil, ele veio primeiro ver o mercado consumidor brasileiro e que produtos norte-americanos ele poderia vender no Brasil. Isso é uma mudança de papel. E o Brasil ainda carece deste pragmatismo no aspecto do comércio exterior.

O Brasil não tem que dar subsídios à indústria, tem é que valorizar a competitividade que temos – seja no campo, ou na cidade, nas nossas atividades. Para dentro do portão da fábrica, ou da porteira da fazenda, somos muito competitivos.

Os investidores estrangeiros têm interesse na nossa agricultura. A partir do momento em que nós podemos afetar o mercado internacional, é de interesse da comunidade internacional que a nossa safra seja planejada.

PESQUISA

Clima do outono

Comparadas às estatísticas de novembro do ano passado, melhoraram um pouco as perspectivas das micro e pequenas empresas agropecuárias consultadas em abril último

Salomão L. Quadros da Silva, Araguacy Affonso Rego,
Maria Célia Tavares e Paulo Cesar Stilpen

Na média, os números revelam algum alento para as MPEs agropecuárias: 54% dos estabelecimentos consultados julgavam insatisfatória a situação dos negócios; 45% no entanto estavam satisfeitos e 1% achava mesmo que tudo ia muito bem. A diferença não chega a arrebatar, mas é sem dúvida um resultado melhor do que o de novembro do ano passado, quando 69% das MPEs consideraram a evolução de seus negócios insatisfatória, só 30% estavam satisfeitos e 1% plenamente satisfeito.

A majoração elevada dos insumos – especialmente adubos químicos, defensivos agrícolas, sementes, sal mineral, ração e medicamentos – foi considerada o entrave mais sério à expansão dos negócios; mas houve outros: dificuldade de acesso ao crédito (juros elevados, muita burocracia e demora na liberação), clima desfavorável (estiagem em Minas Gerais e Pernambuco), escassez de mão-de-obra, má conservação de rodovias vicinais, escassez de maquinário, escassez de insumos (uréia e esterco), escassez de meios de transporte e problemas com armazenamento.

Outros fatores apontados como limitadores das atividades das MPEs agropecuárias em 33% das respostas: baixos preços recebidos pelos produtores (GO, MG, PE, RJ e SP), conjuntura socioeconômica desfavorável (GO, MG, PE, RJ e SP), infestação de pragas (GO, MG, PE, RJ e SP), falta de eletrificação rural (GO, MG e SP) e concorrência de produtos importados (GO e MG). A situação dos negócios foi julgada insatisfatória, em abril, por 74% das MPEs agropecuárias de Pernambuco, 62% de São Paulo, 52% de Goiás, 45% de Minas Gerais e 44% do Rio de Janeiro.

O que é preciso para melhorar os resultados

Acesso a novas tecnologias (50% de respostas) é o que parece estar fazendo mais falta; mas há ainda uma carência de assistência técnica (43%), de acesso a informações (39%), de treinamento de mão-de-obra (27%) e treinamento gerencial (18%).

Pelos estados onde se realizou a pesquisa, outros requisitos também foram citados por 32% das empresas consultadas:

- crédito rural subsidiado e desburocratizado (GO, MG, PE, RJ e SP);
- redução das taxas de juros (GO, MG, PE, RJ e SP);
- majoração dos preços dos seus produtos (GO, MG, RJ e SP);
- menor custo de insumos e maquinário (GO, MG, RJ e SP);
- necessidade de abertura de poços artesianos/melhor sistema de irrigação (MG, PE, RJ e SP);
- maior disponibilidade de energia elétrica (GO, MG e RJ);
- maior disponibilidade de mão-de-obra (MG, RJ e SP);
- melhores condições climáticas (MG e PE);
- taxação mais elevada sobre produtos importados (GO e RJ);
- melhor conservação de estradas vicinais e pontes (MG e RJ);
- maior disponibilidade de cursos (MG e SP);
- melhor sistema de telefonia rural (RJ);
- maior combate a doenças na citricultura (SP);
- maior disponibilidade de abatedouros (GO).

Previsões para a safra agrícola 1998/99

Das MPEs agrícolas, 33% prevêem que o nível de produção será fraco, mas 24% dizem que poderá ser excelente. Para 31% dessas MPEs, a produção agrícola nesta safra deve aumentar e 29% prevêem declínio, o que dá um saldo de 2%.

O que vai afetar a produção agrícola

As empresas que pretendem ampliar as áreas plantadas representam 22% das respostas; 12% querem reduzir suas plantações, e o saldo fica em 7%. Sementes e mudas devem ser utilizadas em maior quantidade por 21% das empresas agrícolas e 15% vão usar menos, o que dá um saldo de 6%. Era intenção de 22% utilizarem mais insumos para produção de culturas e 21% pensavam em reduzir seu uso – saldo de 1%. Equipamentos mecânicos seriam utilizados menos intensamente por 15% e mais por 14%, com saldo de -1%. Os preços recebidos pelos produtores eram desestimuladores em abril para 41% dessas MPEs; mas 14% os consideravam estimuladores, e aqui o saldo fica em -27%, quando era de -24% em novembro de 1998. As condições climáticas ao longo da safra 1998/99 foram qualificadas como melhores por 39% e piores para 20% – saldo de 19%.

Criação animal em 1999

O nível da produção em 1999 deve ser normal para 67% das MPE, fraco para 19% e excelente para 14%. Há 30% de empresas prevendo expansão da evolução da produção animal em

Universo da sondagem

O Sebrae e a FGV realizaram esta pesquisa da evolução conjuntural prospectiva e os fatores que fizeram variar a produção entre MPEs agropecuárias. Foram 1.856 as empresas consultadas para esta pesquisa, realizada com o apoio do Sebrae/GO, do Sebrae/MG, da Emater/PE, da Emater/RJ e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SP.

1999 e 24% previram declínio (saldo de 6%).

Por que varia a produção animal

O manejo animal deve ficar igual ao de 1998 para 71% das micro e pequenas empresas; 18% acham que será maior e 11% menor, saldo a favor de 7%. O saldo também é positivo quanto à alimentação animal: 13%, já que 25% pretendem aumentá-la e 12% devem reduzi-la. A demanda de produtos de origem animal deve diminuir para 23% das MPEs e aumentar para 18%, o que representa um saldo de -5%. O preço recebido pelo produtor continua pesando muito: entre as MPEs, desestimula 40% e estimula 21%, resultando num saldo de -19%. As condições climáticas de modo geral devem melhorar em comparação com as de 1998: o saldo foi positivo, 18%.

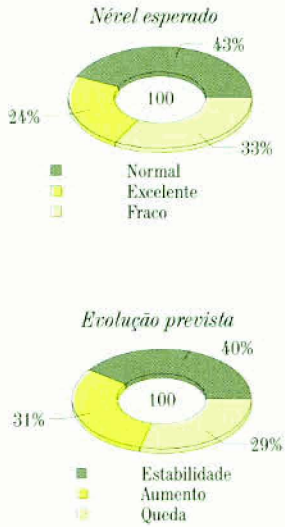
Clima dos negócios agropecuários

Este indicador vale para a agropecuária como um todo. É uma média geométrica do produto de duas expressões lineares: uma que é função do saldo da situação dos negócios e outra representando a evolução da produção em perspectiva. O clima dos negócios agropecuários sintetiza o sentimento do produtor acerca dos negócios para o ano agrícola que corre. Foi construído de modo análogo ao indicador desse nome que se aplica à indústria, amplamente utilizado nas economias européias, antecedendo as atividades econômicas. O indicador varia numa escala de 100 a 300 pontos, cujas extremidades apontam as perspectivas de clima geral desfavorável para os negócios (100 pontos) e clima favorável (300 pontos).

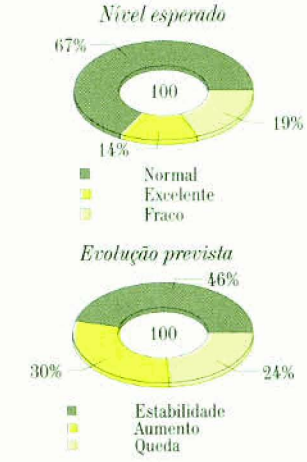
Para abril de 1999, o clima dos negócios agropecuários dos micro e pequenos estabelecimentos alcançou 146 pontos, 2,9 pontos acima da média histórica (143,1 pontos).

Respectivamente chefe do Centro de Estatísticas e Análises Econômicas, técnico do Sebrae e técnicos da FGV/Ibre/CEAE.

MPEs: produção agrícola – safra 98/99



MPEs: criação animal – 1999



Fonte: FGV/Ibre/Ceae-Sebrae.

Principais limitadores dos negócios das MPE agropecuária – em %

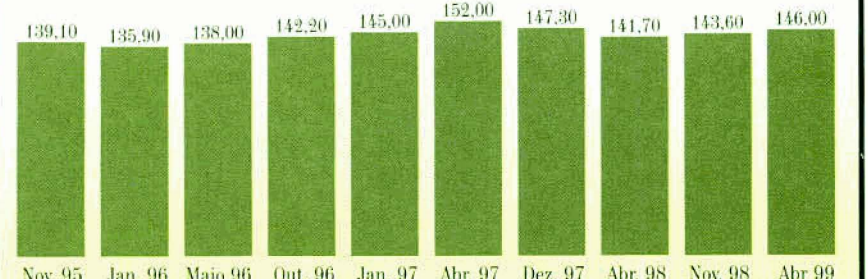
Resultados relativos a 54% das empresas que julgaram insatisfatória a situação em abril/99



Fonte: FGV/Ibre/Ceae-Sebrae.

MPEs: clima dos negócios agropecuários

(Mínimo = 100; máximo = 300) – Média histórica: 143,1



Fonte: FGV/Ibre/Ceae-Sebrae.

Principais limitadores dos negócios de MPEs agropecuárias

Abril de 1999 – %

Discriminação	*GO*	*MG*	*PE*	*RJ*	*SP*	*Agregado estadual*
Preços elevados dos insumos	95	54	61	77	84	68
Dificuldade de acesso ao crédito	33	35	59	60	33	39
Clima desfavorável	18	25	90	7	7	27
Escassez de mão-de-obra	22	21	11	32	18	20
Má conservação das rodovias vicinais	31	9	15	37	18	16
Escassez de maquinário	30	13	4	15	20	15
Escassez de insumos	16	6	22	5	15	11
Escassez de meios de transporte	7	2	2	7	7	4
Problemas com armazenamento	2	2	0	2	4	2
Outros fatores	45	37	16	18	31	33

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

O que falta para melhorar o desempenho

Abril de 1999 – %

Unidades da Federação	*Acesso às informações do setor*	*Assistência técnica*	*Treinamento gerencial*	*Acesso a novas tecnologias*	*Treinamento de mão-de-obra*	*Outras necessidades*	*Não necessitam de apoio*
Goiás	44	32	42	67	41	37	1
Minas Gerais	34	55	15	40	24	31	15
Pernambuco	65	42	18	77	34	26	0
Rio de Janeiro	29	25	31	47	47	46	2
São Paulo	34	28	11	48	21	33	15
Agregado estadual	39	43	18	50	27	32	11

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

Nível esperado e evolução da produção

Safra 1998/99 – %

Unidades da	*Nível esperado*			*Evolução*		
Federação	*EX*	*NO*	*FR*	*(+)*	*(=)*	*(-)*
Goiás	35	47	18	39	43	18
Minas Gerais	27	38	35	32	39	29
Pernambuco	10	27	63	24	25	51
Rio de Janeiro	25	52	23	26	50	24
São Paulo	24	55	21	32	46	22
Agregado estadual	24	43	33	31	40	29

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(+), (=), (-) = respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

Agricultura – fatores principais da variação da produção

Safra 1998/99, saldos das respostas em %

Unidades da Federação	*Área plantada*	*Sementes e mudas*	*Insumos para produção*	*Equipamentos mecânicos*	*Preços recebidos pelos produtores*	*Condições climáticas*
Goiás	17	14	20	6	18	24
Minas Gerais	18	15	-1	-6	-31	34
Pernambuco	-2	-4	-12	1	-22	-29
Rio de Janeiro	0	-5	-11	-10	-20	12
São Paulo	5	-1	6	6	-35	22
Agregado estadual	10	6	1	-1	-27	19

Fonte: FGV/Ibre/CEAE- Sebrae.

Criação animal – previsão para 1999

Em %

Unidades da Federação	Nível de produção			Evolução da produção		
	EX	NO	FR	(+)	(=)	(-)
Goiás	10	76	14	48	35	17
Minas Gerais	20	61	19	27	49	24
Pernambuco	10	45	45	32	32	36
Rio de Janeiro	9	79	12	26	57	17
São Paulo	6	85	9	27	50	23
Agregado estadual	14	67	19	30	46	24

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(+), (=), (-) = respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

Criação animal – fatores principais da variação da produção em 1999

Saldos das respostas em %

Unidades da Federação	Manejo animal	Alimentação animal	Demanda	Preço recebido pelo produtor	Condições climáticas
Goiás	24	31	1	-12	20
Minas Gerais	6	16	-8	-25	25
Pernambuco	-3	-14	-11	-13	-37
Rio de Janeiro	18	6	4	-19	3
São Paulo	3	5	2	-7	31
Agregado estadual	7	13	-5	-19	18

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

Bovinocultura – previsão para 1999

Unidades da Federação	Nível de produção			Evolução da produção		
	EX	NO	FR	(+)	(=)	(-)
Goiás	9	78	13	29	42	29
Minas Gerais	18	63	19	21	52	27
Pernambuco	9	43	48	40	10	50
Rio de Janeiro	7	81	12	24	62	14
São Paulo	6	83	11	12	61	27
Agregado estadual	13	68	19	22	49	29

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(2) -> (+), (=) e (-), respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

Bovinocultura – fatores principais da variação da produção em 1999

Saldos das respostas em %

Unidades da Federação	Manejo animal	Alimentação animal	Demanda	Preço recebido pelo produtor	Condições climáticas
Goiás	24	30	-1	-16	19
Minas Gerais	6	16	-8	-25	26
Pernambuco	-1	-14	-14	-14	-36
Rio de Janeiro	14	1	-1	-22	4
São Paulo	3	4	4	-6	31
Agregado estadual	8	12	-5	-20	19

Fonte: FGV/Ibre/CEAE-Sebrae.

AS CONDIÇÕES *climáticas são melhores, a área plantada é maior, o uso mais intenso de sementes e mudas estimula a expansão da produção agrícola para a safra 1998/99. Os preços recebidos pelos produtores no entanto são desanimadores.*

PIB agropecuário – taxa acumulada ao longo do ano

Em relação ao mesmo período do ano anterior (%)

Anos	*Lavoura*	*Ext. vegetal*	*Prod. animal*	*Total*
1991	0,56	-10,76	4,31	1,37
1992	5,81	-3,47	5,88	4,89
1993	-2,27	11,15	1,32	-0,07
1994	6,48	-2,31	5,23	5,45
1995	0,22	0,63	11,86	4,08
1996	4,22	3,39	3,90	4,06
1997	2,48	3,99	2,78	2,69
1998	-0,23	-6,77	3,09	0,18
1999*	12,63	-0,99	5,94	9,22

Fonte: IBGE. *Janeiro-março.

Vendas de máquinas agrícolas ao mercado interno

Em unidades físicas

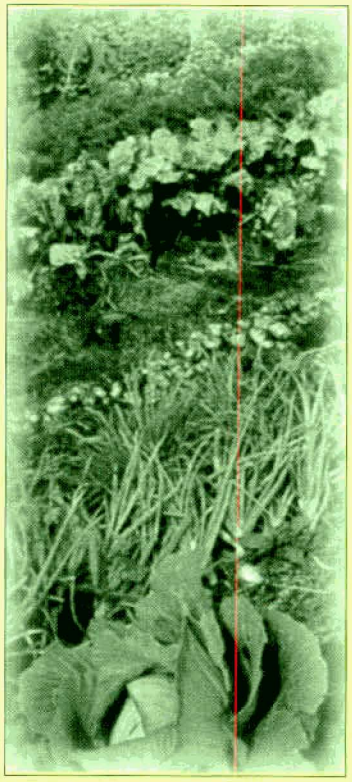
	1999			*1998*		*Variações percentuais*		
	Maio	*Abr.*	*Jan.-maio*	*Maio*	*Jan.-maio*			
Discriminação	A	B	C	D	E	A/B	A/D	C/E
Tratores de rodas	1.970	1.937	7.775	1.938	6.527	2	2	19
Tratores de esteiras	45	61	269	71	309	-26	-37	-13
Cultivadores motorizados	60	57	303	54	272	5	11	11
Colheitadeiras	96	216	1.664	27	1.484	-56	256	12
Retroescavadeiras	130	128	586	259	941	2	-50	-38
Total	2.301	2.399	10.597	2.349	9.533	-4	-2	11

Fonte: Anfavea.

Índices de mecanização – 1999

Países	*Hectares aráveis por trator*	*Hectares colhidos por colheitadeira*
Reino Unido	11,90	126,10
França	14,00	118,90
Estados Unidos	38,70	280,60
Canadá	61,40	293,00
Argentina	89,30	500,00
Brasil	103,90	833,70

Fontes: FAO (ONU) e IBGE.



Rebanho bovino: participação por região

Regiões	*Cabeças (milhões)*	*Participação percentual*
Norte	24,10	14,60
Nordeste	28,80	17,40
Sudeste	38,10	23,10
Sul	24,10	14,60
Centro-Oeste	50,00	30,30
Brasil	165,10	100,00

Fonte: Ministério da Agricultura.

Exportação – principais produtos agropecuários

Janeiro-abril, US$ milhões FOB

Discriminação			*Variação*	
Básicos	*1999*	*1998*	*Absoluta*	*Relativa (%)*
Café em grão	815	680	135	19,9
Soja mesmo triturada	418	549	-131	-23,9
Farelo de soja	315	411	-96	-23,4
Carne de frango	262	230	32	13,9
Fumo em folhas	119	242	-123	-50,8
Carne bovina fresca, cong.	117	73	44	60,3
Semimanufaturados				
Açúcar em bruto	247	323	-76	-23,5
Couros e peles	192	242	-50	-20,7
Óleo de soja em bruto	172	120	52	43,3
Manufaturados				
Suco de laranja	353	360	-7	-1,9
Açúcar refinado	225	242	-17	-7

Fonte: Siscomex.

Importação – principais produtos agropecuários

Janeiro-abril, US$ milhões FOB

Discriminação			*Variação*	
Básicos	*1999*	*1998*	*Absoluta*	*Relativa (%)*
Trigo em grão	248	269	-21	-7,8
Arroz em grão	131	110	21	19,1
Algodão em bruto	130	201	-71	-35,3
Bacalhau e outros peixes	78	92	-14	-15,2
Semimanufaturados				
Couros e peles	40	36	4	11,1
Óleo de soja em bruto	34	54	-20	-37

Fonte: Siscomex.

Importação agrícola – 1998 e 1999*

	Volume (em mil toneladas)		*Preço médio* (US$/tonelada)		*Total* (US$ milhões)		
Produtos	*1998*	*1999**	*1998*	*1999**	*1998*	*1999**	*(%)*
Algodão	317	300	1.587	2.500	496	397	-1.220
Arroz	2.000	1.000	415	444	830	444	47
Feijão	190	120	632	610	120	73	39
Milho	1.617	1.000	107	120	173	120	-30
Complexo soja	780	380	299	286	233	109	-53
Grão	406	200	222	184	90	37	-59
Farelo	160	50	163	146	26	7	-72
Óleo	214	130	547	498	117	65	-45
Trigo	6.457	5.650	121	159	778	900	16
Total	11.361	8.450	232	242	2.630	2.043	-22

Fonte: Conab.

* Projeção.

PARA A PECUÁRIA, *o clima será mais favorável, a alimentação e o manejo animal melhorados seriam fatores de aumento da produção em 1999; mas o que desestimula quase sempre são os preços e a demanda de animais, que diminuiu.*

Produção mundial de grãos[1]

Em milhões de toneladas

	Produção (t)			*Estoque final*		
Unidades da Federação	Safra 1999/2000	Safra 1998/1999	D%	Safra 1999/2000	Safra 1998/1999	D%
Total de grãos[2]	1.840,08	1.848,32	-0,45	308,14	328,37	-6,16
Trigo	570,10	587,94	-3,03	117,97	137,66	-14,30
Arroz beneficiado	389,76	382,18	1,98	49,22	48,46	1,57
Grãos forrageiros[3]	880,21	878,20	0,23	140,95	142,25	-0,91
Milho	600,49	592,59	1,33	101,58	97,47	4,22
Soja**	157,18	157,73	-0,35	25,68	21,38	20,11
Farelo de soja**	38,10	36,94	3,14	3,92	3,53	11,05
Óleo de soja**	23,46	23,08	1,65	2,32	2,57	-9,73
Algodão *	87,00	84,35	3,14	41,58	41,08	1,22

1 Estimativas do Usda, junho/99.

2 Total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.

3 Milho, sorgo, cevada, aveia, centeio e arroz beneficiado.

* Em milhões de fardos de 480 libras-peso cada.

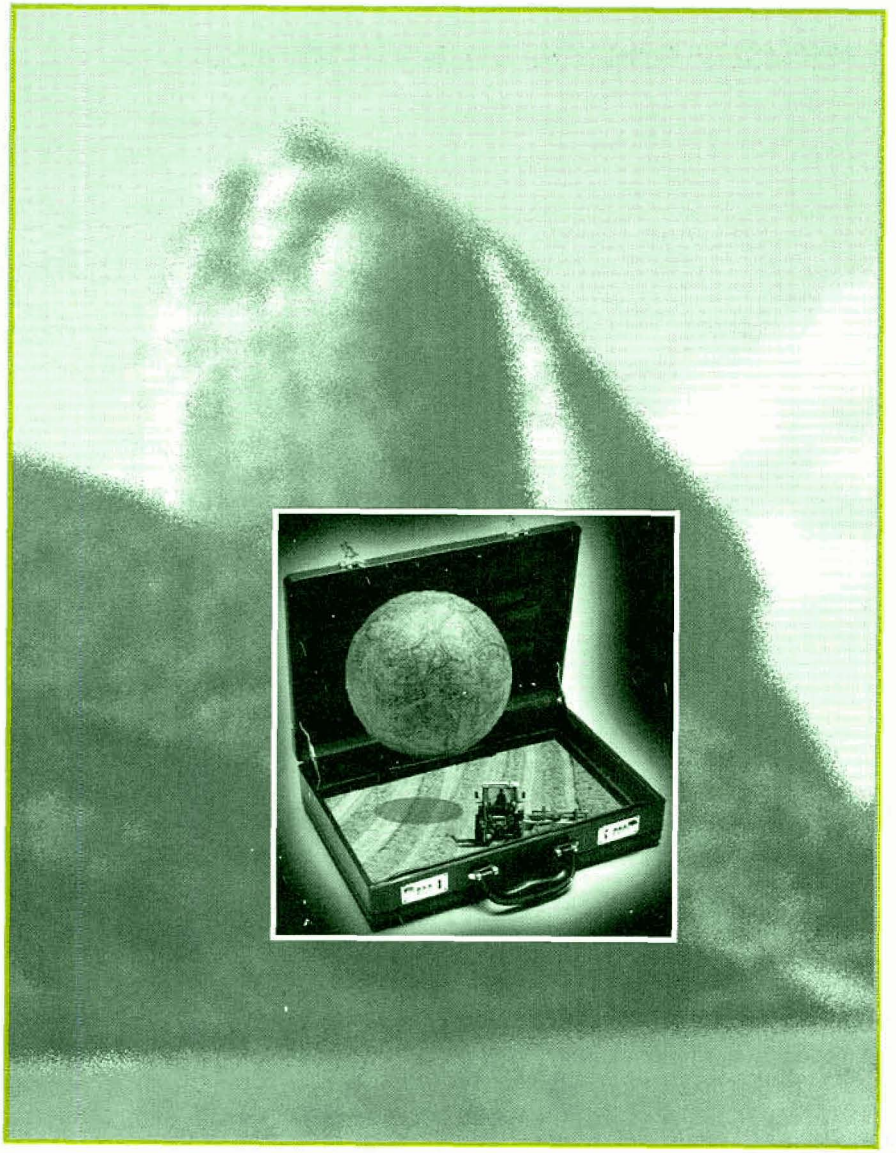
** Dados relativos às safras 1998/99 e 1997/98.



Fato político

A Cimeira foi um encontro político, embora as declarações expressem valores comuns dos países da região latino-americana e européia

Lia Valls Pereira



Os resultados da Cimeira América Latina e Caribe e União Européia, realizada em 28 e 29 de junho último estão descritos na declaração final dos chefes de Estado. Foram destacados 55 temas prioritários na declaração final, dentre eles a necessidade de pensar uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional; o desenvolvimento com preservação ambiental; a transferência de tecnologia; a erradicação da pobreza; o estímulo ao turismo; e o narcotráfico.

A ausência de negociações substanciais e o caráter geral da declaração final não diminuem a importância da reunião. Afinal é o que se espera de um encontro desse teor. A Cúpula das Américas, em 1994, contemplando também uma ampla agenda de temas políticos, sociais e econômicos, marcou o fortalecimento da América Latina nas relações com os Estados Unidos. A Cimeira sinalizaria, portanto, o reconhecimento da União Européia da importância do espaço latino-americano no cenário mundial. No mundo multipolar, a União Européia procura fortalecer seu papel de liderança política, e o estreitamento de laços com as ex-colônias latinas faz parte dessa estratégia.

Atenção especial

Paralelamente à Cimeira, as negociações comerciais Mercosul-União Européia receberam especial atenção dos governos dessas regiões. Em 1995, Mercosul e União Européia assinaram um acordo-marco de cooperação criando um espaço institucional para negociações que eventualmente se traduzissem em negociação para a criação de uma área de livre comércio entre as duas regiões. Dois pontos suscitavam dúvidas quanto à negociação.

Primeiro, a ausência do mandato negociador do Conselho Europeu para o início formal das negociações até 24 de junho passado era entendida como sinal de escasso interesse europeu pelo prosseguimento das negociações. As negociações no âmbito da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca) já haviam se iniciado desde meados do ano passado. A ausência do *fast track* –

1. Estrutura da pauta de exportações por mercados de destino

Ano 1997 %

	União Européia	*Estados Unidos*	*América Latina e Caribe*	*Ásia*
Brasil				
Agrícolas	29,3	10,3	2,8	9,2
Alimentos, bebidas e tabaco	23,9	5,9	6,5	20,6
Demais	46,8	83,8	90,7	70,2
Total	100	100	100	100
Argentina				
Agrícolas	31,7	11,7	15,9	27,2
Alimentos, bebidas e tabaco	46,4	21,8	11,7	23
Demais	21,9	66,5	72,4	49,8
Total	100	100	100	100

Fonte: *Panorama Econômico da América Latina e Caribe*. Cepal, 1998.

2. Participação das regiões no total das exportações agroindustriais

Ano 1997 %

	União Européia	*Estados Unidos*	*América Latina e Caribe*	*Ásia*	*Demais*	*Total*
Argentina						
Agrícolas	21,8	4,4	35,9	10,7	27,2	100
Alimentos, bebidas e tabaco	34,7	9	28,8	9,8	17,7	100
Total	28	6,6	32,5	13,5	19,4	100
Brasil						
Agrícolas	59,6	13,1	5,7	5,8	15,8	100
Alimentos, bebidas e tabaco	38,9	6	10,4	10,5	34,2	100
Total	44,7	9,1	8,3	14,1	23,8	100
Paraguai						
Agrícolas	3,9	2,4	47,4	36,9	9,4	100
Alimentos, bebidas e tabaco	13,9	10,1	70,5	0,3	5,2	100
Total	6,1	4,1	52,5	28,8	8,5	100
Uruguai						
Agrícolas	27,8	3,7	44,1	10,3	14,1	100
Alimentos, bebidas e tabaco	19,9	5,4	59,1	1,4	14,2	100
Total	22,5	4,8	54,2	4,3	14,2	100
Mercosul						
Agrícolas	40,3	8,7	21,4	14,7	14,9	100
Alimentos, bebidas e tabaco	32,5	7	20,5	13	27	100
Total	36,2	7,8	20,1	13,8	22,1	100

Fonte: *Panorama Econômico da América Latina e Caribe*. Cepal, 1998.
Obs: O total refere-se à soma de agrícolas e alimentos, bebidas e tabaco.

mandato concedido pelo Congresso dos Estados Unidos estabelecendo previamente o escopo das negociações a serem realizadas pelo Executivo em acordos comerciais, assegurando que o Congresso não poderá sugerir alterações ao texto negociado – enfraquece a posição do governo norte-americano, mas não impede a negociação.

Do ponto de vista estratégico era necessário que o Conselho Europeu concedesse o mandato negociador, antes da Cimeira. Enfraqueceria a posição européia de fortalecer laços com os países latino-americanos, caso isso não ocorresse.

Segundo, a inclusão do setor agrícola no mandato negociador era considerada vital para os países do Mercosul. Apesar das resistências do governo francês, prevaleceu a proposta de não exclusão *a priori* de nenhum setor.

Poucos resultados

O encontro Mercosul-União Européia durante a Cimeira produziu poucos resultados. Ficou acordado que em novembro de 1999 será realizada uma reunião onde serão definidos o formato e o cronograma das negociações. No documento oficial não há menção ao termo área de livre comércio e não há compromisso de se iniciar a liberalização tarifária em 2001, como antes proposto. Quais são as perspectivas desse acordo?

Um primeiro tema central é a questão da liberalização tarifária. No setor agrícola, a participação dos produtos primários agrícolas e de alimentos, bebidas e tabaco representa 53,2% do total das exportações brasileiras para a União Européia. Comparando com os outros principais mercados de destino das vendas externas do Brasil, o mercado europeu é o mais importante para esses produtos (tabela 1). Destacando a segunda maior economia do Mercosul – a argentina – o peso dos produtos do setor agroindustrial na pauta para a União Européia é de 78,1%.

Analisando apenas os produtos primários agrícolas, a participação na pauta brasileira para a União Européia é de 29,3% e na Argentina é de 31,7%. Desconsiderando interesses específicos setoriais, os dados sugeririam que o Brasil tenderia a perder relativamente menos com a exclusão da liberalização agrícola. No entanto, como se verifica na tabela 2, essa seria uma conclusão precipitada. O mercado da União Européia representa 59,6% do total das exportações de produtos agrícolas brasileiros. É o percentual mais elevado na comparação das vendas externas agrícolas dos países do Mercosul. Argentina, Paraguai e Uruguai concentram relativamente suas exportações para o mercado latino-americano, em especial o Mercosul, e essa realidade também se reflete nos dados das exportações agrícolas.

Atenuar pressões

É relativamente consensual entre diversos especialistas que ofertas de liberalização do setor agrícola na União Européia dependem de negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Não é mera coincidência que a possível definição do formato e do cronograma das negociações Mercosul-União Européia irá ocorrer junto do início das discussões para o lançamento da Rodada do Milênio. Na agenda pendente da Rodada Uruguai estava prevista uma negociação exclusiva sobre o setor agrícola no ano de 1999. A demanda européia por uma Rodada do Milênio contemplando um número maior de temas tem sido interpretada como uma forma de atenuar pressões para a realização de compromissos mais substantivos de liberalização agrícola pela União Européia. Além disso, como ocorreu na Rodada Uruguai, teme-se que o escopo da liberalização termine por ser definido pela União Européia e pelos Estados Unidos. Sendo assim, a simples inclusão do setor agrícola no man-

dato negociador da Comissão Européia não garante que já esteja na mesa de negociações uma ampla oferta de concessões na área agrícola para os países do Mercosul

Atente-se ainda que, mesmo considerando uma hipótese extremamente otimista de compromissos de liberalização tarifária, outras questões devem ser incluídas para que se configure uma situação de livre acesso a mercados. Negociação na área de subsídios e de regulamentos fitossanitários, por exemplo, precisam acompanhar o exercício de uma eventual liberalização tarifária.

Uma avaliação preliminar do impacto de uma negociação Mercosul-União Européia utilizando um modelo de equilíbrio geral – Global Trade Analysis Project – mostra as diferenças sobre a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de um acordo com o setor agrícola e excluindo o setor agrícola. A base de dados dos fluxos de comércio e das estruturas de proteção é do ano de 1995 e o exercício supõe apenas liberalização tarifária. Excluindo o setor agrícola, o PIB brasileiro diminui 0,7% e o da Argentina, 2,5%. Incluindo a agricultura, o PIB brasileiro aumenta 1% e o da Argentina, 2,6%. O menor impacto no PIB brasileiro deve-se ao menor peso do setor agrícola e uma oferta de exportações agrícolas com um número maior de produtos não sujeitos à política agrícola comum de tarifas mais elevadas. No entanto, o importante é frisar a sugestão de aumento *versus* queda no caso da inclusão e exclusão do setor agrícola.

Abertura multilateral

Na área de produtos industriais, uma liberalização plena tem suscitado temores do impacto dessa abertura sobre os setores produtivos. O PIB da União Européia (US$8.092.524 milhões) é cerca de sete vezes o PIB do Mercosul (US$1.175.544 milhões). Uma liberalização com a União Européia teria em certa medida impactos equivalentes a uma proposta de abertura multilateral da economia. Lembra-se ainda que tanto o mercado europeu como o norte-americano, com algumas exceções, já são relativamente abertos para produtos industrializados. Logo, o maior custo de ajustamento seria o dos países do Mercosul, em especial o Brasil, que tem o maior parque industrial da região.

No quadro atual, as considerações realizadas sugerem que o quadro de liberalização agrícola e industrial, seria gradual com possíveis exceções. A OMC exige que 90% dos fluxos sejam liberalizados para que se configure uma área de livre comércio, dando margem a essas exceções. Se para a União Européia, a disciplina do setor agrícola depende em grande medida das negociações na OMC, o mesmo vale para os países do Mercosul de forma geral. O comércio do Mercosul é relativamente equilibrado com as principais regiões do mundo, sendo a participação da União Européia nas exportações do Mercosul de 23%. Nesse contexto, coincidir as negociações com a União Européia e a Alca, considerando o quadro da OMC, tem sido proposto como a melhor estratégia.

A CIMEIRA *marcou fundamentalmente um fato político. A União Européia mostrou que seus interesses na definição da nova ordem mundial incluem o diálogo com os países da América Latina.*

A pauta dos acordos de livre comércio de nova geração não se restringe, porém, ao âmbito comercial. Questões de comércio de serviços, investimentos, políticas de competição, propriedade intelectual, entre outras, também estão presentes. Da mesma forma que na OMC, a pauta da agenda dos acordos de livre comércio tende a incorporar diferentes temas, antes pensados exclusivamente na esfera das economias nacionais. Nesse caso, dada a própria diversidade de composição da União Européia, é esperada a possibilidade de negociações mais flexíveis do que com os Estados Unidos. Por exemplo, enquanto os Estados Unidos tendem a priorizar o padrão de regras do Nafta (North American Free Trade Agreement), que é muitas vezes mais restritivo que as regras da OMC, a União Européia não teria a princípio uma postura predefinida. Não se pode pensar em transpor as regras da União voltadas para a construção de um mercado comum na negociação de uma acordo de livre comércio com o Mercosul. Sob esse prisma, não só o diálogo União Européia-Mercosul como a Cimeira América Latina e Caribe-União Européia podem oferecer oportunidades para se pensarem regras no sistema multilateral de comércio envolvendo parceiros com graus diferenciados de desenvolvimento[1].

Fato político

A Cimeira marcou fundamentalmente um fato político. A União Européia mostrou que seus interesses na definição da nova ordem mundial incluem o diálogo com os países da América Latina. A região não estaria apenas na agenda de um diálogo no âmbito da Cúpula das Américas. Da mesma forma que essa última, são previstos encontros de quatro em quatro anos. Do ponto de vista de resultados comerciais, as expectativas residiam na definição da agenda negociadora do Mercosul-União Européia. Nesse caso, o que se obteve de concreto apenas é que as negociações tratarão do tema agrícola, antes um entrave ao início de qualquer acordo. Qual o formato das negociações, o cronograma para o processo de liberalização, o escopo da liberalização pretendida são questões que deverão ser debatidas apenas em novembro do presente ano.

Finalmente, eventuais surpresas em relação a esse processo dependerão das negociações da Rodada do Milênio e no âmbito da Alca. No momento, entende-se que a "estratégia do paralelismo" dessas negociações anunciada informalmente pelo governo brasileiro é factível. Isso significa, em última análise, que os acordos preferenciais serão negociados pensando-se num marco multilateral.

Lia Valls Pereira é economista do Ibre/FGV e professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj.

[1] *Essa mesma idéia foi desenvolvida no artigo "Mercosul-União Européia", publicado em* Conjuntura Econômica *de junho de 1999, p. 14-15.*

REGISTRO

Salvação da lavoura

As medidas de apoio à última safra do milênio vêm acompanhadas da notícia de que a agricultura mais uma vez foi um esteio da economia brasileira

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

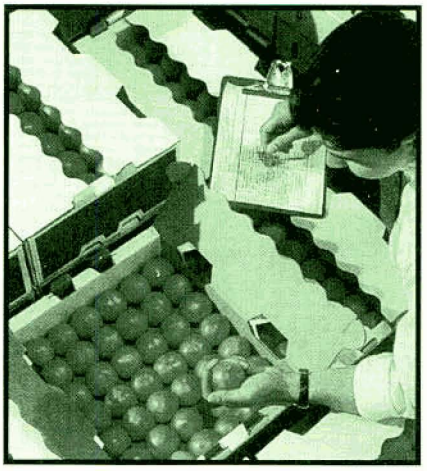
No fim de junho o governo divulgou um conjunto de medidas de apoio à safra 1999/2000. O anúncio se segue a informações de que a agricultura foi mais uma vez a *salvação da lavoura* para a economia brasileira, adversamente atingida pelo choque cambial do início do ano.

Segundo as informações, o plano para a nova safra gira em torno de quatro eixos principais: expansão do crédito rural; apoio à agricultura familiar no contexto do que o governo denomina de Novo Mundo Rural; ajustes nos preços mínimos e medidas de suporte estrutural.

Crédito Rural

Foi anunciado que a nova safra contará com recursos da ordem de R$13,1 bilhões, 84% dos quais destinados ao custeio e o restante ao investimento. Esse montante representa uma expansão de cerca de 31% em relação ao montante anunciado na safra e de 35% em relação ao que foi efetivamente aplicado. Ainda não foi divulgada a origem dos recursos.

Os encargos financeiros dos recursos controlados foram mantidos nos mesmos patamares da safra passada (5,75% ao ano para o custeio da agricultura familiar e 9,80% ao ano para o investimento desses produtores; para os demais vigora uma taxa única de 8,75%). Embora se possa argumentar que, levando em conta o desempenho da inflação no período, houve uma redução dos juros reais, não é menos verdade que, levando em consideração as recentes reduções de juros determinadas pelo Banco Central e a evolução dos



preços recebidos pelos produtores, esses juros ainda são elevados.

Apoio à agricultura familiar

No contexto do que o governo denomina Novo Mundo Rural, prevê-se a integração do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, recentemente extinto). A idéia é agilizar a emancipação dos agricultores assentados pela Reforma Agrária e colocá-los no Pronaf.

Para isso o governo disponibilizará, no período 1999/2000, recursos da ordem de R$3,46 bilhões, sendo R$2,85 equalizáveis e R$0,61 milhão através do Pronaf, com o que se prevê um aumento de 700 mil contratos de financiamento em 1998/1999 para 1,2 milhão em 1999/2000. Prevê-se ainda a criação de linhas de crédito específicas para os agricultores familiares que não conseguem se enquadrar nas modalidades existentes.

Quanto aos agricultores que vierem a ser assentados, anuncia-se uma linha de crédito especial que seria um aperfeiçoamento do extinto Pronaf com o objetivo de permitir a recomposição produtiva dos agricultores assentados. Para isso estão reservados R$460 milhões, com limite individual de R$7,5 mil com prazo de resgate de até 10 anos e encargos financeiros correspondentes à metade do somatório da variação da TJLP mais juros de 6% ao ano.

Anuncia-se também a implementação de uma linha de crédito integrado coletivo, com custeio associado, para associações, cooperativas ou outras pessoas jurídicas compostas apenas por agricultores familiares, com limites de R$5 mil por agricultor participante e R$200 mil para o projeto como um todo. Ainda não foi divulgado o montante que seria destinado a esta linha de crédito.

Preços mínimos

O quadro mostra os preços mínimos básicos para a nova safra. O maior aumento foi dado aos preços do algodão, o que deverá permitir que se repita o bom desempenho registrado na última safra. O menor aumento foi dado aos preços da soja. O arroz longo não foi contemplado com qualquer reajuste. Quando se comparam os preços mínimos básicos para a próxima safra com aqueles vigentes para a safra 1994/95 – a primeira a ser colhida após a implantação do Plano Real – verifica-se que foram justamente os preços do arroz os que menor reajuste registraram no período, o que não deixa de causar estranheza, dada a importância da lavoura na alimentação nacional e a crise por que tem passado a orizicultura.

Preços mínimos básicos

Em R$/unidade

Produto	*Unidade*	*1998/99*	*1999/2000*
Algodão em caroço		7	8
Arroz longo fino	50kg	10,53	10,92
Arroz longo	60kg	9,3	9,3
Feijão	60kg	26	28
Mandioca-raiz	t	25	28,5
Milho	60kg	6,7	7,1
Soja em grão	60kg	9,5	9,7
Sorgo	60kg	4,69	4,97

Fonte: Conab/MA.

Medidas de suporte estrutural

O plano de safra anunciado contempla também um conjunto de ações de caráter mais estrutural que podem ser agrupadas em quatro subconjuntos: medidas de apoio à produção animal (Proleite, suinocultura; crédito para manutenção e recuperação de pastagens e para retenção de matrizes na atividade de bovinocultura de corte); medidas que afetam os custos de produção (redução dos custos de comercialização de fertilizantes; alíquotas do IPI sobre máquinas agrícolas; Prosolo); medidas de apoio à comercialização (internalização de mercados futuros; seguro agrícola; lei de armazengem; cooperativismo de crédito) e medidas de alcance setorial e/ou regional (Recoop; cacauicultura; Prodecer).

O Proleite é uma linha de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos visando à reconversão tecnológica de um segmento profundamente afetado pela abertura comercial e o Mercosul. O programa deverá investir R$1 bilhão nos próximos cinco anos. Para este primeiro ano está prevista a aplicação de R$200 milhões à taxa de juros de 8,75% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos. Cada produtor poderá financiar até R$25mil.

Na suinocultura, o governo criou um grupo de trabalho com o objetivo de propor medidas que possibilitem a revitalização do setor e promovam a expansão das exportações.

Bovinocultura: até 30 de junho de 2000 todo o crédito destinado à bovinocultura de corte com recursos controlados será orientado para a manutenção e recuperação de pastagens e a retenção de matrizes.

Redução dos custos de comercialização de fertilizantes – a Camex deverá estudar a possibilidade de redução temporária de tarifas.

As alíquotas do IPI sobre máquinas agrícolas terão alíquota zero até 31 de julho do corrente ano; daí em diante a alíquota será acrescida de 1 ponto percentual até atingir 5% em dezembro de 1999.

O Prosolo, programa criado na safra passada, será contemplado com mais R$300 milhões de recursos novos para o financiamento de corretivos aos agricultores e suas cooperativas. O limite do financiamento é de R$40 mil por beneficiário, com juros de 8,75 % ao ano e prazo de cinco anos.

O PLANO PARA A *nova safra gira em torno de quatro eixos principais: expansão do crédito rural; apoio à agricultura familiar no contexto do que o governo denomina de Novo Mundo Rural; ajustes nos preços mínimos e medidas de suporte estrutural.*

No caso da internalização de mercados futuros, a idéia é dar condições de maior liquidez a esses mercados mediante a autorização para que investidores não residentes apliquem nos mercados futuros brasileiros.

Seguro agrícola: os Ministérios da Fazenda, do Orçamento e Gestão e da Agricultura e Abastecimento deverão estudar alternativas de implantação de um seguro agrícola que possa de fato minimizar os elevados riscos associados à atividade rural.

Quanto à lei de armazenagem, o Ministério da Agricultura está encaminhando projeto de lei visando promover a modernização do sistema.

Cooperativismo de crédito: foi autorizado que as cooperativas centrais exerçam fiscalização e auditoria em nome do Bacen às cooperativas de crédito. O governo também está tomando providências para que os bancos cooperativos (Bancoob e Bansicred) possam operar em crédito rural com recursos equalizáveis pelo Tesouro Nacional.

No caso do Recoop, o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária estará aplicando recursos da ordem de R$2,1 bilhões, parte destinados a refinanciamento de dívidas e parte a investimentos e capital de juros com prazos de até 15 anos e encargos correspondentes à variação do IGP-DI mais juros fixos de 4% ao ano.

A cacauicultura teve no fim de junho, entre outras ações governamentais de apoio aos produtores atingidos pela vassoura-de-bruxa, a inauguração de uma fábrica de biofungicidas da Ceplac. O novo fungicida natural é mais eficiente e barato do que os produtos químicos hoje utilizados.

Para o Prodecer, o prazo total de pagamentos dos financiamentos do programa foi ampliado para 20 anos e faculta ao produtor optar pelos encargos financeiros originais (TJLP + 6% ao ano) ou pela sistemática da taxa de juros consolidada às operações contratadas pelo Prodecer III nos estados de Maranhão e Tocantins.

E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Segurança alimentar

Demanda e necessidade

A luta mundial pela segurança alimentar se polariza hoje entre a qualidade e a quantidade de alimentos

Antonio Herminio Pinazza

As mudanças no planeta se aceleraram de um modo notável em nosso século. Quase entrando no terceiro milênio, vemos que no século XX as ciências foram rebocadas pela física e pela química. Mas como disse o Prêmio Nobel Robert F. Curl, "está claro que o século que vem será da biologia". Ainda nem chegamos no século XXI e já temos uma generosa amostra do que pode a biologia.

Polêmica questão

A questão da segurança alimentar abala os países ricos. A polêmica está diariamente na mídia. Mas *in loco* o que se vê é uma catarse generalizada, verdadeira psicose coletiva.

Há pouco tempo, a doença da vaca louca deu a partida na União Européia para a obsessão atual sobre a qualidade dos alimentos. Já no final do ano passado, era visível nas pessoas o pavor de consumir alimentos sanitariamente incorretos. Mais ou menos como a obsessão urbana por segurança pessoal – grades, alarmes, cães de guarda e seguranças armados ou não.

Recentemente na Europa um incidente de possível contaminação em um refrigerante mundialmente conceituado causou confusão, prejuízo e convulsão pública. Na Itália, páginas inteiras de importantes jornais traziam informes publicitários exortando os consumidores a procurarem na tampinha a indicação "engarrafado na Itália", onde o sistema de envasamento era seguro.

Um empresário brasileiro muito experiente vindo da Escócia comentava que a questão sobre qualidade de alimentos era assunto diário na TV. Outro relatou que chegara há poucos dias da Bélgica, onde teve que comer peixe no café da manhã, no almoço e no jantar por causa da dioxina. Algumas pessoas chegam a se mostrar incrédulas diante das notícias.

Problemas desse gênero estão fazendo os europeus fugirem como o diabo da cruz de alimentos de origem desconhecida ou modificados. Questionados sobre o porquê, não justificam: simplesmente são contra. É o Princípio da Precaução, de defesa ante o mal desconhecido. Exagerando, é o mesmo que dizer que não se voa de avião porque há chances de o avião cair.

Num recente congresso internacional, dirigente de um organismo europeu comentava que a Europa produz alimentos há dezenas de séculos sem esse tipo de problema e que portanto não há justificativa para mudar, pondo em risco a qualidade dos alimentos.

Nos Estados Unidos os alimentos geneticamente modificados estão à venda sem identificação nos supermercados. Mas entre os consumidores não há a unanimidade que se imagina. Existem grupos se mobilizando, pressões que culminaram em uma pesquisa segundo a qual boa parte da população desconhece que esteja comendo esse tipo de alimentos.

Enquanto durar esse estado de comoção, será difícil convencer as pessoas de que não há problemas com alimentos geneticamente modificados. E o pior é que a confusa condução dos debates tem aumentado as dúvidas sobre a competência das entidades regulamentadoras, a ética que regula a denominada Life Sciences, quem serão seus donos e o que pretendem. Tudo isso leva a Europa a reagir contra a *Frankenstein food*, como a chamou algumas semanas atrás a *Business Week*.

O outro lado

E os países pobres, como ficam? A celeuma sobre segurança alimentar favorecerá com certeza os argumentos dos países centrais na defesa do seu mercado com barreiras protecionistas não tarifárias, exigências de certificação de origem, mascaramento dos subsídios pelo argumento do caráter multifuncional da agricultura etc. Entre um produto certificado da região de Parma e um outro de uma região qualquer da América Latina ou Ásia, que chances sobrariam para este último no mercado, se o de lá é subsidiado até os dentes e a marca é tão forte?



Países com renda *per capita* de milhares de dólares anuais podem se preocupar com a segurança alimentar qualitativa e acabam por envolver o mundo todo nessa discussão.

Enquanto isso, os 800 milhões que buscam comida e que sonhariam com uma política de segurança alimentar quantitativa, pois têm fome, não chegam a chamar a atenção. O problema da qualidade dos alimentos é sério, mas sua discussão apaga uma realida-

de diametral que é a da fome mundial.

Para os países ricos, as migrações constantes constituem um problema de efeito retardado. Nas principais ruas de belas cidades européias já se podem observar ambulantes ou camelôs como os que conhecemos no Brasil. São africanos ou asiáticos que correm da polícia, recolhendo suas mercadorias.

O fenômeno tende a aumentar. Em grande escala os imigrantes vão perturbar a qualidade de vida da população dessas grandes cidades. Talvez cheguem a sensibilizar os governos e estes concedam alguns benefícios aos países periféricos, tentando estancar o fluxo na origem. Os Estados Unidos não estão isentos dessa contingência, pois a população latina e hispânica já faz sentir sua presença como massa populacional em regiões como a Flórida e a Califórnia.

Desafios do novo milênio

O grande desafio do início do terceiro milênio será a convivência dos interesses envolvidos com a segurança alimentar qualitativa, pois é nela que reside o capital, e a segurança alimentar quantitativa, que precisa ser bem conduzida, sob o risco de se tornar uma fonte de perturbações e movimentos sociais.

O regime democrático não abre espaço para medidas de força sobre as questões relativas a sanidade e proteção ao consumidor. Se tem de haver rotulagem, que seja usada não como obstáculo, mas como informação ao consumidor. Os direitos básicos contemplam medidas que protegem os cidadãos e sua saúde com base em princípios e fundamentos científicos

A biogenética possibilita a obtenção de mais alimentos, o que atenderia à necessidade de disponibilizar maiores quantidades. Mas terá primeiro de convencer os cidadãos de que é possível fazê-lo melhorando a sua qualidade de forma sustentável e segura. A biotecnologia está no âmago de uma questão que joga com povos bem alimentados, que demandam segurança e qualidade dos alimentos, e populações no limite da desnutrição que necessitam de qualquer alimento. É uma tarefa e tanto.

Antonio Herminio Pinazza é professor universitário e diretor da Abag.

Tendência

Os sem-fábrica

Produzir sem ter uma unidade produtiva é um fenômeno que está se generalizando na agroindústria brasileira

WALTER BELIK

Nos últimos anos, os sem-fábrica cresceram e se firmaram em diversos ramos da indústria, como confecções, calçados, gráficas, plásticos e móveis. Agora chegou a vez da agroindústria. Todas essas atividades têm em comum a utilização de mão-de-obra intensiva, baixo conteúdo tecnológico do produto e elevados volumes de vendas.

Barreiras eliminadas

No passado, o processamento de matérias-primas de origem agropecuária estava cercado de uma série de limitações que impunham elevadas barreiras aos novos concorrentes. Do conhecimento e acesso às fontes de suprimento até o segredo industrial, passando pelo alto custo dos equipamentos envolvidos na produção, tudo era inacessível aos que se aventuravam. Hoje as barreiras se reduziram ou foram eliminadas.

As fontes de matéria-prima estão cada vez mais próximas. Encurtou-se o tempo de transporte, intensificaram-se o comércio internacional e a criação de mercados regionais comuns. A tecnologia avançou também no processo produtivo, simplificando procedimentos e reduzindo escalas. Finalmente, o chamado segredo industrial na agroindústria só se mantém em algumas poucas especialidades e está ligado muito mais à tradição do fabricante ou da região produtora que a algum atributo tangível do produto.

Novo paradigma

Os antigos papéis representativos dos capitais ao longo da cadeia produtiva agroindustrial tendem a se misturar. Está cada vez mais difícil identificar quem são os produtores rurais, industriais, atacadistas e varejistas nos diferentes segmentos da agroindústria.

Alguns elos dessa cadeia simplesmente desapareceram enquanto outros surgiram assumindo novas funções que até então não tinham importância. É o caso das funções desempenhadas pelo que chamamos de "coordenador" da cadeia produtiva. O coordenador identifica nichos ou parcelas de demanda não atendidas, desenvolve fornecedores de matérias-primas e promove a fabricação e a logística da distribuição desses produtos. Pode ser um dos envolvidos na cadeia produtiva, como o atacadista ou o supermercadista. Mas pode ser também um agente externo, como é o caso da espécie – cada vez menos rara – conhecida como o sem-fábrica.

Cadeia ativada

O sem-fábrica já era bastante comum na indústria de conservas, doces e alimentos congelados mas tornou-se muito mais conhecido nos últimos anos no segmento de leite e laticínios.

No ano passado por exemplo, antes da desvalorização do real, importamos 14% do que se consome no mercado formal de leite no Brasil. Grande parte dessa matéria-prima entrava pela Argentina proveniente da Nova Zelândia ou da União Européia, onde se adquiria o produto a preços altamente subsidiados. No destino final, o produto era reprocessado e recebia a embalagem de uma marca local ou nacional. O processo era coordenado por um sem-fábrica que identifi-

cava necessidades locais e ativava toda a cadeia.

Mais recentemente o fenômeno atigiu também a indústria de suco de laranja e a produção de álcool. Nesses segmentos da agroindústria o problema está em encontrar mercado para os produtos e não na produção em si. O atual contexto é de superprodução e redução de preços. Muitas unidades produtivas estão convivendo com enorme capacidade ociosa. Conhecendo o mercado e possuindo os canais de distribuição, alguns agentes coordenadores estão alugando instalações industriais, comprando matéria-prima e distribuindo o produto sob sua bandeira.

Exemplos não faltam

Recentemente, uma grande empresa esmagadora de citros simplesmente se retirou da produção e vendeu todos os seus ativos. Embora deixasse de produzir, a empresa não se retirou do mercado; apenas partiu para o arrendamento de instalações ociosas e a comercialização do produto.

DO CONHECIMENTO *e acesso às fontes de suprimento até o segredo industrial, passando pelo alto custo dos equipamentos envolvidos na produção, tudo era inacessível aos que se aventuravam. Hoje as barreiras se reduziram ou foram eliminadas.*

O mesmo tem ocorrido com as empresas supermercadistas ou comerciais de maneira geral, que vêm desenvolvendo fornecedores para a fabricação de suco de laranja pronto para beber sob a marca do varejo.

No caso da produção de álcool também já se verifica uma grande movimentação de empresários constituindo empresas comercializadoras com o objetivo de comprar excedentes a partir de contratos de venda já firmados no exterior ou junto às distribuidoras.

Em muitos casos, este novo papel de coordenação da cadeia parece estar apontando uma tendência para a agroindústria, com as características de uma produção que é capturada e se torna auto-ativada pela demanda. Em outros casos, que merecem mais atenção, a coordenação privada está substituindo aquele papel que era exercido pelo governo no tempo em que havia um volume mais significativo de crédito agroindustrial, incentivos à exportação, controles alfandegários e estoques reguladores públicos.

Recentemente, uma grande empresa deixou de produzir e partiu para o arrendamento de instalações ociosas para comercializar o produto.

Walter Belik é professor do Instituto de Economia e coordenador do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp. E-mail: belik@eco.unicamp.br.

Pecuária leiteira

Realidade e futuro

Uma análise mostra uma produção modelar ao sul. Mas o Brasil é ainda uma grande promessa

ALZEMAR JOSÉ DELFINO

Na Argentina, a pampa úmida, a terra naturalmente fértil, as forrageiras de inverno, o clima propício para o cultivo e a criação de animais leiteiros e outras facilidades geoclimáticas permitem aos criadores produzirem "leite a pasto". Tudo concorre para atenuar a estacionalidade da produção.

Os produtores argentinos naturalmente se tornaram profissionais da pecuária leiteira. Formaram um rebanho com alto grau de aptidão leiteira – o gado holando-argentino ou GHA; inseriram tecnologia no processo de produção mediante ordenhadeiras mecânicas, máquinas e equipamentos necessários à produção de alimento do rebanho – e os fornecedores de máquinas e insumos acompanharam a evolução do setor; capacitaram sua mão-de-obra, ganharam escala, capacidade de investimento, padronização e sobretudo solidariedade.

Com 25 mil produtores, ou apenas 2% do total dos brasileiros, e média diária de 1 mil litros de leite por fazenda, ou 2.000% a mais em relação ao Brasil, os argentinos têm 95% de sua produção na economia formal e 92% de granelização e refrigeração.

Os dois vizinhos

O Uruguai apresenta as mesmas características de solo e clima da Argentina. Por isso a atividade primária é de alta capacidade produtiva e baixos custos de produção, com predominância de gramíneas e leguminosas de alto valor protéico. A atividade é altamente mecanizada e o rebanho tem aptidão leiteira: gado holando-uruguaio – GHU –, descendente do gado canadense e americano.

As instalações para acomodação e alimentação do gado são bastante simples em relação aos outros países. A sobra de capital é revertida em equipamentos e máquinas, em melhoria da qualidade da terra e capacitação da mão-de-obra.

A sanidade do rebanho é controlada diretamente pelos agentes de saúde, a fiscalização é rigorosa e o processo de vacinação foi uma rotina na vida do produtor até o país se ver livre de doenças como aftosa e brucelose.

A presença do governo foi fundamental para a transformação da pecuária leiteira dos dois países, tanto na forma de organi-

zar o setor produtivo e industrial como no fomento da produção.

Estrutura e know-how

A estrutura laticinista (cooperativas de laticínios) é enxuta, concentrada (SanCor, Mastellone e Nestlé na Argentina e Conaprole no Uruguai), com alto grau de tecnologia na captação do produto e além disso produção estável garantida o ano todo, o que permite melhor planejamento das indústrias em relação a preço, volume de exportação e políticas de longo prazo.

É grande o *know-how* em relação à exportação: apresentam excedentes de produção e trabalham com o mercado externo há anos. Esta característica é básica para o comércio exterior, facilita a transação e possibilita a abertura de novos mercados.

O gado desses países não apresenta ecto e endoparasitas – carrapatos, piolhos, bernes, sarnas, vermes pulmonares e intestinais – já que a vermifugação é realizada uma vez ao ano, minimizando o gasto com medicamentos e vermífugos. A suplementação mineral quase não é necessária, pois as pastagens suprem as necessidades básicas do rebanho. O preço da matéria-prima da indústria láctea nesses países é um dos mais baixos do mundo.

Energia para dar e vender

A atividade não chega a ser tão expressiva no Paraguai. Mas o país apresenta uma característica necessária a todos que trilham o caminho do crescimento: energia farta e barata. Sem essa condição, os países terão que buscar novas alternativas para inserção de tecnologias no processo produtivo.

O caso brasileiro exemplifica bem esse problema: com o novo processo de granelização do leite, a instalação dos tanques de expansão nas fazendas sobrecarregou as fontes de energia de determinadas regiões. Com isso as redes elétricas estão sendo desativadas a todo momento e suas chaves desarmadas. Cada propriedade tem que montar um gerador de energia, onerando o produtor rural e encarecendo o custo de produção.

O Paraguai também apresenta boas terras e gado com aptidão leiteira. Sua estrutura leiteira produtiva é passível de se modificar, aliando organização dos produtores e políticas públicas e privadas voltadas para a atividade num futuro muito próximo.

O caso do Brasil

O Brasil, apesar de grande importador de produtos lácteos, tem um grande potencial para reverter esse processo e se tornar grande exportador de nível internacional. Com mais de 1 milhão de produtores e dimensão continental, várias formas de exploração da pecuária leiteira, baixa qualificação da mão-de-obra e outras características negativas impedem o país de elevar a produção de leite. Em termos tecnológicos, a pecuária leiteira brasileira é bastante atrasada, com baixos índices de produção e produtividade por estabelecimento, embora com grande potencial produtivo e de redução de custo de produção.

O APOIO DO GOVERNO *foi fundamental para transformar a pecuária leiteira da Argentina e do Uruguai. Com essa condição, o Brasil pode se tornar um poderoso produtor mundial de leite em pouco tempo.*

Na produção primária, existe longo caminho a ser trilhado: melhoramento genético, manejo adequado, produção de rações e suplementação balanceada, instalações adequadas e baratas, controle sanitário, melhoramento da fertilidade da terra, capacitação da mão-de-obra, melhoria na qualidade do leite. Mesmo na falta de tudo isso, o Brasil é o sexto maior produtor mundial.

Se todas ou parte dessas medidas forem tomadas pelos setores privado e público, o Brasil pode se tornar um poderoso produtor mundial de leite em pouco tempo. Bastam a união dos produtores, fator preponderante, o comprometimento do governo e do setor privado em adotar políticas de reestruturação da atividade e trabalho, muito trabalho.

Vantagem brasileira

No beneficiamento do leite – cooperativas e laticínios –, a estrutura brasileira está mais bem capacitada do que a de seus parceiros de Mercosul. O parque industrial da atividade leiteira tem melhor base tecnológica e nível de competitividade mais acirrado. O produto final, mesmo com um custo de produção mais caro, não tem preço tão elevado ao consumidor, respeitando o mecanismo de mercado – demanda e oferta: o preço ao consumidor não é tão alto quanto o argentino, quando comparado ao que é pago ao produtor, o que significa que as margens de industrialização e comercialização não são tão altas quanta as argentinas.

As terras de cerrado apresentam capacidade de produção barata. Apesar de não serem férteis como as do pampa úmido, têm grande potencial de produção de volumoso e grãos necessários à alimentação do animal. Terras planas que facilitam a mecanização do plantio à colheita, grande luminosidade que possibilita alto grau de crescimento das plantas, muita água – fator fundamental para a irrigação – e situação geográfica privilegiada ao escoamento da produção.

Dois sistemas de produção

O Brasil é o único país que tem condições de adotar dois sistemas de produção leiteira produtiva. O primeiro, o leite do cerrado – "a pasto", com terras abundantes e características propícias para a rotação de culturas anuais com pastagens, integrando agricultura e pecuária –, tem se mostrado eficiente à medida que se desenvolvem tecnologias para manter o solo produtivo por um longo período de tempo. Faz-se necessário o manejo correto dos animais, o uso de fertilizantes e o uso de irrigação durante o inverno para determinadas forrageiras.

No segundo, o chamado "leite confinado", os animais permanecem a cocho o ano todo recebendo volumoso e suplementação de concentrado e mineral. Esse modelo exige nível maior de investimento – instalações, máquinas e equipamentos, qualificação de mão-de-obra, gado com alto valor genético e outros –, dentro do modelo chamado *free stall* ou confinamento permanente.

A grande vantagem brasileira em relação

aos outros países está justamente no que está por vir, por fazer; na implementação de um programa de mudanças no padrão da produção leiteira, processo que já ocorreu nos países hoje com alto grau de tecnologia e competitividade. A transformação revogaria o sistema arcaico de produção e moldaria a atividade no nível da concorrência internacional.

Problemas e promessas

Portanto, os problemas são ao mesmo tempo exemplos da potencialidade brasileira. Hoje é um risco o produtor deixar de investir e de acreditar no futuro do mercado de leite. Há muito espaço para crescer com pequeno investimento. O melhoramento genético por exemplo representa um grande acréscimo de produtividade, porque o rebanho brasileiro ainda é pouco especializado na produção leiteira. Pouca coisa que se faça representa um grande salto em produção.

O país tem ainda muitas áreas a ser exploradas, permitindo produzir mais alimento para os animais e aumentar a produtividade. É uma situação privilegiada, comparando com os grandes produtores mundiais como Estados Unidos, União Européia e Nova Zelândia e mesmo com parceiros do Mercosul, como Argentina e Uruguai, que têm qualidade e produtividade superiores. Nesses países, não há espaço para o desenvolvimento como no Brasil, que tem tudo a seu favor: terra e pastagens abundantes, tecnologia facilmente acessível, insumos de qualidade, mão-de-obra farta, boa assistência técnica, produtores ávidos de crescer e principalmente um mercado consumidor subexplorado, fator de extrema importância e muito raro em qualquer outro país. Além disso, com o segundo maior rebanho do mundo (o primeiro é o da Índia), se a produtividade simplesmente dobrar de três para seis litros/dia, o Brasil poderá estar entre os três maiores produtores de leite do planeta.

Alzemar José Delfino é professor do Centro Universitário do Triângulo – Unit – Uberlândia, MG.
Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida na Universidade Mackenzie, SP, sob o título "Um estudo comparativo da pecuária leiteira nos países do Mercosul", no dia 17-6-1999.

Banana

Sonhando com o mercado

O Nordeste pode fazer do Brasil um grande exportador, mas é preciso atender às exigências do mercado

Clóvis Oliveira de Almeida, José da Silva Souza e Miralva de Souza Leal

O Brasil é o segundo produtor mundial de banana, superado pela Índia. Embora grande produtor mundial, sua participação no mercado internacional ainda é marginal. Nos últimos anos, o país tem exportado menos de 1% do que produz. Vários fatores contribuíram para esse desempenho, destacando-se o tamanho do mercado doméstico; a incompatibilidade entre as variedades produzidas no Brasil e as demandadas no mercado externo; o baixo padrão de qualidade da fruta; o custo do crédito e os níveis atrativos de preços para o produto no mercado doméstico.

São Paulo e Santa Catarina são os maiores exportadores da fruta no Brasil. As exportações se destinam basicamente à Argentina e ao Uruguai. A fruta vai para o Uruguai na forma de cachos e para a Argentina em pencas. Recentemente o governo brasileiro proibiu a exportação da fruta sob a forma de cachos.

Mas apesar de se destacarem como os estados brasileiros que mais exportam banana, São Paulo e Santa Catarina destinam ao mercado doméstico a maior parte da produção obtida. Em 1994 apenas 1,4% da produção de banana de Santa Catarina foi exportada.

Competitividade equatoriana

Maior concorrente do Brasil no mercado de banana da América do Sul, o Equador vem aumentando suas exportações para os países do Cone Sul, enquanto diminuem as exportações brasileiras. Uma explicação é que o Equador consegue comercializar banana de melhor qualidade e a menor custo que o Brasil. O Pacto Andino, que estabelece taxação zero na comercialização entre os países participantes (Argentina, Uruguai e Equador) não deve ser ignorado enquanto componente da competitividade equatoriana.

Vantagens oferecidas pelo Equador como estabilidade e competitividade dos preços, garantia de oferta regular, boa apresentação do produto e transporte marítimo em temperatura constante aos poucos levaram a melhor sobre o produto brasileiro.

As condições climáticas do Equador e de outros concorrentes do Brasil, como Venezuela, Colômbia e os países da América Central localizados na região equatorial, favorecem a produção contínua de banana de alto padrão de qualidade e garantem regularidade de oferta, parâmetro importante para chegar ao mercado internacional.

Clima propício

Outras regiões do Brasil poderiam ser incorporadas como zonas de exportação. É grande o potencial da região Nordeste, que oferece excelentes condições climáticas e recursos hídricos. Seria possível desenvolver ali uma bananicultura com baixa incidência de doenças, alta produtividade, oferta regular e as menores distâncias portuárias entre a região e os principais mercados importadores, fazendo do Nordeste uma subzona de comércio com os Estados Unidos e União Européia.

A exemplo da manga e da uva, frutas que o Nordeste consegue exportar com qualidade e competitividade, a banana, fruta mais

consumida no mundo, poderia constituir uma excelente possibilidade de expansão das exportações agrícolas nordestinas. Entretanto, para que isso aconteça é necessário superar uma fase de baixa eficiência na produção da fruta, cultivar as variedades mais demandadas e tornar a qualidade da banana compatível com as exigências dos mercados.

Enquanto a banana tipo *cavendish* é a mais aceita e transacionada no mercado internacional, o Nordeste orientou o cultivo e o consumo para a banana prata. Seria preciso reorientar a produção para se inserir ativa e competitivamente no mercado internacional de banana a curto e médio prazos. Essa foi uma das estratégias utilizadas nos plantios empresarias do vale do Açu, localizados no Rio Grande do Norte, para alcançar o mercado externo. No prazo de apenas um ano, o estado passou a exportar banana para a Argentina e tem como meta o cobiçado mercado europeu.

Ao sabor do mercado

Na atual conjuntura, ainda que os países produtores de banana prata venham a conquistar espaço no mercado internacional, dificilmente conseguiriam concorrer com os países que produzem a *cavendish*, a exemplo da Grand Naine. Irrigada, a produtividade média dessa banana alcança 70t/ha, enquanto a banana prata dificilmente ultrapassa a média de 30t.

Num horizonte temporal mais longo, a suscetibilidade da *cavendish* à sigatoca pode impor fortes mudanças ao mercado internacional de banana, como aliás já ocorreu em épocas passadas, quando o mal-do-panamá induziu a mudança de variedade. Ademais, a forte tendência por frutas livres de produtos químicos é outro fator que pode deslocar a demanda de banana do tipo *cavendish* para o tipo prata. Os maiores exportadores de banana fazem uso intensivo de defensivos químicos.

ESTADOS BRASILEIROS *que mais exportam banana, São Paulo e Santa Catarina destinam ao mercado doméstico a maior parte da produção obtida. Em 1994 apenas 1,4% da produção de banana de Santa Catarina foi exportada.*

A banana tipo *cavendish* é ainda a mais comercializada na União Européia, que constitui o maior mercado mundial da fruta, movimentando cerca de US$5 bilhões por ano em nível de varejo. Além de ser um mercado guiado para essa variedade, o regime de importação de banana da União Européia penaliza os países exportadores da América Latina e beneficia as ex-colônias britânicas e francesas localizadas na África, no Caribe e no Pacífico, introduzindo fortes distorções comerciais no mercado internacional.

Políticas comerciais

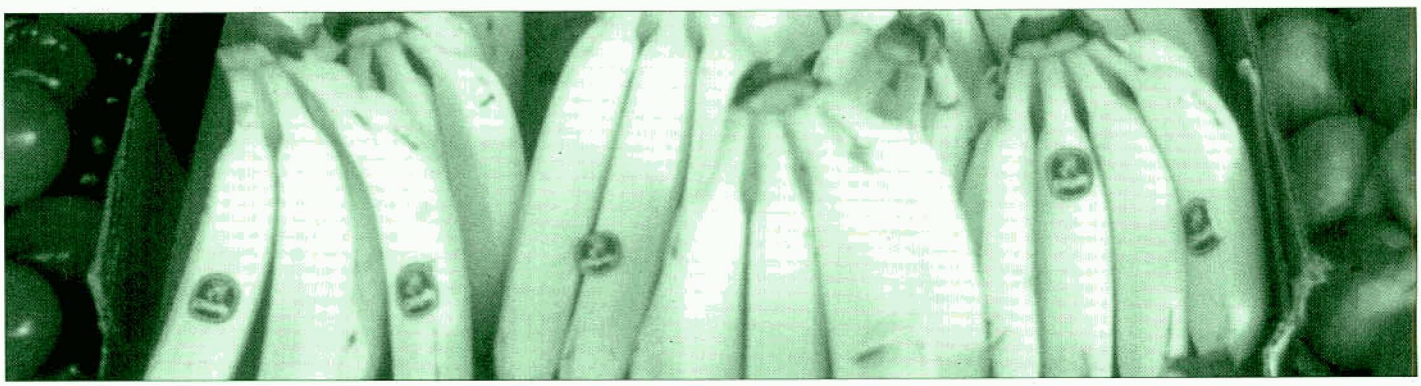
Na última revisão do regime de importação de banana da União Européia, os países da América Latina tiveram suas cotas de exportação reduzidas. Como efeito dessa política, parte da oferta equatoriana e costarriquenha, que antes era destinada aos mercados europeus, passou a seguir para a Argentina e o Uruguai. As cotas de exportação são estabelecidas com base no desempenho exportador do país, sendo reservadas apenas àqueles que têm tradição no mercado. O Brasil não é contemplado porque não é um exportador tradicional da fruta. Em 1998 o Brasil reivindicou uma cota de 200 mil toneladas anuais.

Após forte pressão dos Estados Unidos e dos principais países exportadores de banana da América Latina, a união Européia revisou o regime de importação de banana em outubro de 1998, que passou a vigorar a partir de janeiro de 1999. No novo regime, os países latino-americanos tiveram suas cotas aumentadas e o Brasil, finalmente, foi contemplado com 9,43% da cota de exportação cedida aos países da América Latina.

Às eventuais restrições impostas pelo tipo de banana mais comercializada internacionalmente alia-se o fato de as transações no mercado mundial serem dominadas por grandes *tradings companies*, entre elas as norte-americanas Chiquita e Dole e a equatoriana Noboa, que representam concorrentes de peso, já estabelecidas nos principais mercados importadores e exportadores.

Não será fácil expandir as exportações brasileiras de banana mediante a inclusão do Nordeste como região produtora e exportadora, como deseja o governo através dos programas Padefin e Brasil em Ação. As possibilidades existem e podem ser concretizadas, mas é preciso traçar uma estratégia capaz de separar o objetivo que se deseje alcançar – aumento das exportações nordestinas de banana – dos interesses imediatos de grupos organizados.

Clóvis Oliveira de Almeida é pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFBA, doutor em economia aplicada pela Esalq/USP.
José da Silva Souza é pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFBA, mestre em economia rural pela UFC.
Miralva de Souza Leal é acadêmica do Curso de Engenharia Agronômica da UFBA, bolsista estagiária da Embrapa Mandioca e Fruticultura (área de socioeconomia e estatística).



Mamão

Prejuízos da meleira

Doença epidêmica afeta os mamoeiros do Brasil e põe em risco uma produção importante para o país

CRISTIANE DE JESUS BARBOSA, ANTONIO SOUZA NASCIMENTO, PAULO ERNESTO MEISSNER FILHO, JOSÉ DA SILVA SOUZA

O mamoeiro encontra no Brasil excelentes condições para se desenvolver e produzir, e é cultivado em quase todos os estados por pequenos, médios e grandes produtores: o país é o primeiro produtor mundial de mamão, com 1,7 milhão de toneladas por ano, 35,41% da produção global de 4,8 milhões de toneladas.

Números do mercado

Grande exportador, o Brasil comercializou 9,9 mil toneladas em 1998, principalmente para o mercado europeu. Nos últimos sete anos, o mercado internacional dessa fruta tem estado em franca expansão. A Europa, que importou 8,3 mil toneladas em 1990, passou a receber 13 mil em 1997 – um acréscimo de 56,8%.

No mercado americano, o volume importado aumentou de 5,2 mil toneladas em 1990 para 48,2 mil em 1997, 825,3% a mais no período. As importações dos Estados Unidos em 1997 representaram cerca de 44,17%, enquanto a Europa teve uma participação de 11,87% nas importações mundiais de frutas frescas de mamão, que foram de 109.133t anuais.

A tendência deve abrir uma excelente oportunidade de mercado para o mamão brasileiro, desde que melhore a qualidade do fruto e principalmente sejam superadas barreiras quarentenárias impostas pelos países importadores, especialmente os EUA e o Japão.

O grande inimigo

A meleira é atualmente o principal problema fitossanitário da cultura do mamoeiro, reduzindo em até 30% a produção dos pomares afetados no Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. Juntas, as duas regiões são responsáveis por 74% da produção brasileira de mamão. Além da importância econômica, a cultura é de grande importância social, cria postos de trabalho e absorve mão-de-obra regularmente. Sua produção ocorre durante o ano inteiro, e a necessidade de se renovarem periodicamente seus cultivos gera milhares de empregos diretos e indiretos.

A meleira tem desestimulado os produtores, e é possível que venha a ser responsável pela redução das futuras áreas de plantio. Nas plantas doentes ocorre escorrimento de látex dos frutos e alteração na consistência da polpa. O látex oxidado escurece, dá ao fruto o aspecto melado do qual deriva o nome da doença. Os frutos afetados também podem apresentar manchas claras na casca e na polpa. Sintomas da doença podem aparecer em folhas jovens, antes da frutificação, tornando as bordas das folhas necróticas após o escorrimento do látex.

Nos EUA *as importações de mamão cresceram de 5,2 mil toneladas em 1990 para 48,2 mil em 1997, 825,3% a mais no período. Em 1997 representaram cerca de 44,17% das importações mundiais da fruta, enquanto a Europa participava com 11,87%.*

Observada pela primeira vez em 1987, no município de Teixeira de Freitas, no Sul da Bahia, em 1989 a doença foi detectada no Norte do Espírito Santo. Mais recentemente, foram observados mamoeiros com sintomas de meleira no Nordeste da Bahia e na região do submédio São Francisco, principal pólo frutícola do Nordeste.

Causas da doença

Inicialmente a meleira foi atribuída à deficiência de absorção de cálcio e/ou boro resultante da falta de água ou do desbalanceamento de bases no solo. Foram as observações de partículas isométricas de vírus ao microscópio eletrônico, em suspensões de látex de plantas afetadas, que associaram um patógeno com a meleira. A hipótese foi reforçada pela detecção de formas replicativas de vírus (dsRNA) em folhas e frutos de plantas doentes.

A meleira se propaga de plantas afetadas para plantas sadias através de métodos mecânicos e da detecção de dsRNA em tecidos de mamoeiros inoculados. Estudos com plantas protegidas com tela antiafídio e expostas à infecção em campo indicaram a associação de um vetor na transmissão da meleira. Todas as plantas expostas em campo foram infectadas e as protegidas não desenvolveram a doença. Por hipótese a meleira se transmite pelos insetos conhecidos como cigarrinha verde e a mosca branca.

Há meses um grupo interdisciplinar envolvendo virologistas, entomologistas e melhoristas da Embrapa Mandioca e Fruticultura, UFRRJ, Emcapa, EBDA, UFC e UFBA procura caracterizar o agente causal, precisar as formas de transmissão e descobrir como controlar a meleira.

Mosca-das-frutas

Altas infestações de moscas-das-frutas em pomares afetados pela meleira chamaram a atenção para uma possível associação dessa praga com a doença. Esse fato parece estar relacionado com o decréscimo de benzil isotiocianato (BICT), um composto químico presente no látex do mamoeiro que atua como indutor da resistência do fruto ao ataque dessas moscas. O composto foi identificado na década de 70 em frutos de mamão como uma substância volátil formada após a dilaceração da célula do tecido do fruto. Acredita-se que o BICT induza à resistência às moscas-das-frutas em frutos verdes, já que a substância é tóxica para ovos e larvas de três espécies dessas moscas.

Também se descobriu que o teor de BICT no fruto é inversamente proporcional ao grau de maturação desse fruto.

Foram expostos à mosca-das-frutas frutos verdes sadios e frutos verdes infectados pela meleira. Os frutos verdes doentes se mostraram suscetíveis à *Ceratitis capitata* e *Anastrepha obliqua*. O mamoeiro passa desse modo de hospedeiro ocasional a hospedeiro preferencial de moscas-das-frutas, aumentando a disseminação de espécies quarentenárias em áreas onde a fruticultura irrigada é uma atividade de grande expressão socioeconômica.

Por suas características epidemiológicas e como ocorre só no Brasil, a meleira torna-se importante do ponto de vista quarentenário. O fato de o fruto verde afetado pela doença ser altamente suscetível ao ataque das moscas-das-frutas agrava o problema.

O agronegócio do mamão exige ações conjuntas das instituições de defesa fitossanitária, extensão rural e pesquisa. É fundamental que os empresários do setor se empenhem em preservar essa atividade responsável pela geração de empregos e divisas para o país.

Os três primeiros autores são pesquisadores da área de fitossanidade da Embrapa Mandioca e Fruticultura; o último é pesquisador da área de socioeconomia da mesma instituição.

Dados do site FAO, URL:http://apps.fao.org/lim500/nph-1999 e do site IBGE (1999), URL:http://www.sidra.ibge.gor.br/cgi-bin/prtabl.

Manga

Fruta o ano inteiro

A manga brasileira tem a vantagem da oferta na entressafra, mas ainda pode melhorar o desempenho

Clóvis Oliveira de Almeida, José da Silva Souza, Luciene do Nascimento Mendes, Ritaumária de Jesus Pereira

O Brasil é o segundo produtor mundial de frutas, superado apenas pela China, mas sua participação no mercado internacional é marginal e não consegue exportar mais do que importa. O tamanho do mercado doméstico explica a necessidade de importação, especialmente de frutas de clima temperado, mas não explica em absoluto o fraco desempenho das exportações, sobretudo de frutas tropicais. Nos últimos anos, o país tem contribuído com menos de 1% das exportações mundiais de frutas frescas.

Salvo raras exceções, ou as frutas que o Brasil produz não têm padrão de qualidade internacional ou as variedades produzidas não são compatíveis com as demandadas no mercado externo. Mesmo quando se produz a variedade adequada e com qualidade, há as chamadas barreiras não-tarifárias, em especial as relacionadas a problemas de fitossanidade. Atualmente é a mosca-das-frutas a principal barreira fitossanitária às exportações brasileiras de frutas frescas.

São poucas as frutas que o Brasil consegue produzir e exportar com qualidade e competitividade. A produção é localizada, destacando-se a maçã de Santa Catarina (região de Fraiburgo), o mamão do Espírito Santo (região de Linhares), a uva da Bahia e de Pernambuco (regiões de Juazeiro e Petrolina) e a manga produzida na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí (regiões de Juazeiro e Livramento do Brumado, Petrolina, Vale do Açu e José de Freitas, respectivamente).

Pauta de exportações

Em 1998, a manga foi a fruta que mais contribuiu para a pauta das exportações brasileiras de frutas frescas. O espaço conquistado pelo Brasil no mercado internacional de manga nesta década evidencia o potencial da fruticultura tropical na geração de divisas. Essa oportunidade fica ainda mais patente se considerarmos o recente crescimento da demanda mundial de frutas tropicais e suco de frutas.

O mercado internacional de manga não é único. Existem grandes diferenças quanto aos gostos, preferências e exigências. As variedades mais demandadas mudam conforme o país. O preço é estabelecido pelo mercado importador e a qualidade é padrão. É preciso manter um efetivo controle de qualidade para ter acesso ao mercado. A escolha do mercado-alvo antecede o planejamento da produção. Conhecer bem o mercado antes de planejar a produção é imprescindível para o sucesso do empreendimento.

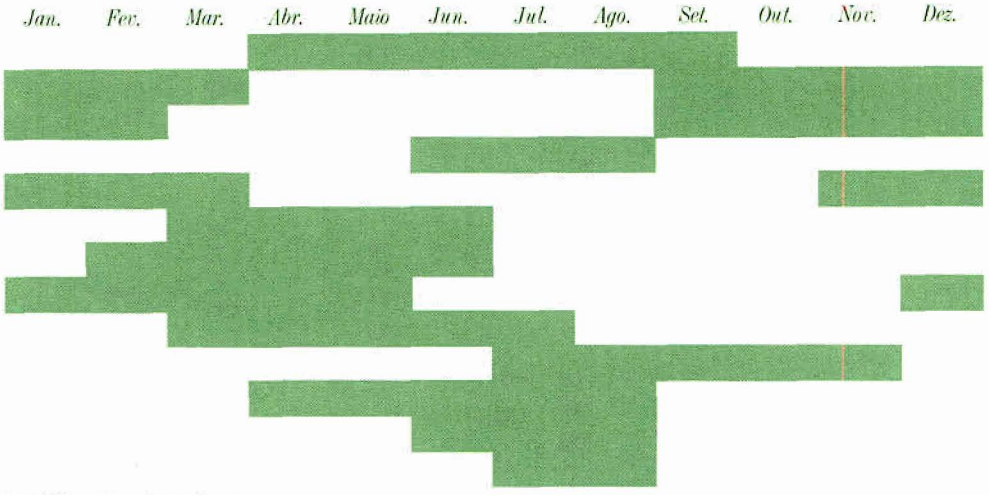
Há características comuns do mercado internacional de manga:

- as mais bem-aceitas são as coloridas, as verdes ainda têm problema de mercado;
- os preços são estabelecidos no mercado importador e as frutas são vendidas por consignação;
- os consumidores precisam de informações quanto a formas alternativas de consumir a fruta;
- as frutas devem ser padronizadas quanto a cor, tamanho e qualidade;
- o maior consumo é registrado no verão e o menor no inverno;
- a renda do consumidor é uma variável importante na determinação da demanda de manga.

Variações da renda

De modo geral, a demanda de manga no mercado internacional é muito sensível às variações de preço da fruta e da renda dos consumidores. No mercado japonês a demanda é mais sensível às variações da renda dos consumidores que as demandas dos

Sazonalidade da oferta de manga no mercado mundial



Fonte: *World Market for Mango* , 1995 (modificado). Elaboração dos autores.

[1] Comunicado especial dos exportadores.

mercados americano e europeu. A quantidade de fruta demandada no mercado europeu depende fortemente do preço da fruta. Nesse mercado, os preços flutuam pouco quando a oferta é instável.

Projeções da FAO indicam que, no período de 1994 a 2000, a quantidade demandada de manga vai crescer cerca de 41% nos Estados Unidos, 22% na União Européia e 4,2% no Japão. O mercado internacional é abastecido por vários países e o Brasil está entre os maiores exportadores junto com México, Filipinas, Índia, Paquistão e África do Sul.

A época de oferta varia conforme o país, embora se concentre no período de abril a agosto (quadro). O Brasil produz na entressafra dos principais países produtores e exportadores, o que lhe confere vantagens comerciais por desfrutar de preços mais elevados e ter poucos concorrentes no mercado.

Concorrentes e estratégias

Os principais concorrentes do Brasil são Peru e Israel. África do Sul, Honduras e Costa Rica são concorrentes em potencial, em decorrência de baixo custo da mão-de-obra, condições climáticas favoráveis, localização e época de produção, embora ainda exportem pequenas quantidades, exercendo pouca pressão sobre os preços vigentes no mercado. A médio e longo prazos, o problema de oferta pode ser resolvido, o que poderá impor fortes perdas para a mangicultura nacional.

Ao Brasil caberia estabelecer uma estratégia capaz de fortalecer seus laços comerciais, ampliar sua participação no mercado internacional e deslocar potenciais concorrentes no mercado externo e interno.

QUANTIDADE E QUALIDADE *na entressafra para manter regularidade de oferta no mercado externo e aproveitar a época de preços mais elevados no mercado doméstico iria melhorar o desempenho da manga no mercado. É desejável uma combinação de mercados, não uma escolha entre eles.*

Produzir em quantidade e com qualidade na entressafra para manter regularidade de oferta no mercado externo e aproveitar a época de preços mais elevados no mercado doméstico seria um passo nesse sentido. A estratégia desejável é uma combinação de mercados, não uma escolha entre eles. Se a restrição de oferta impuser uma escolha, é preciso atentar para o fato de que as transações comerciais no mercado internacional são feitas entre parceiros tradicionais, exigindo que se mantenha regularidade de padronização e oferta. Somente desse modo é possível se estabelecer uma relação confiável e duradoura, essencial para que o país possa ter uma inserção ativa e competitiva no mercado internacional. O custo de negligenciar esse fato pode ser a perda da condição de exportador. A exportação não pode ser tratada como excedente de mercado.

Elasticidades-renda e preço de manga

Mercados selecionados

Mercado	*Elasticidade-renda*	*Elasticidade-preço*
EUA	1,39	-0,74
UE	1,73	-2,49
Japão	3,23	-1,41

Fonte: Frutas do Nordeste – www.gt-frutas.com.br

Aumentando a oferta

A regularidade de oferta pode ser conseguida através da indução floral, hoje em uso nas regiões do vale do São Francisco e do vale do Açu, que permite colheita durante todo o ano. O aumento da quantidade ofertada pode ser obtido com expansão da área plantada e com ganhos de produtividade.

O extraordinário desempenho das exportações brasileiras de manga nos últimos anos deve-se, em grande parte, à existência de janelas de mercado decorrentes do período de entressafra dos principais países exportadores.

No mercado europeu, o período de maior consumo coincide com o período de maior oferta, que vai de abril a agosto, época em que os preços também são menores. Por não exigir o tratamento para mosca-das-frutas,

o mercado europeu é abastecido por vários países. Nessa época do ano, os fornecedores são Porto Rico, México, América Central, Venezuela, Israel, Filipinas, Paquistão e outros.

De setembro a março, época em que o Brasil é líder do mercado, a oferta é menor, os preços sobem e o consumo cai sensivelmente.

Diferentes mercados

O mercado norte-americano é mais exigente e só aceita importar manga caso o tratamento para mosca-das-frutas tenha sido realizado. O México é líder absoluto e ao lado da Venezuela abastece o mercado até agosto. De setembro a novembro, período da entressafra mexicana, o Brasil faz-se presente no mercado em condições privilegiadas: os preços da manga são mais elevados em função da oferta limitada. De novembro a dezembro o Peru e o Equador entram no mercado e os preços declinam.

O mercado japonês é o mais exigente e só aceita o tratamento a vapor para mosca-das-frutas. Embora faça essa imposição, o México, que também utiliza o mesmo tratamento que o Brasil para a mosca, consegue exportar manga para o mercado japonês. Por conta dessa discriminação, o Brasil acionou a OMC contra o Japão. O México e as Filipinas são os principais fornecedores de manga para o mercado japonês.

Embora as barreiras fitossanitárias ainda existam, dificultando a inclusão de novas zonas como exportadoras de manga no Brasil e a abertura de novos mercados, as exportações brasileiras da fruta registraram um expressivo crescimento na década de 90. A reabertura do mercado norte-americano em 1991 e a inclusão da região Nordeste como produtora e exportadora de manga explicam esse comportamento.

Nordeste na frente

Condições favoráveis de clima, solo, localização, disponibilidade de água para irrigação, preço da terra e custo da mão-de-obra conferem à região Nordeste vantagens comparativas em relação às demais e explicam a liderança absoluta da região na produção e exportação da fruta. O clima, o solo e o manejo da água permitem elevada produtividade, baixa incidência de doenças, precocidade da planta, produção ao longo de todo o ano, frutas mais doces e mais sadias. A localização reduz o tempo e o custo do transporte para os Estados Unidos e a União Européia – um fator de competitividade muito importante, se considerarmos que as frutas são altamente perecíveis. O preço da terra e o custo da mão-de-obra são menores na região e implicam menores custos de produção.

Papel da produção

O Brasil tem grandes possibilidades de ampliar e consolidar sua posição de exportador de manga, mas algumas barreiras ainda precisam ser transpostas nos próximos anos. Do ponto de vista da produção, é preciso:

- produzir com qualidade e quantidade durante todo o ano para deslocar eventuais concorrentes nos mercados externo e interno;

- diversificar a produção com o plantio de variedades comerciais diferentes; a diversificação de variedades é desejável como estratégia para alcançar diferentes mercados e se precaver contra eventuais mudanças na preferência do consumidor – o mercado europeu sinaliza para uma mudança de variedade em favor da *keit*, que já atinge preços mais elevados nesse mercado;

- desenvolver tecnologias capazes de controlar a mosca-das-frutas com uso mínimo de agrotóxicos; a tecnologia atual consiste em combinar o controle químico (isca tóxica) com o tratamento hidrotérmico, mas a combinação tem um custo elevado de controle químico e impacto ambiental dele decorrente (uso da isca tóxica); soma-se a essas desvantagens a crescente exigência de produtos com baixo índice de resíduos químicos, especialmente no mercado europeu – pesquisa em andamento na Embrapa Mandioca e Fruticultura visa combinar o controle biológico com o tratamento hidrotérmico, e os primeiros resultados apontam para expressiva redução de custos, obtenção de frutos sem resíduos de agrotóxicos e preservação ambiental;

- desenvolver variedades e/ou tecnologias capazes de eliminar o problema de queima do fruto por resina (látex) no momento da colheita.

A REGULARIDADE DE OFERTA

pode ser conseguida por indução floral, usada nas regiões do vale do São Francisco e do vale do Açu, que permite colheita durante todo o ano. O aumento da quantidade ofertada pode ser obtido com expansão da área plantada e com ganhos de produtividade.

Papel do governo

Do governo espera-se que seja mantido o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada, buscando formas cada vez mais eficientes de gerência do dinheiro público. Cabe também ao governo tornar a taxa de juros do crédito doméstico compatível com as vigentes nos países concorrentes.

Algumas recomendações que devem merecer especial atenção dos exportadores em potencial. Quem deseja exportar manga ou qualquer outra fruta deve ter em mente a necessidade de manter regularidade quanto à oferta e à qualidade; cumprir os prazos de entrega estabelecidos; manter funcionários ou representantes no mercado-alvo com o propósito de fiscalizar a qualidade do produto no momento da entrega, acompanhar o comportamento dos preços e assimilar as tendências de mercado.

Quando a fruta for destinada ao mercado doméstico, utilizar se possível transporte próprio para assegurar a qualidade da fruta.

Os autores são, respectivamente, pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFBA, doutor em economia aplicada pela Esalq/USP; pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFBA, mestre em economia rural pela UFC; acadêmicas do Curso de Engenharia Agronômica da UFBA, bolsistas estagiárias do Pibic na Embrapa Mandioca e Fruticultura (área de socioeconomia e estatística).

Agências de desenvolvimento

Um novo conceito

Um dos maiores méritos da idéia é a descentralização da formulação e gestão de políticas públicas

José Carlos Pedreira de Freitas

Segundo Albert Einstein, citado recentemente pelo ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura, Ailton Barcelos, em sua nota introdutória ao projeto de criação da agência brasileira do agronegócio, "nenhum problema pode ser resolvido pelo mesmo estado de consciência que o criou. É preciso ir mais longe".

A idéia de agências de desenvolvimento surge das transformações que ocorrem no padrão das relações entre Estado e sociedade. Um dos componentes mais marcantes dessas transformações é a descentralização dos processos de formulação e gestão de políticas públicas. Não só no plano das unidades da Federação mas, no das inter-relações entre público e privado e da participação dos agentes sociais envolvidos. Assunto já bastante estudado é em síntese uma alternativa às fracassadas tentativas de planejamento e gestão centralizados e globais.

Gestão estratégica

Para um país como o Brasil, de características continentais e profundas diferenciações regionais, esse mecanismo pode representar enorme contribuição à formulação e à gestão conjuntas de políticas públicas. É o que a literatura especializada chama de gestão estratégica de desenvolvimento. Sua característica básica é ser um processo compartilhado entre os setores público e privado.

As principais diretrizes de atuação das agências de desenvolvimento estão perfeitamente delineadas e são parte integrante das mais recentes teorias do desenvolvimento. Algumas organizações existentes no Brasil se aproximam do conceito de agência que se busca estabelecer.

Apesar da variedade das atividades, dos âmbitos de atuação e formatos institucionais, as agências de desenvolvimento são organismos criados sob a égide e ao amparo do setor público, para a promoção do desenvolvimento de dado setor ou zona territorial determinada. De qualquer modo, embora revistam-se de nova forma institucional, quando confrontadas às formas tradicionais de intervenção estatal, atuam na verdade no velho estilo de fazer políticas públicas. É o que se pretende evitar com o novo desenho e a concepção adotados para a agência de desenvolvimento dos agronegócios, atribuindo-se ao setor privado a efetiva liderança e o controle do processo.

A IDÉIA DE AGÊNCIAS *de desenvolvimento decorre das transformações do padrão das relações entre Estado e sociedade. Um dos componentes mais marcantes dessas transformações é a descentralização dos processos de formulação e gestão de políticas públicas.*

Quantum leap

As agências de desenvolvimento estão na linha preconizada pelo documento Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995, da Presidência da República, assim como no Programa de Privatizações e Concessões de Obras e Serviços Públicos.

Entretanto, o atual processo de criação dessas agências extrapola os limites da simples reforma do aparelho estatal, situando-se a rigor no âmago da reforma do próprio setor público agrícola brasileiro. É sobretudo um *quantum leap* no atual estágio dos agronegócios no Brasil, em direção a um novo patamar desenhado no Fórum Nacional da Agricultura (FNA). Constitui verdadeiro instrumento de viabilização de suas principais propostas e um dos mais importantes desdobramentos do próprio FNA.

Linhas de atuação

O exame objetivo da possibilidade de aplicar aos agronegócios a idéia de agência de desenvolvimento indica as seguintes principais linhas de atuação:

- informação: serviços/rede de informações (preços, oportunidades de mercados internos e externos, tecnologias de produção e processos, políticas setoriais etc.);
- capacitação: divulgação de serviços de capacitação, cursos e bolsas de especialização (áreas de promoção de exportações, gestão empresarial, gestão de qualidade, cursos de reciclagem etc.);
- inovação tecnológica: assessoria tecnológica; ensaios, análises de laboratório e controle de qualidade sobre matérias-primas, produtos acabados e processos produtivos; qualidade e produtividade; normatização, certificação e homologação; assessoria e gestão de processos de transferência de tecnologia; bolsas de oportunidades tecnológicas; apoio a projetos de P&D; desenvolvimento de canais de cooperação com instituições nacionais e internacionais pertinentes;
- serviços de *design* e *marketing*: serviços de informação e de assessoria específicos; articulação de campanhas promocionais;
- internacionalização dos negócios: informações sobre mercados externos; assessoria em acordos de cooperação técnica, comercial e financeira; assessoria a questões de direito comercial e negócios internacionais; formulação de estratégias mercadológicas, promoção comercial etc.;
- desenvolvimento e promoção de novos negócios: desenho de perfis empresariais e estruturação de negócios; definição de estratégias e apoio à diversificação da

estrutura produtiva local;

- serviços de gestão empresarial e financeira: engenharia financeira; articulação de fontes de financiamento; assessoria para a definição de estratégias financeiras e comerciais.

Solução possível

A idéia é conceber e implementar mecanismos de ação com características empresariais privadas, adequados às políticas públicas para o setor, formuladas em conjunto pelos setores público e privado.

A agência de desenvolvimento voltada para os agronegócios poderá, por exemplo, introduzir significativas inovações no campo da engenharia financeira, capazes de permitir vislumbrar uma solução definitiva para as permanentes dificuldades de crédito e financiamento para o meio rural.

No atual esforço de constituição desse modelo de agência está sendo considerada a oportunidade de fazê-lo louvando-se, no todo ou em parte, na estrutura da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial – Basagro.

Holding criada por capitais públicos e privados brasileiros para permitir, ao lado da Jadeco, a *holding* japonesa, a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, o Prodecer é inquestionavelmente um dos mecanismos mais bem-sucedidos na promoção e modernização da agricultura brasileira, nesse caso particular dos cerrados brasileiros.

Mobilizando parcerias

A Brasagro foi concebida há dois decênios e seu aproveitamento irá requerer uma transformação e reformulação para melhor cumprir seus novos objetivos, sem depender da criação de organismo novo.

De qualquer modo, a partir da transformação da Brasagro ou da estruturação de nova entidade, essa organização deve se incumbir das primeiras iniciativas relacionadas com a mobilização de parcerias internacionais no campo tecnológico, comercial e financeiro, requeridas para o início da efetiva promoção dos agronegócios no Brasil.

Embora enfatizando as características básicas de uma agência de desenvolvimento, é preciso não esquecer que o instrumento que se objetiva construir precisa estar dotado da máxima flexibilidade para promover arranjos internacionais.

A partir de decisão favorável do Conselho do Agronegócio (Consagro) para a criação da agência de desenvolvimento do agronegócio, foi criado por portaria do ministro da Agricultura – portaria 107, de 8 de março de 1999 – o comitê gestor responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de criação da agência, com representantes dos setores público e privado. Pelo setor privado participam do comitê gestor algumas lideranças dos agronegócios, indicadas entre os membros do próprio Consagro, cujo trabalho é apoiado por um grupo técnico executivo com representantes também dos setores público e privado, todos nomeados mediante portaria ministerial.

José Carlos Pedreira de Freitas é diretor da Hecta Participações e Investimentos e representante da Abag no grupo técnico executivo de criação da agência de desenvolvimento dos agronegócios.



Mercado de aves

O fim dos ovos de ouro

Frangos demais e milho mais caro criaram um impasse que põe à prova a maturidade do segmento para resolver seus problemas

Irene Raguenet Troccoli

No fim de maio a mídia noticiava a situação alarmante do mercado avícola: o preço do frango vivo vinha sofrendo repetidas desvalorizações. De janeiro a abril, o preço médio mensal pago pelo produto no mercado paulista acumulou queda de 42%, segundo dados da APA – Associação Paulista de Avicultura. A margem de lucro dos criadores, de 21% em dezembro de 1998, na média do primeiro quadrimestre deste ano não saiu de zero.

As explicações para o fenômeno culparam os níveis de oferta da ave, muito acima da capacidade de absorção do mercado consumidor.

Entre janeiro e março a produção brasileira de carne de frango atingiu a média mensal de 411,3 mil toneladas, 25% maior do que a dos mesmos trimestres de 1994 a 1998.

Raízes do problema

Em se tratando de avicultura porém, as origens desse movimento vêm de tempos mais remotos do que o momento em que a carne chega ao comércio. A colocação de um frango abatido no mercado embute um encadeamento produtivo de vários meses, começando com o alojamento das avós, passando pelo alojamento de matrizes de corte e pela produção de pintos de corte, antes de se chegar à ponta do frango vivo.

Como não se dispõe dos dados relativos ao ritmo de trabalho dos avozeiros, a análise deve ser feita a partir do alojamento de matrizes de corte, verificando-se as quantidades alojadas de animais e seus meses de entrada em produção. Além disso, entre esse alojamento e o momento do abate dos frangos vivos gerados, passam-se tipicamente de sete a oito meses.

É claro que os baixos preços do frango em maio último foram causados pelo alojamento recorde de matrizes de corte no trimestre agosto-outubro de 1998, cujos respectivos meses de entrada em produção seriam março, abril e maio de 1999.

Naquele trimestre do ano passado, a média mensal de alojamento chegou à quantidade historicamente inédita de 2.342 mil cabeças. A queda dos preços do frango na ponta do varejo em maio proveio simplesmente de uma oferta elevada, forçada pelo numeroso alojamento da geração imediatamente anterior.

De olho no lucro

Resta saber a razão de tamanho alojamento de matrizes de corte no segundo semestre de 1998, e a resposta é clássica: uma atividade econômica com perspectivas de lucro suficientes para mover os agentes na busca de aumento dos negócios. No caso da avicultura de corte, a resposta reside no indicador clássico de sua lucratividade – a relação entre o preço do frango vivo e o preço do milho, principal insumo à criação.

O mercado do milho no entanto mudou de perfil depois que dele passou a fazer parte a colheita da safrinha. Por conta dessa segunda colheita, o preço pago pelo grão em São Paulo caiu praticamente de forma ininterrupta entre os meses de junho e setembro de 1998. A tendência foi reforçada pela boa oferta do produto ao longo da temporada 1997/98 – que teve como suporte o estoque inicial recorde de 6,2 milhões de toneladas, já que a colheita de 30,2 milhões foi a segunda mais baixa da década.

Em agosto do ano passado os preços da ave relativamente aos do milho foram os mais favoráveis de que se teve notícia. Mas em quatro meses o preço relativo chegava a seu ponto mais reduzido. Foi a partir daí que o alojamento de matrizes de corte passou a crescer.

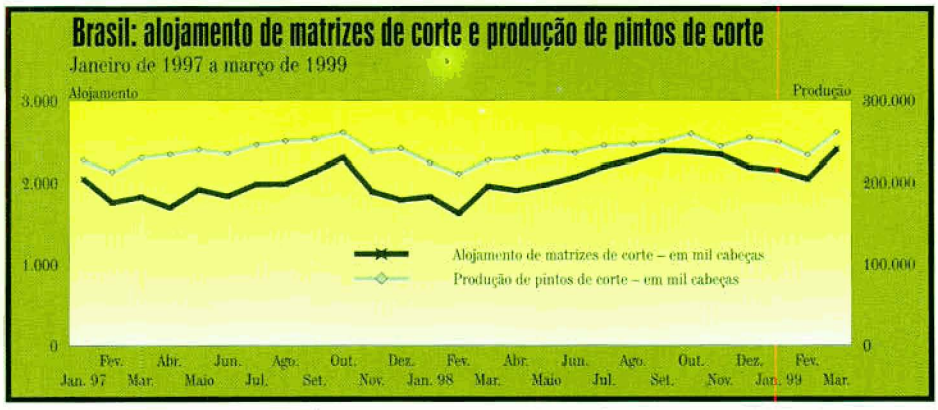
Hora de planejar

Durante os dois meses seguintes, setembro e outubro, esse movimento continuou, provavelmente porque os matrizeiros recebiam informações defasadas no mercado de ponta de frangos de corte, informações que teriam ainda que ser repassadas ao mercado de pintos de corte.

O mercado avícola brasileiro continua a reagir primariamente à tendência dos preços do milho, seu principal insumo. A produção de carne oscila segundo esse preço, e o segmento avícola ainda não funciona à base de um planejamento consistente entre oferta e demanda.

Os agentes ficam à mercê de intempéries como as de maio último, evidenciando a falta de maturidade do segmento, a despeito de seu enorme peso no complexo brasileiro de carnes.

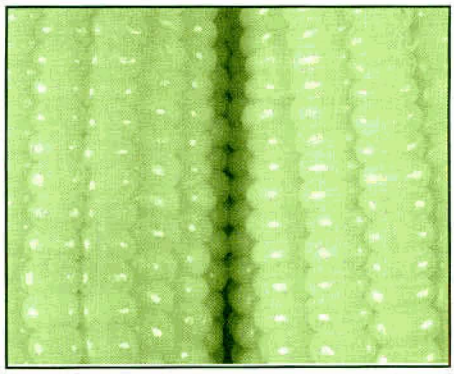
E-mail: irene@fgv.br



Indicador do milho FGV/BM&F

Preços prometem

Menos milho e mais consumo para o segundo semestre do ano compõem uma conjuntura de alta para o período



ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

O fim da primeira safra do milho do ano dá início à especulação dos agentes atuantes nesse mercado sobre a oferta e a demanda para o segundo semestre. Mas para 1999 já se chegou a um consenso: a oferta será extremamente ajustada e a manobra de importar milho fica um tanto quanto inviável, devido ao ajuste cambial.

A safrinha, hoje denominada segunda safra do milho, que vem obtendo um destaque cada vez maior por sua extrema importância no cenário do abastecimento interno, deve ficar abaixo do esperado, devido à quebra nas lavouras de Goiás e na Mogiana em São Paulo. O mercado já está trabalhando com um cenário altista para os últimos meses do ano. A tendência altista pode ser reforçada se continuar elevada a produção de carnes de frango e suína, que vai consumir grandes quantidades de milho.

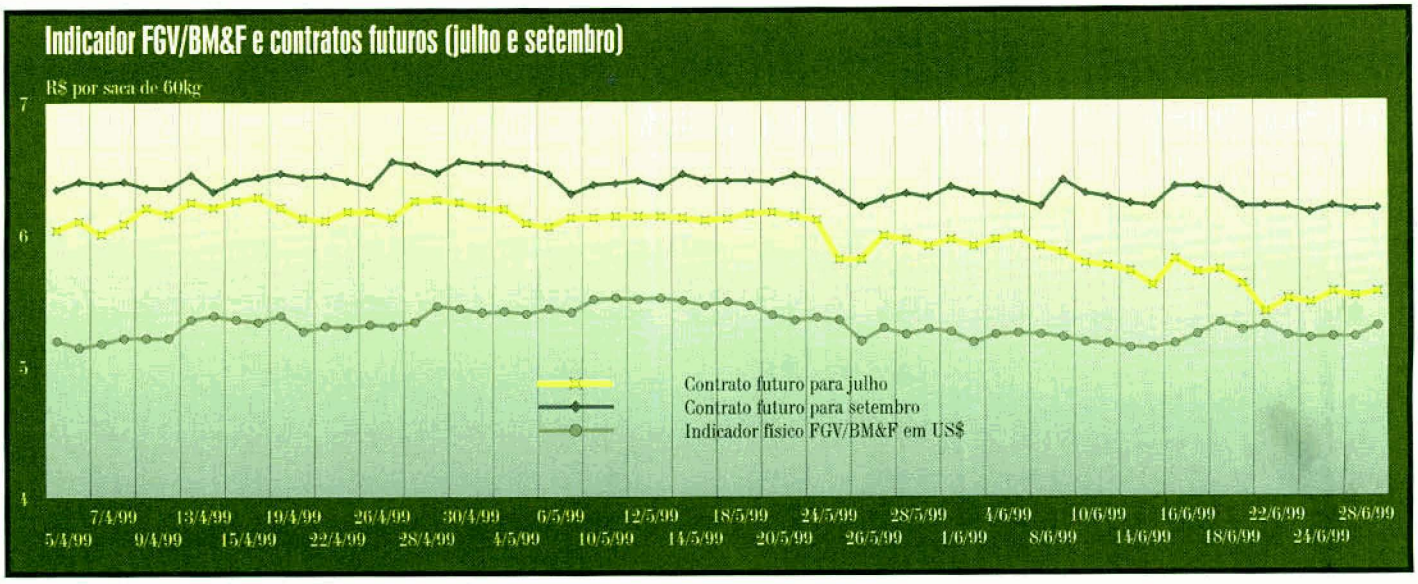
Essa tendência no mercado físico começou a ser captada pelo indicador do milho FGV/BM&F em meados de março, em plena colheita da primeira safra. A mudança foi atribuída em grande parte à necessidade de formar estoques a médio prazo. O incremento da produção avícola nacional explica o sistemático aumento anual do consumo interno do grão.

A TENDÊNCIA DE ALTA *começou a ser captada pelo indicador do milho FGV/BM&F no mercado físico em meados de março, durante a colheita da primeira safra. A mudança em grande parte se deve à necessidade de formar estoques a médio prazo.*

No mercado futuro de milho da BM&F, os agentes desse mercado sinalizam alta para contratos de curto e médio prazos; a justificativa é a falta do produto nos próximos meses do ano. Essa expectativa deve aumentar com a confirmação de quebra da safrinha em Goiás e na Mogiana. O contrato para entrega em julho sinaliza um preço de R$9,92 para o milho CIF posto Campinas mais ICMS. Esse preço representa uma alta de R$1,48 por saca de 60kg, comparando com o preço do mesmo período do ano passado. No contrato para entrega em setembro a alta é ainda maior, chegando a R$3,07 por saca de 60kg, tendo em vista os preços de setembro do ano passado.

A importância da análise do período reside em que preços atraentes no semestre podem incentivar o plantio de milho para a próxima safra em detrimento da soja, embora ainda seja cedo para tomar essa decisão; e também irá pesar na formação de estoques por parte dos agentes, consumidores ou não.

E-mail: roger@fgv.br



PREÇOS

Preços se acomodam

Depois do susto do início do ano, provocado pela mudança na política cambial, os preços voltaram a se acomodar

Maria José Cyhlar Monteiro

Em abril houve um recuo das cotações em todos os segmentos que compõem o Iabag. Dois fatores contribuíram para este movimento. De um lado, ficou claro que os consumidores não estavam dispostos a sancionar a volta dos reajustes de preços, ainda mais que o desemprego efetivo ou a ameaça de poder perder o emprego retraíram os consumidores. De outro, a entrada da safra trouxe sua contribuição para acalmar os preços. Ao movimento sazonal dos preços, incrementado pelas notícias de uma das safras mais fartas da década, somou-se o declínio das cotações no mercado externo.

As maiores quedas nos preços que compõem o Iabag se deram do lado do atacado, onde aliás a subida dos preços no primeiro trimestre foi mais intensa.

Os produtos que deram, individualmente, maior contribuição aos resultados do mês foram o café e as aves, no atacado, e as hortaliças e o arroz e feijão, no nível do consumidor.

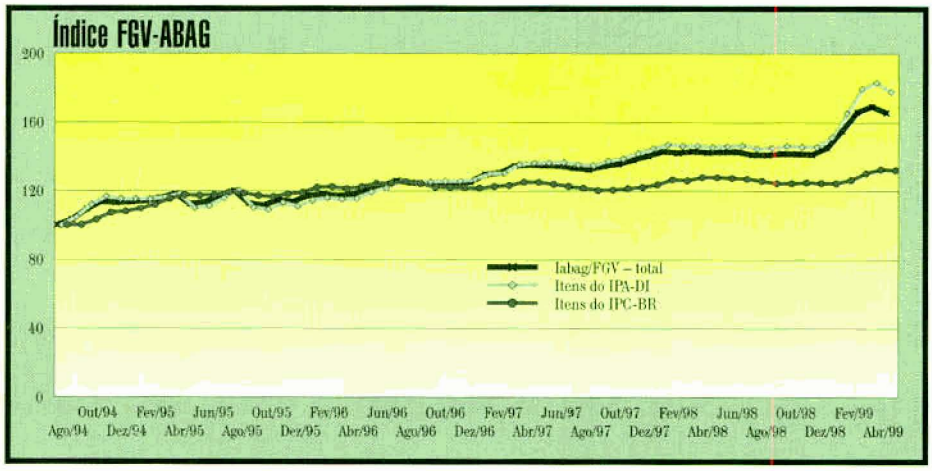
A variação acumulada do Iabag ainda supera a do IGP-DI, mas se os preços de produtos de origem agrícola mantiverem a tendência de queda a situação se reverterá em breve.

O índice FGV/ABAG vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getúlio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e in natura de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado - disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI que foram classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

Índice da Associação Brasileira de Agribusiness – Iabag

Março de 1999

Discriminação	*Pond*	*Var %*	*Influência %*
Total do mês	100,00	-2,18	100,00
Itens do IPA-DI	70,67	-2,94	95,30
Alimentação	27,60	-3,62	45,81
Matérias-primas brutas	43,07	-2,50	49,48
Itens do IPC-BR	29,33	-0,35	4,70
Alimentação	27,25	-0,46	5,81
Gêneros alimentícios	23,91	-0,46	5,06
Alimentação fora	3,35	-0,49	0,75
Bebidas alcoólicas e fumo	2,07	1,17	-1,11



FGV/Abag: últimos resultados (variações %)

	Iabag/FGV Total	*Itens do IPA-DI*	*Alimenta-ção*	*Matéria-prima bruta*	*Itens do IPC-BR*	*Alimen-tação*	*Gêneros alimentícios*	*Alimentação fora de casa*
Jan. 1999	6,90	9,17	22,34	0,48	1,59	1,72	1,95	0,16
Fev. 1999	6,98	8,59	5,44	10,70	3,09	3,27	3,56	1,29
	2,00	2,06	1,70	2,30	1,79	1,70	1,93	0,09
	-2,18	-2,94	-3,62	-2,50	-0,35	-0,46	-0,46	-0,49
Acumulado em 12 meses	16,28	22,15	35,77	12,96	3,31	3,84	4,46	-0,45
Acum.do ano de 1999	14,11	17,45	26,44	10,94	6,22	6,33	7,12	1,06

IBGE

Chuvas de prejuízo

A má distribuição das chuvas está prejudicando a colheita e já se fala até em frustração total da safra nas áreas mais afetadas

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Os novos números divulgados pelo IBGE confirmam as expectativas e trazem poucas modificações em relação ao informado no mês anterior. Contudo, o excesso de chuvas que vem caindo na região Sul está prejudicando o final da colheita de alguns produtos da safra de verão. Este excesso de chuvas tende a aumentar a umidade do grão colhido e, portanto, a produtividade.

Mais grave é o impacto de tais chuvas nas segundas safras de milho e feijão. A leguminosa se ressente bastante destas mudanças súbitas de condições atmosféricas e poderá ser bastante prejudicada. A safrinha de milho, cuja área plantada seguiu a trajetória de expansão que vem se registrando nestes anos 90, poderá entretanto registrar redução da produção em função de uma produtividade física menor.

No Nordeste também vêm se registrando problemas climáticos. Nos estados mais setentrionais as chuvas têm se mostrado irregulares e poderão causar algum prejuízo em relação às expectativas que se criaram com a entrada do fenômeno La Niña, que tende a beneficiar a região. Nos outros estados, a má distribuição das chuvas está causando prejuízos mais evidentes e já se fala em perdas substanciais de produtividade ou até frustração total da safra nas áreas mais afetadas.

Já com relação à safra de inverno, ainda não há condições de apresentar números, mas informações de mercado dão conta de que o alto custo dos insumos, boa parte dos quais dependentes da importação de insumos básicos, está levando os triticultores a se retrair. O preço mínimo fixado pelo governo, de R$185/t, também tem sido considerado desestimulante. No próximo mês o panorama deverá estar mais claro.

Brasil: produção e área colhida de lavouras selecionadas

		Área (em ha)				Produção (em t)		
	Participação (%) *	Safra 1998	Safra 1999	Variação %	Participação (%) *	Safra 1998	Safra 1999	Variação %
Total		40.707.047	42.518.889	4,45				
Abacaxi	64,25	33	32	-1,77	64,53	705.951	752.300	6,57
Algodão		819.938	669.361	-18,36		1.185.689	1.350.518	13,90
Algodão arbóreo	59,78	6.582	7.850	19,26	64,21	757	2.046	170,28
Algodão herbáceo (em caroço)	97,71	813.356	661.511	-18,67	99,63	1.184.932	1.348.472	13,80
Amendoim		99.919	93.745	-6,18		190.198	165.452	-13,01
Amendoim (em casca) 1ª safra	100,00	76.994	70.607	-8,30	100,00	153.662	130.210	-15,26
Amendoim (em casca) 2ª safra	98,84	22.925	23.138	0,93	99,44	36.536	35.242	-3,54
Arroz (em casca)	86,82	2.664.623	3.207.037	20,36	94,32	7.303.144	10.181.485	39,41
Banana	72,55	377.250	377.321	0,02	70,24	374.255	379.919	1,51
Batata-inglesa		162.513	157.861	-2,86		2.398.256	2.501.036	4,29
Batata-inglesa 1ª safra	100,00	93.817	94.951	1,21	100,00	1.285.973	1.430.871	11,27
Batata-inglesa 2ª safra	98,06	59.428	54.095	-8,97	97,80	867.199	839.330	-3,21
Batata-inglesa 3ª safra	46,18	9.268	8.815	-4,89	48,80	245.084	230.835	-5,81
Cacau (em amêndoa)	92,93	660.138	659.517	-0,09	88,34	247.420	251.020	1,46
Café (em coco)	97,90	2.039.174	2.142.084	5,05	98,42	3.390.376	3.109.996	-8,27
Cana-de-açúcar	90,25	4.495.624	4.472.141	-0,52	94,86	322.165.140	322.984.397	0,25
Cebola	100,00	67.007	64.119	-4,31	100,00	827.273	937.114	13,28
Feijão		2.849.952	3.662.897	28,52		1.907.272	2.575.938	35,06
Feijão (em grão) 1ª safra	89,86	1.662.666	2.194.579	31,99	98,51	970.557	1.475.317	52,01
Feijão (em grão) 2ª safra	88,34	1.144.212	1.446.333	26,40	91,53	834.524	1.049.332	25,74
Feijão (em grão) 3ª safra	24,05	43.074	21.985	-48,96	33,77	102.191	51.289	-49,81
Laranja	97,09	985.345	979.017	-0,64	97,47	101.031.047	94.145.858	-6,81
Mandioca	76,29	1.212.104	1.202.014	-0,83	77,86	15.302.229	15.769.249	3,05
Milho (em grão)		9.341.820	10.323.080	10,50		27.271.622	29.736.423	9,04
Milho (em grão) 1ª safra	92,77	7.797.603	8.637.784	10,77	97,64	23.036.731	25.569.474	10,99
Milho (em grão) 2ª safra	70,19	1.544.217	1.685.296	9,14	71,78	4.234.891	4.166.949	-1,60
Soja (em grão)	99,80	13.232.366	12.736.872	-3,74	99,84	31.324.203	31.288.810	-0,11
Sorgo	87,76	292.960	334.386	14,14	87,19	522.047	666.044	27,58
Tomate	99,41	62.156	56.028	-9,86	99,67	2.741.950	2.519.477	-8,11
Uva	95,67	55.247	54.349	-1,63	92,91	684.236	783.673	14,53

Fonte: IBGE. *LSPA : Levantamento sistemático da produção agrícola*, abr. 1999.

*Refere-se à participação das unidades da Federação, informantes no mês de janeiro em relação ao total da área e da produção nacional. Nas colunas relativas ao ano anterior não foram consideradas as unidades da Federação que ainda não informaram suas estimativas neste ano.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

CARNES

Preferência nacional

As carnes têm sempre a preferência, quando há sobra no orçamento familiar destinado a proteínas

Com a desvalorização do real, os exportadores avícolas brasileiros esperam recuperar neste ano a competitividade perdida no ano passado, na contramão da tendência mundial de queda das vendas devido ao aumento continuado dos estoques.

Brasil: carne suína

1996 a 1999 (p) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999 (p)*
Produção	1.600	1.540	1.675	1.707
Exportação	56	64	85	95
Importação	1	6	7	4
Disponibilidade	1.554	1.487	1.585	1.628
Consumo *per capita* (kg)	9	9	9	10

Fonte: Usda (mar. 1999). (p) previsão

Em 1998, a suinocultura brasileira se beneficiou de aumento tanto na taxa de desfrute quanto no peso dos animais abatidos. Para 1999, espera-se novo impulso nas exportações da carne, principalmente para a Argentina e Hong Kong, por conta da desvalorização da moeda brasileira ante o dólar.

Brasil: carne bovina

1996 a 1999 (p) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999 (p)*
Produção	6.150	6.050	6.140	6.106
Exportação	274	290	335	420
Importação	144	113	90	70
Disponibilidade	6.060	5.883	5.895	5.756
Consumo *per capita* (kg)	37	35	35	34

Fonte: Usda (mar. 1999). (p) previsão

Revertendo a tendência ao aumento dos abates iniciada em 1995, o segmento bovinocultor brasileiro deverá apresentar maior taxa de retenção dos animais em 1999, dada a expectativa dos criadores de que venha a elevar-se o preço dos animais ao longo do ano.

Brasil: carne de frango

1996 a 1999 (p) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999 (p)*
Produção	4.144	4.562	4.597	4.828
Exportação	582	665	628	692
Importação	0	0	0	0
Disponibilidade	3.562	3.897	3.969	4.062
Consumo *per capita* (kg)	22	24	24	24

Fonte: Usda (mar. 1999). (p) previsão

Animados pela desvalorização do real, os exportadores avícolas brasileiros esperam recuperar neste ano a competitividade perdida no ano passado, na contramão da tendência mundial de queda das vendas devido ao aumento continuado dos estoques.

Brasil: ovos

1996 a 1999 (p) - em mil t

Item	*1996*	*1997*	*1998*	*1999 (p)*
Produção	15.932	12.596	13.600	13.872
Exportação	15	20	25	30
Importação	0	0	0	0
Disponibilidade	15.917	12.576	13.575	13.842
Consumo *per capita* (kg)	98	76	81	82

Fonte: Usda (mar. 1999). (p) previsão

O consumo *per capita* anual de ovos continua patinando em níveis inferiores a uma centena de unidades. O fato evidencia a posição preferencial de que gozam as carnes junto à população quando há eventual sobra no orçamento familiar direcionado ao maior consumo de proteínas animais.

E-mail: *irene@fgv.br*

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

O Banco da Terra

Íntegra do Decreto nº 3.027, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, cuja implementação deverá mudar a orientação da Reforma Agrária (veja AGROANALYSIS, março de 1998). *A mudança se dará sob dois aspectos principais: descentralização da execução – já que se prevê "obter e enfatizar a participação dos poderes públicos estaduais e municipais e das comunidades locais em todas as fases de implementação dos projetos de reordenação fundiária" – e substituição do instrumento da desapropriação pelo da venda da terra ao agricultor.*

Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999 – *Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, e dá outras providências.*

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, decreta:

Capítulo I - Do Banco da Terra

Art. 1º O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, fundo especial de natureza contábil, criado pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, reger-se-á por este Decreto.

Capítulo II - Dos Recursos

Art. 2º O Fundo, instituído com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, será constituído de:

I - sessenta por cento dos valores originários de contas de depósito, sob qualquer título, repassados ao Tesouro Nacional na forma do art. 2º da Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997;

II - parcela dos recursos a que se refere o art. 239, § 1º, da Constituição Federal, excedente ao mínimo ali previsto, em montantes e condições a serem fixadas pelo Poder Executivo;

III - Títulos da Dívida Agrária – TDA –, a serem emitidos na quantidade correspondente aos valores efetivamente utilizados nas aquisições de terras especificamente destinadas aos projetos de reordenação fundiária implementados com amparo no Banco da Terra, dentro dos limites previstos no Orçamento Geral da União, em cada ano;

IV - dotações consignadas no Orçamento Geral da União e em créditos adicionais;

V - dotações consignadas nos Orçamentos Gerais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VI - retorno de financiamentos concedidos com recursos do Fundo e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;

VII - doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;

VIII - recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual ou municipal;

IX - empréstimos e financiamentos de instituições financeiras nacionais e internacionais;

X - recursos diversos, inclusive os resultantes das aplicações financeiras dos recursos do Banco da Terra.

Capítulo III - Da Destinação dos Recursos

Art. 3º Os recursos financeiros que vierem a constituir o Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão utilizados no financiamento da compra de imóveis rurais e da implantação da infra-estrutura prevista nos projetos de reordenação fundiária promovidos pelo Banco da Terra e no pagamento das obrigações decorrentes de sua própria operacionalização.

§ 1º A infra-estrutura de que trata o *caput* compreende os investimentos fixos e semifixos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades rurais nos imóveis financiados.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos do Fundo no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, a qualquer título, devendo os gastos da espécie ser suportados pelos órgãos ou pelas entidades a que pertencerem os servidores ou representantes envolvidos com o Fundo.

§ 3º Consideram-se dentre as obrigações citadas no *caput*, as despesas referentes a taxas de administração, remuneração de agentes financeiros, prestação de serviços de terceiros, tais como auditoria externa, publicações oficiais, custódia de títulos e outros, juros, encargos e amortizações de empréstimos e financiamentos.

Art. 4º Os recursos serão aplicados por meio de financiamentos individuais ou coletivos para os beneficiários definidos no art.5º ou suas cooperativas e associações, observado o Plano de Aplicação Anual das disponibilidades financeiras do Fundo, conforme aprovado pelo Conselho Curador do Banco da Terra.

Parágrafo único. O Plano de que trata este artigo poderá prever o financiamento de investimentos fixos e semifixos indispensáveis ao atendimento dos objetivos dos projetos de reordenação fundiária.

Capítulo IV - Dos Beneficiários

Art. 5º Poderão ser beneficiados com financiamentos amparados em recursos do Banco da Terra:

I - trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária;

II - agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes propiciar o próprio sustento e o de suas famílias.

§ 1º O prazo de experiência previsto no inciso I deste artigo compreende o trabalho na atividade agropecuária exercido até a data do pedido de empréstimo ao Fundo praticado como autônomo, empregado ou como integrante do grupo familiar, podendo ser

comprovado mediante uma das seguintes formas:

I - registros e anotações na Carteira de Trabalho;

II - declarações das cooperativas ou associações representativas de grupos de produtores ou trabalhadores rurais, quando o beneficiário integrar projetos de reordenação fundiária promovidos pelas respectivas entidades;

III - atestado de órgãos ou entidades estaduais ou municipais participantes da elaboração e execução dos projetos de reordenação fundiária promovidos pelo Banco da Terra;

IV - sindicato de trabalhadores ou de produtores rurais que jurisdicionar a área do imóvel, quando se tratar de financiamento para aquisição isolada de imóvel rural ou de área complementar, quando o beneficiário não possuir a área de que trata o inciso II do *caput* há menos de cinco anos.

§ 2º A insuficiência de renda de que trata o inciso II do *caput* deverá ser comprovada e atestada por qualquer das entidades de que trata o inciso IV do parágrafo anterior.

Art. 6º O beneficiário de financiamento concedido com recursos do Banco da Terra só poderá repassá-lo a quem se enquadrar como beneficiário na forma do art. 5º deste Decreto e com a anuência do credor.

Parágrafo único. A liquidação antecipada dos financiamentos lastreados em recursos do Banco da Terra não assegurará ao mutuário o direito a eventuais redutores e rebates previstos no parágrafo único do art. 10, relativos às parcelas vincendas da operação.

Art. 7º As entidades representativas de produtores e de trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, poderão pleitear financiamento do Fundo para implantar projetos destinados aos beneficiários indicados no art. 5º.

§ 1º Os financiamentos concedidos às entidades citadas no *caput*, vinculados aos projetos de reordenação fundiária amparados pelo Fundo, devem guardar compatibilidade com a natureza e o porte dos respectivos projetos.

§ 2º As entidades de que trata este artigo poderão adquirir a totalidade do imóvel rural para posterior repasse da propriedade da terra e das benfeitorias, assim como das dívidas correspondentes aos seus cooperados ou associados beneficiários do projeto de reordenação fundiária apoiado pelo Fundo.

Capítulo V - Dos Impedimentos

Art. 8º É vedada a concessão de financiamentos com recursos do Fundo àquele que:

I - já tiver sido beneficiado com esses recursos, mesmo que tenha liquidado o seu débito;

II - tiver sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, bem como o respectivo cônjuge;

III - exerça função pública, autárquica ou em órgão paraestatal ou, ainda, se achar investido de atribuições parafiscais;

IV - dispuser de renda anual bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, superior a R$ 15.000,00 (quinze mil reais);

V - tiver sido, nos últimos três anos, contados a partir da data de apresentação do pedido ao amparo do programa, proprietário de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar;

VI - for promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;

VII - dispuser de patrimônio, composto de bens de qualquer natureza, de valor superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Capítulo VI - Das Condições Gerais do Financiamento

Art. 9º O Banco da Terra financiará a compra de imóveis rurais com prazo de amortização de até vinte anos, inclusive até três de carência.

Art. 10. Os financiamentos fundiários de que trata o artigo anterior terão juros limitados a doze por cento ao ano, podendo as amortizações de capital e de encargos financeiros ter redutores de até cinqüenta por cento durante o prazo de vigência da operação, observado o teto anual de rebate por beneficiário.

Parágrafo único. Os percentuais de rebates de que trata o *caput* serão fixados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN –, a partir de proposta do Conselho Curador, observado o seguinte:

I - os percentuais redutores poderão incidir isolada ou conjuntamente sobre o capital e os encargos por determinado período, limitado ao prazo máximo da operação;

II - os percentuais de rebate e sua duração serão maiores quando o empreendimento se localizar em regiões carentes ou deprimidas, ou bolsões de pobreza em regiões desenvolvidas, selecionadas pelo Conselho Curador do Fundo ou, ainda, em áreas de interesse especial do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal;

III - em qualquer caso, o rebate anual por beneficiário não poderá ultrapassar o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 11. Os encargos financeiros, prazos, limites de financiamento e outras condições operacionais básicas de financiamento dos demais investimentos fixos e semifixos, indispensáveis à implementação dos projetos de reordenação fundiária, serão fixados pelo CMN, a partir de proposta do Conselho Curador do Banco da Terra.

Art. 12. O risco dos financiamentos concedidos ao amparo dos recursos do Banco da Terra será do Fundo.

Art. 13. O limite dos financiamentos fundiários que poderá ser de até cem por cento dos valores orçados, incluídos custos de documentação de transferência da propriedade do imóvel, será fixado pelo CMN para as diversas regiões do país.

Art. 14. Os esquemas de resgate dos financiamentos serão estabelecidos em função da capacidade de pagamento a ser gerada pelos empreendimentos e de forma a possibilitar o mais rápido retorno dos capitais.

Art. 15. Os projetos integrados de reordenação fundiária deverão ser apoiados também nos diversos programas de fomento à agropecuária e à agroindústria, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger – e Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Parágrafo único. Na contratação dos financiamentos, os agentes financeiros deverão assegurar a tempestiva liberação dos recursos correspondentes, quaisquer que sejam as fontes.

Capítulo VII - Da Gestão Financeira

Art. 16. A gestão financeira do Fundo fica a cargo do BNDES, que terá as seguintes atribuições:

I - receber os recursos do Fundo, destinando a conta específica os valores encaminhados pelo Conselho Curador;

II - remunerar as disponibilidades financeiras da conta supracitada, garantindo à mesma taxa de remuneração das disponibilidades do BNDES;

III - liberar os recursos, destinando-os

de acordo com as instruções do Conselho Curador;

IV - disponibilizar para o Conselho Curador as informações referentes às movimentações efetuadas na conta específica, inclusive as relativas à remuneração das disponibilidades;

V - credenciar os agentes financeiros para operar com recursos do Banco da Terra;

VI - exigir que os apoios financeiros com recursos do Banco da Terra tenham garantia hipotecária ou alienação fiduciária dos imóveis financiados.

Capítulo VIII - Do Conselho Curador do Banco da Terra

Art. 17. Fica criado o Conselho Curador do Banco da Terra, órgão gestor de que trata o art. 5º da Lei Complementar nº 93, de 1998, com as atribuições de:

I - coordenar as ações interinstitucionais, de forma a obter sinergia operacional;

II - propor ao CMN normas capazes de permitir o financiamento de quaisquer projetos factíveis revestidos de essencialidade e legitimidade, que satisfaçam as condições deste Decreto;

III - definir as diretrizes gerais e setoriais para a elaboração do Plano de Aplicação Anual e das metas a serem atingidas no exercício seguinte;

IV - deliberar sobre o Plano e as metas de que trata o inciso anterior;

V - fiscalizar e controlar internamente o correto desenvolvimento financeiro e contábil do Fundo e estabelecer normas gerais de fiscalização dos projetos assistidos pelo Banco da Terra;

VI - deliberar sobre o montante de recursos destinados ao financiamento da compra de terras e da infra-estrutura;

VII - deliberar sobre medidas a adotar no caso de comprovada frustração de safras;

VIII - fiscalizar e controlar as atividades técnicas delegadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

IX - promover avaliações de desempenho do Banco da Terra;

X - adotar medidas complementares e eventualmente necessárias para atingir os objetivos do Fundo;

XI - propor a consignação de dotações no Orçamento Geral da União e de créditos adicionais;

XII - promover a formalização de acordos ou convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, visando a:

a) desobrigar de impostos as operações de transferência de imóveis, quando adquiridos com recursos do Fundo;

b) estabelecer mecanismos de interação que possam tornar mais eficientes as ações desenvolvidas em conjunto no processo de implementação de projetos de reordenação fundiária;

c) obter serviços técnicos para elaboração de projetos de reordenação fundiária e prestação de assistência técnica e extensão rural aos beneficiários;

XIII - buscar mecanismos alternativos e complementares de acesso à terra para exploração racional e fontes adicionais de recursos;

XIV - obter e enfatizar a participação dos poderes públicos estaduais e municipais e das comunidades locais em todas as fases de implementação dos projetos de reordenação fundiária como forma de conferir maior legitimidade aos empreendimentos programados, facilitar a seleção dos beneficiários e evitar a dispersão de recursos.

Art. 18. O Conselho Curador será integrado:

I - pelos seguintes Ministros de Estado:

a) Extraordinário de Política Fundiária, que o presidirá;

b) da Agricultura e do Abastecimento;

c) do Orçamento e Gestão;

d) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

II - pelo Presidente do BNDES;

III - pelo Presidente do Incra;

IV - por dois representantes dos potenciais beneficiários do Fundo, a serem convidados pelo Presidente do colegiado.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos I, letras "b", "c" e "d", e II e III serão representados, nas suas ausências e impedimentos, por seus substitutos eventuais.

§ 2º Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho indicará seu substituto dentre os demais representantes.

§ 3º Nas deliberações do Conselho, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 4º O Conselho deliberará por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 5º A participação no Conselho não será remunerada.

Art. 19. Integrará o Conselho Curador, sem direito a voto, um Secretário Executivo com o fim de promover a implementação das deliberações do colegiado.

Parágrafo único. O Secretário Executivo será designado pelo Presidente do Conselho Curador.

Art. 20. Para cumprir as atribuições fixadas para o Conselho Curador, o Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária deverá estruturar uma Secretaria Executiva, dotada de unidade gestora especial para processar os acordos e convênios, fiscalizar e acompanhar, bem como gerir os recursos orçamentários e financeiros e aqueles objetos de acordo de empréstimo com instituições internacionais de financiamento, bem como propor ao Conselho Curador as normas operacionais básicas do Fundo e seus Planos Anuais de Aplicação e de Metas e deliberar sobre propostas de financiamento amparadas em recursos do Banco da Terra, podendo delegar esta função total ou parcialmente.

Art. 21. As emissões de TDA, na forma prevista no inciso III do art. 2º deste Decreto e reguladas pelo Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, serão processadas em conformidade com normas operacionais aprovadas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. Os TDA de que trata o *caput* deste artigo cobrirão parte ou a totalidade dos custos da aquisição dos imóveis rurais, na forma fixada pelo Conselho Curador.

Capítulo IX - Das Disposições Finais

Art. 22. Na aprovação das programações anuais do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, deverá ser concedida prioridade na alocação de recursos para Estados e Municípios ou consórcios municipais que contribuam com recursos próprios no apoio ao programa.

Parágrafo único. A diretriz fixada no *caput* deste artigo não deve excluir os Estados que não disponham de recursos e que tenham elevada concentração de pobreza rural.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revoga-se o Decreto no 2.622, de 9 de junho de 1998.

Brasília, 13 de abril de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

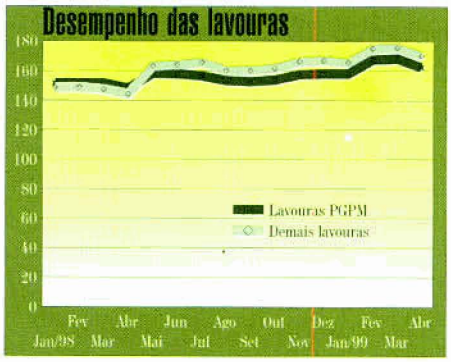
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

ÍNDICES DE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS

Valores nominais (base agosto de 1994=100)

Preços recuam

A boa safra nacional e as baixas cotações do mercado internacional contribuem para o recuo dos preços recebidos.



Produtos	Lavouras	Lavouras - Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária - IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan.1998	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan.1999	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168,104
Mar.	168,302	175,771	151,601	119,083	149,868	153,863	152,860	153,310	143,135	136,347	278,525	172,907
Abr.	162,486	170,244	145,620	117,742	145,899	153,940	156,728	157,336	143,872	144,975	276,998	175,515

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.

Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.

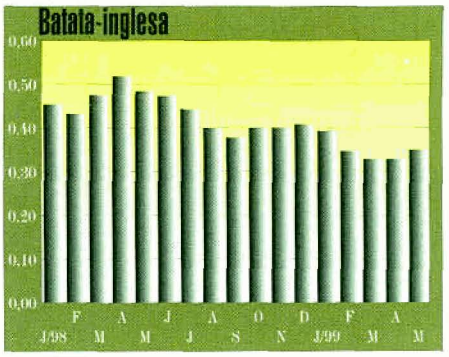
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de maio de 1999/unidade

Batata se recupera

No início do ano a expansão da safra provocou sensível baixa de preços e redução no plantio da segunda safra do tubérculo. Os efeitos se fazem sentir na recuperação dos preços.



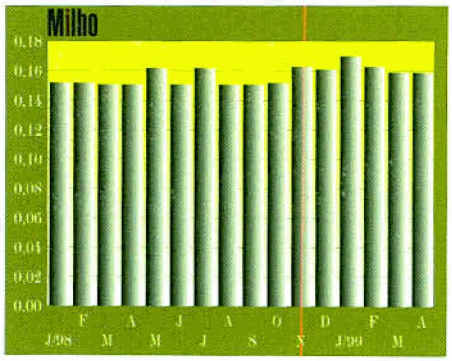
Anos/ produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15 kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)
Média 1990	0,628	0,544	0,327	0,430	0,496	21,061	0,837	18,303	0,971	2,157	4,490
Média 1991	0,649	0,644	0,415	0,433	0,531	23,858	0,797	19,560	0,964	2,238	3,454
Média 1992	0,573	0,448	0,305	0,318	0,343	23,632	0,687	20,305	0,750	3,104	3,397
Média 1993	0,643	0,570	0,301	0,335	0,375	20,881	0,868	18,135	0,940	2,783	2,690
Média 1994	0,650	0,512	0,292	0,428	0,586	21,944	1,547	18,706	1,130	2,388	3,634
Média 1995	0,569	0,460	0,239	0,637	0,431	20,303	1,400	16,813	0,674	2,213	3,473
Média 1996	0,590	0,471	0,249	0,500	0,332	19,106	1,150	18,316	0,738	2,462	2,216
Média 1997	0,639	0,561	0,258	0,390	0,361	24,239	1,509	18,740	0,664	2,206	2,523
Média 1998	0,544	0,436	0,311	0,401	0,439	25,900	1,350	18,280	1,127	2,197	3,032
Jan. 1998	0,628	0,466	0,281	0,346	0,455	25,690	1,711	18,621	0,650	2,208	2,663
Fev.	0,617	0,400	0,281	0,368	0,433	24,364	1,721	18,400	0,725	2,186	2,749
Mar.	0,583	0,389	0,281	0,378	0,475	24,308	1,641	18,854	0,777	2,214	3,164
Abr.	0,541	0,422	0,270	0,378	0,519	25,032	1,525	18,728	0,854	2,173	2,844
Maio	0,518	0,442	0,291	0,410	0,485	27,694	1,349	18,643	1,413	2,179	2,622
Jun.	0,516	0,441	0,301	0,420	0,473	27,488	1,248	18,344	1,582	2,130	2,819
Jul.	0,518	0,464	0,313	0,421	0,443	26,642	1,145	18,132	1,415	2,149	2,851
Ago.	0,530	0,444	0,314	0,422	0,400	26,039	1,168	18,239	1,341	2,142	3,105
Set.	0,519	0,454	0,335	0,422	0,379	26,099	1,136	18,038	1,190	2,197	3,322
Out.	0,520	0,444	0,346	0,422	0,400	25,999	1,137	17,871	1,212	2,241	3,355
Nov.	0,521	0,434	0,358	0,412	0,401	26,123	1,182	18,098	1,160	2,310	3,416
Dez.	0,515	0,430	0,354	0,408	0,408	25,321	1,235	17,396	1,203	2,234	3,479
Jan. 1999	0,531	0,425	0,340	0,414	0,393	25,437	1,274	16,933	1,147	2,198	3,694
Fev.	0,529	0,437	0,335	0,386	0,346	33,037	1,342	16,275	0,966	2,074	3,883
Mar.	0,568	0,469	0,319	0,419	0,329	31,451	1,326	15,900	0,877	2,123	3,977
Abr.	0,578	0,488	0,299	0,419	0,329	26,498	1,286	15,606	0,817	2,013	3,538
Maio	0,570	0,520	0,280	0,420	0,350	24,640	1,280	14,730	0,660	1,990	3,010

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de maio de 1999/unidade

Milho estabiliza

À medida que avança a safra, os preços retornam a seu patamar.



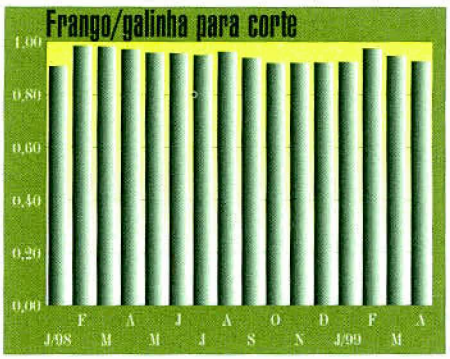
Anos/ produtos	*Milho* (kg)	*Mandioca (raiz)* (t)	*Soja* (kg)	*Tomate* (kg)	*Trigo em grão* (kg)	*Cebola* (kg)	*Mamona* (kg)	*Pimenta-do-reino* (kg)	*Sisal* (kg)	*Uva* (kg)	*Bezerro até um ano* (cabeça)
Média 1990	0,219	65,073	0,261	0,589	0,211	0,850	0,311	1,509	0,225	0,407	207,666
Média 1991	0,234	77,928	0,322	0,503	0,212	0,501	0,256	1,244	0,225	0,354	183,945
Média 1992	0,208	88,087	0,334	0,471	0,250	0,531	0,277	1,024	0,207	0,300	167,643
Média 1993	0,214	87,414	0,330	0,443	0,230	0,540	0,314	1,105	0,220	0,617	180,698
Média 1994	0,184	62,787	0,289	0,563	0,192	0,427	0,316	1,785	0,265	0,398	208,338
Média 1995	0,151	88,561	0,218	0,519	0,191	0,588	0,315	2,107	0,320	0,541	184,288
Média 1996	0,176	92,723	0,278	0,431	0,235	0,270	0,311	1,841	0,305	0,224	141,300
Média 1997	0,140	86,301	0,300	0,353	0,169	0,559	0,275	3,565	0,344	0,310	135,094
Média 1998	0,155	80,146	0,243	0,441	0,166	0,472	0,255	4,630	0,303	0,945	136,544
Jan. 1998	0,152	78,033	0,303	0,433	0,162	0,466	0,260	4,330	0,303	0,650	133,332
Fev.	0,152	80,475	0,281	0,422	0,162	0,476	0,249	4,135	0,303	0,704	131,801
Mar.	0,151	78,862	0,259	0,443	0,162	0,475	0,248	4,859	0,281	0,767	132,963
Abr.	0,151	74,384	0,238	0,476	0,162	0,433	0,249	4,433	0,281	0,779	136,073
Maio	0,162	75,520	0,237	0,529	0,162	0,378	0,248	4,574	0,291	1,251	137,425
Jun.	0,151	78,140	0,226	0,527	0,172	0,452	0,237	5,153	0,301	1,076	137,345
Jul.	0,162	82,776	0,227	0,518	0,173	0,454	0,248	5,043	0,302	1,091	138,683
Ago.	0,151	81,742	0,216	0,465	0,173	0,422	0,260	4,890	0,314	1,093	137,520
Set.	0,151	81,143	0,227	0,379	0,162	0,465	0,271	4,642	0,325	1,006	138,460
Out.	0,152	82,610	0,227	0,379	0,162	0,585	0,260	4,524	0,303	0,974	138,245
Nov.	0,163	84,061	0,239	0,380	0,174	0,553	0,260	4,446	0,325	0,987	138,639
Dez.	0,161	84,005	0,236	0,344	0,161	0,505	0,268	4,532	0,311	0,966	138,040
Jan. 1999	0,170	77,170	0,223	0,361	0,159	0,457	0,276	4,416	0,297	1,062	137,312
Fev.	0,163	77,450	0,264	0,356	0,173	0,396	0,295	4,463	0,305	1,017	137,598
Mar.	0,159	82,300	0,259	0,339	0,189	0,399	0,289	5,044	0,329	0,847	139,509
Abr.	0,159	85,414	0,239	0,319	0,199	0,419	0,299	4,803	0,339	0,857	143,713
Maio	0,150	87,260	0,240	0,360	0,210	0,430	0,310	5,500	0,320	0,850	146,160

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de maio de 1999/unidade

Frango em queda

Apesar de se registrar uma queda nos preços da ave a situação dos produtores melhorou pois a queda dos preços do milho foi ainda maior.



Anos/ produtos	*Boi gordo para corte* (15 kg)	*Vaca leiteira de raça* (cabeça)	*Vaca leiteira comum* (cabeça)	*Suíno para corte* (15 kg)	*Frango/galinha para corte* (kg)	*Leite* (kg)	*Lã* (kg)	*Ovos* (kg)	*Mel de abelha* (kg)	*Boi magro* (cabeça)
Média 1990	42,309	1.018,799	625,135	25,291	1,832	0,429	37,839	1,136	4,254	388,930
Média 1991	38,995	821,513	513,649	24,195	1,565	0,403	22,340	0,993	4,984	336,225
Média 1992	37,209	703,093	438,463	20,961	1,373	0,378	35,380	0,966	3,215	313,078
Média 1993	39,436	750,424	466,813	23,424	1,386	0,392	29,395	1,081	3,341	328,233
Média 1994	38,279	939,036	570,722	21,551	1,319	0,352	34,865	1,012	3,880	367,107
Média 1995	31,133	1.034,422	579,495	19,530	1,075	0,366	43,188	0,821	6,586	324,004
Média 1996	26,512	842,556	454,506	15,840	1,006	0,323	32,222	0,905	6,490	263,352
Média 1997	26,820	780,033	417,275	18,034	0,942	0,283	34,696	0,876	5,522	253,976
Média 1998	28,057	734,629	392,036	16,644	0,949	0,267	28,399	0,835	5,860	252,955
Jan. 1998	27,465	764,734	413,573	17,083	0,909	0,260	37,230	0,747	5,662	247,817
Fev.	27,308	741,777	397,656	17,015	0,985	0,249	31,270	0,779	5,726	247,551
Mar.	27,320	730,967	388,911	16,835	0,983	0,259	29,793	0,799	5,561	253,303
Abr.	27,411	729,238	389,251	16,804	0,973	0,260	31,499	0,854	5,763	256,596
Maio	27,230	724,474	383,199	16,744	0,960	0,270	29,841	0,906	5,750	252,679
Jun.	27,123	724,598	389,680	16,558	0,958	0,280	28,016	0,882	5,831	248,924
Jul.	27,786	733,437	388,425	16,609	0,950	0,281	28,996	0,886	5,972	251,977
Ago.	28,333	733,499	388,900	16,682	0,963	0,281	30,702	0,855	6,080	252,613
Set.	28,956	736,024	389,161	16,426	0,941	0,281	29,713	0,833	6,146	253,320
Out.	29,193	735,541	388,910	16,150	0,920	0,271	24,798	0,833	6,083	255,719
Nov.	29,181	736,828	390,769	16,114	0,922	0,260	21,438	0,835	6,062	257,769
Dez.	29,380	724,433	395,994	16,709	0,923	0,258	17,493	0,805	5,681	257,191
Jan. 1999	29,036	712,953	388,103	17,326	0,924	0,255	17,177	0,775	5,797	262,989
Fev.	29,175	701,695	372,114	17,373	0,976	0,244	16,153	0,793	5,550	257,306
Mar.	29,866	688,981	370,558	17,624	0,947	0,249	16,079	0,817	5,473	256,718
Abr.	29,418	698,832	376,537	17,509	0,927	0,249	17,021	0,787	5,421	262,492
Maio	28,220	698,020	382,770	16,020	0,910	0,270	17,080	0,810	5,470	267,480

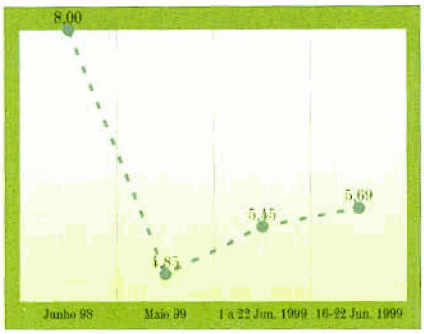
IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO*

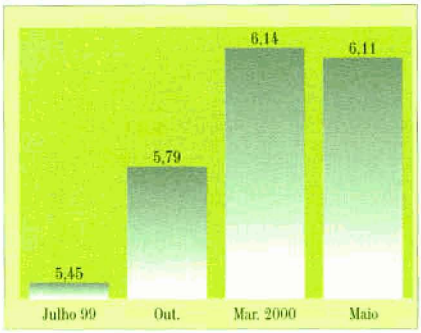
Mercado externo

As previsões de mercado foram feitas no dia 23 de junho último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 1999.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar

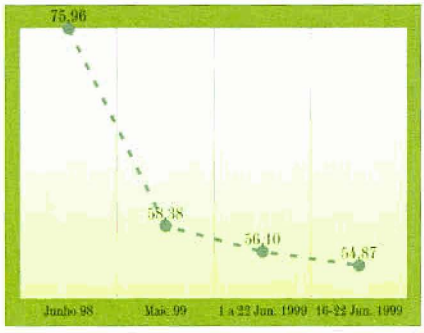


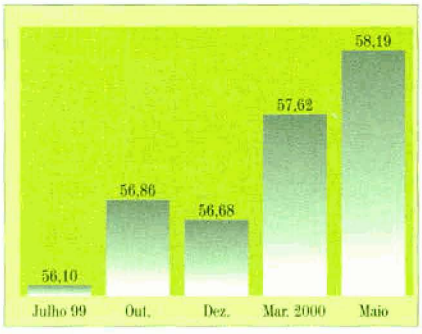


USc/lb. peso mundial branco

O crescimento da safra 99/00 na Índia e no Brasil, grandes exportadores mundiais, supera o incremento previsto para o consumo, mantendo as expectativas de baixa sobre as cotações futuras.

Algodão

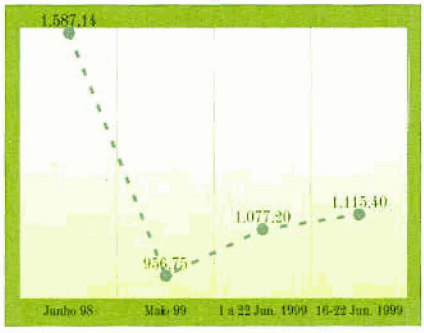


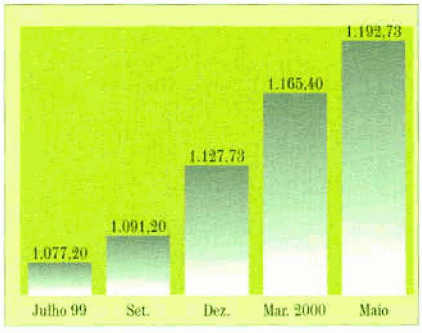


1-1/16" USc/lb. peso

A recuperação da demanda asiática não se confirma e a previsão de consumo para o ano-safra 99/00 é inferior à verificada na safra 96/97, mantendo pressionadas para baixo as cotações futuras.

Cacau

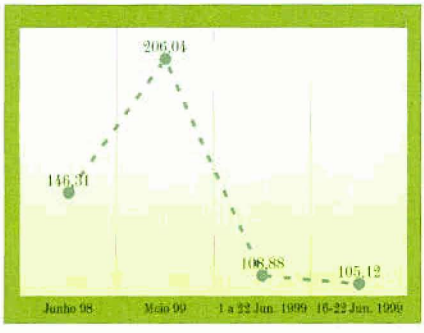


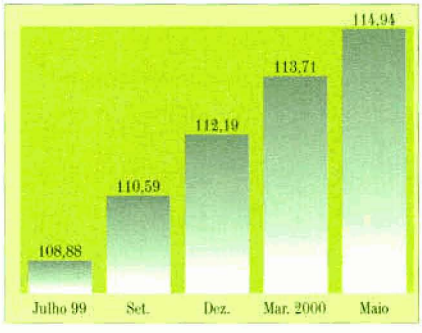


Bahia US$/t

O mercado permanece na expectativa das safras africanas de 1999/2000, que ainda projetam um cenário baixista.

Café





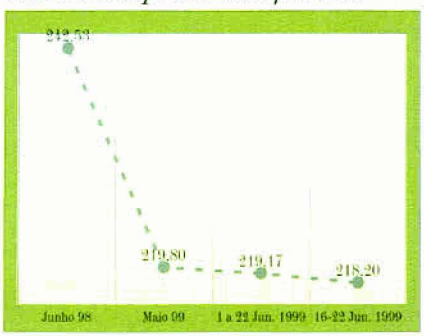
Contrato com Nova York USc/lb. peso

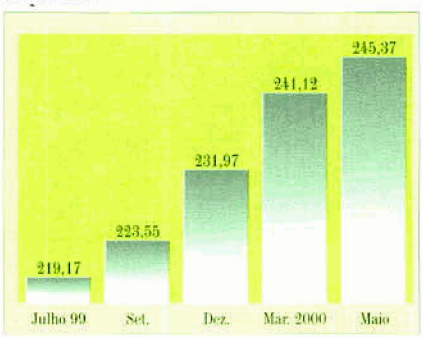
O mercado ainda trabalha com a possibilidade de geadas nas regiões produtoras no Brasil e uma menor oferta para esse ano.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

AGROANALYSIS

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

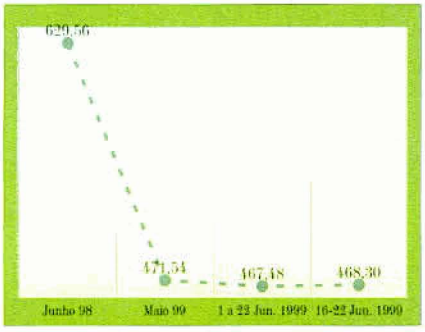


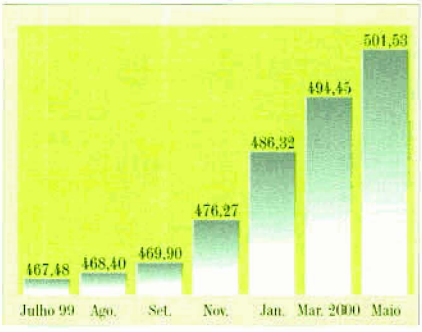


Milho

two yellow US¢/bushel

Há expectativas de que as boas condições climáticas no Corn Belt norte-americano impulsionem a colheita da atual safra, o que deverá desaquecer as cotações devido ao elevado volume de estoques livres nos EUA que estão sendo oferecidos à comercialização.

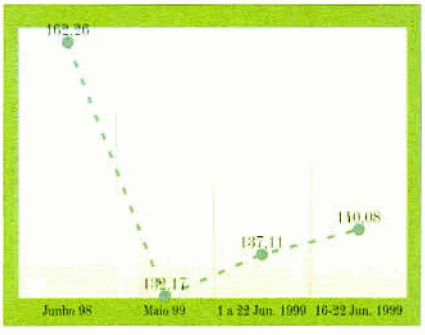


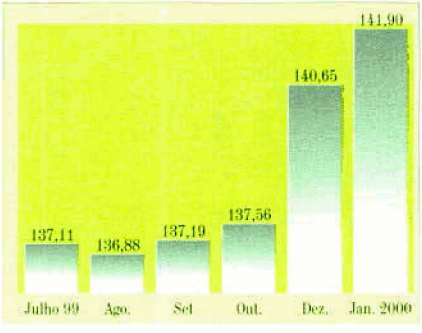


Soja

grão one yellow US¢/bushel

Sem problemas relevantes de clima sobre a safra 99/00 dos EUA, a persistência de estagnação na demanda mundial de derivados mantém as cotações futuras pressionadas para baixo.

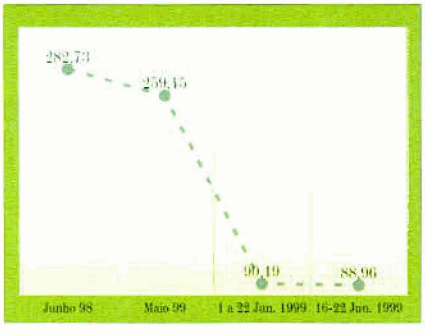


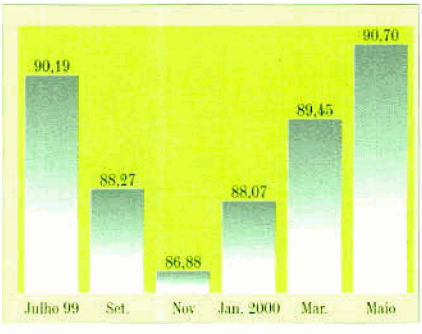


Soja

farelo US$ / t

Perspectivas de novo aumento na safra de grão 99/00 e demora na recuperação da demanda asiática estão pressionando para baixo as cotações futuras do farelo na CBOT.

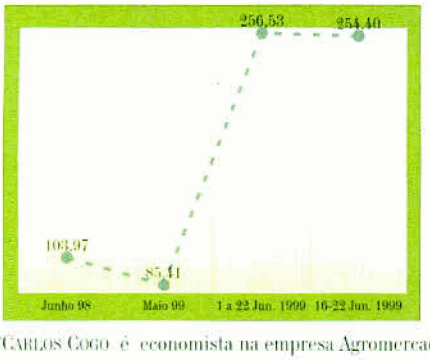


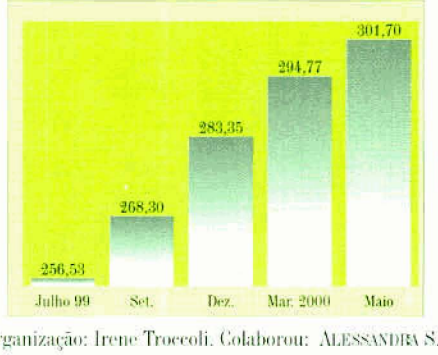


Laranja

suco US¢/lb. peso

O mercado vem se caracterizando por tom baixista ditado pelos elevados estoques de suco no Brasil e pela moderação na revisão baixista da safra norte-americana 1998/99 divulgada pela Usda em junho.





Trigo

soft red US¢/bushel

A safra 99/00 está estimada em 567 milhões de t, contra as 585 milhões produzidas na safra 98/99, reduzindo os estoques finais e dando sustentação às altas nas cotações futuras.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: ALESSANDRA S. VAZ. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

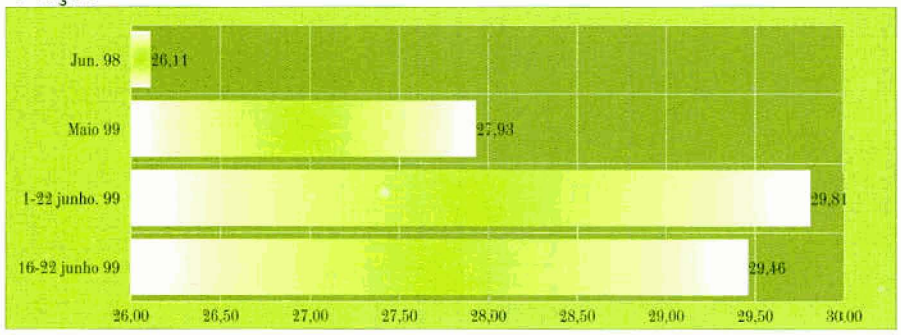
AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 23 de junho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para maio de 1999. Os preços de junho de 1999 são nominais.

Preços



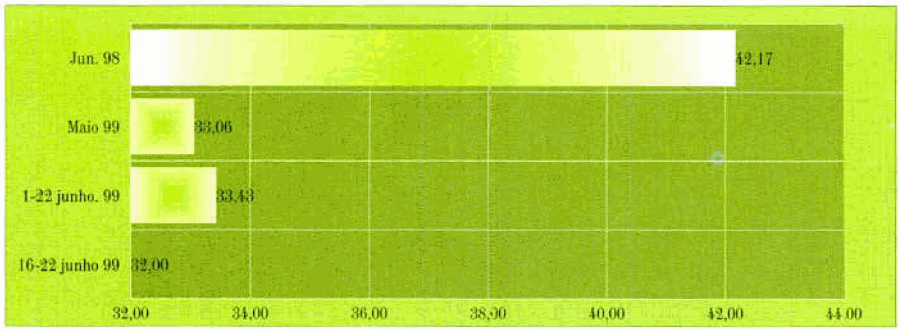
Tendência

Algodão

Fatores ponderáveis

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

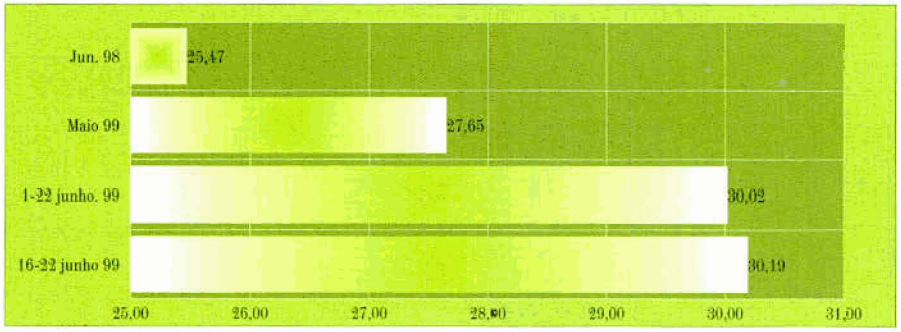
O ingresso da safra do Mato Grosso, maior produtor nacional, mantém o mercado bastante ofertado, determinando estabilidade nas cotações em nível de produtor e de agroindústria.



Arroz

agulhinha R$/sc. 60kg

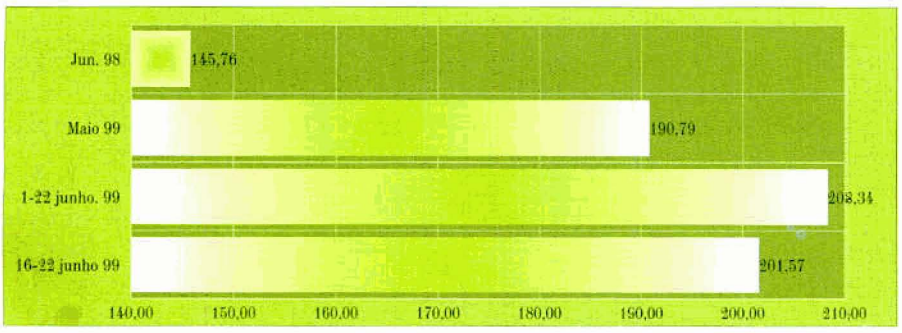
O início dos leilões de contratos de opções para os produtores do RS reduz a pressão de oferta e promove estabilidade nas cotações do arroz em casca.



Boi

gordo R$/arroba

O início da entressafra nos principais estados produtores e a melhoria do clima no Centro-Sul reduzem a oferta e permitem o avanço das cotações do boi gordo.



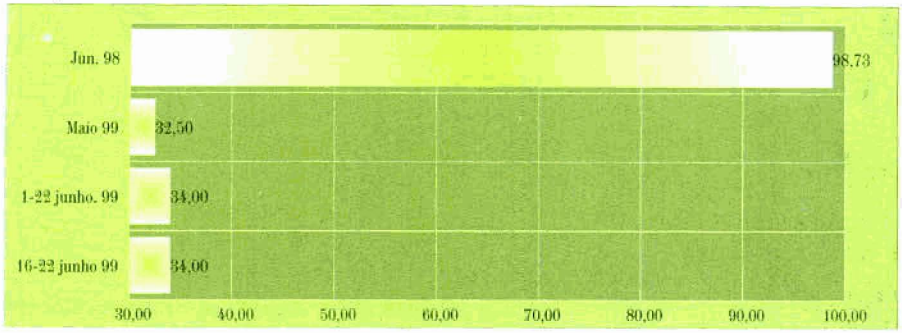
Café

tipo 6 R$/sc. 60kg

Um cenário de oferta menor e estoques mais reduzidos aumenta as expectativas de alta no médio prazo.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

Preços



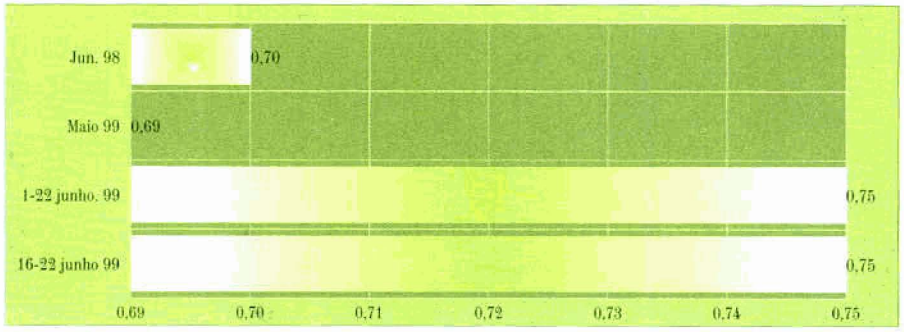
Tendência

Feijão

Fatores ponderáveis

carioquinha especial R$/sc. 60kg

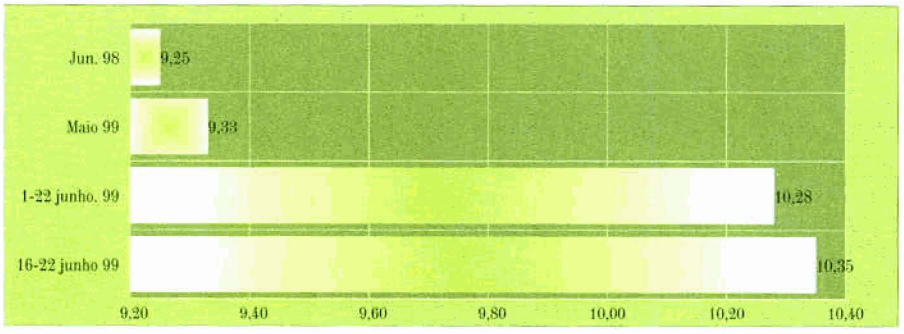
A confirmação do crescimento de mais de 40% na produção da segunda safra e a estimativa de uma boa produtividade na terceira safra mantêm a tendência de baixa sobre as cotações em nível de produtor e no atacado.



Frango

vivo R$/kg

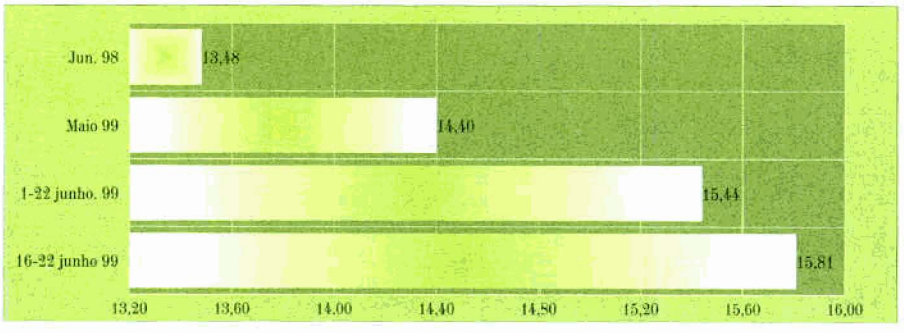
A elevada oferta da ave vem freando os aumentos nos preços que os criadores desejariam implementar por conta dos avanços que vêm sendo observados nas cotações do milho.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

As cotações do grão vêm se sustentando conforme as informações sobre a evolução da safrinha, que não são otimistas, e os estoques oficiais se revelam extremamente baixos.



Soja

grão industrial R$/60kg

O descolamento das cotações domésticas da Bolsa de Chicago, decorrente do forte fluxo de exportações registrado no primeiro semestre do ano, determina um quadro de relativa escassez e fortalecimento das cotações em nível de produtor.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; Arroz – Instituto Rio Grandense de Arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.



Diário de bordo

A ONU e o cooperativismo

Roberto Rodrigues

O secretário-geral das Nações Unidas preparou, após considerações recebidas do *Committee for the Promotion and Advancement of Cooperatives* – Copac –, em colaboração com a Aliança Cooperativa Internacional – ACI –, uma extensa mensagem dirigida a todos os governos dos países filiados à ONU, recomendando que apóiem as cooperativas e o movimento cooperativista.

É a primeira vez na história que isso acontece, e a proposta do secretário deverá ser analisada na próxima plenária da organização, a partir de setembro. No rastro da recomendação, a Comissão da Comunidade Européia também prepara um documento semelhante, "Página branca" (uma referência à paz) em apoio ao cooperativismo europeu.

As novas cooperativas da chamada Segunda Onda são um braço econômico da organização social, parceiras adequadas para governos democráticos sérios com objetivos semelhantes: geração de emprego, distribuição da renda, defesa do meio ambiente, segurança alimentar entre outros.

Enquanto tais documentos são preparados, as cooperativas vivem uma etapa de grandes dificuldades – problemas internos dos diferentes países, efeitos da globalização econômica e liberalização comercial a exigir eficiência e competitividade a todo custo. Cada qual a seu modo, tratam de reagir.

Na Holanda, cooperativas de leite extremamente profissionalizadas vivem um processo de concentração – fusões e incorporações – semelhante ao vivido pela Dinamarca, embora menos veloz.

Na Dinamarca hoje existe apenas uma gigantesca central de cooperativas de leite, resultante da fusão recente de duas grandes centrais, fortemente contestada pela concorrência e até pelo governo como elemento monopolista.

A Holanda, com cautela, vai na mesma direção, assim como outros países europeus, americanos e asiáticos. Seguem o movimento das grandes empresas privadas, sobretudo transnacionais, e se organizam.

Uma delas é o foco da atividade. Uma cooperativa de produtores de leite que produz derivados de leite (queijos, leite em pó, manteiga) só faz isso: só tem a fábrica, nada mais. E naturalmente tem a função comercial de achar mercado para seus produtos, estejam onde estiverem.

Mas se os associados precisarem comprar insumos, rações, produtos veterinários ou equipamentos, devem fazê-lo em outra cooperativa, que tem foco nessas atividades.

E se demandarem assistência veterinária – transferência de embriões, inseminação artificial – irão a outra cooperativa ou a empresas privadas especializadas. O desenvolvimento tecnológico – pesquisas sobre alimentação ou melhoramento genético – será efetivado por empresas privadas, inclusive cooperativas, em parcerias com o governo.

Cada produtor, com suas 40 a 60 vacas na média, com elevada produtividade por hectare de pasto, tem seu equipamento de resfriamento de leite, buscado a cada três dias por empresa de transporte especializada, contratada pela cooperativa. É a terceirização.

O profissionalismo é impressionante. As regras de controle ambiental impostas pelo governo são muito rígidas e abrangentes. Nas regiões de hortifrutigranjeiros por exemplo já é muito difícil construir novas estufas; é preciso preservar o verde. Certos gansos migratórios que vêm do Norte e destroem plantações inteiras não podem ser atacados. Os agricultores atingidos são indenizados pelo governo por seus prejuízos. O mesmo com relação a outras aves, como cisnes, ou com raposas e lebres.

Mas a concentração está levando a questionar sobre o distanciamento crescente entre a base e a liderança dessas gigantescas cooperativas. O cooperado que produz leite tem algum controle sobre os mecanismos de exportação criados pela cooperativa? Suas cotas – que custam caro e são muito estritas – têm a ver com a propaganda do queijo?

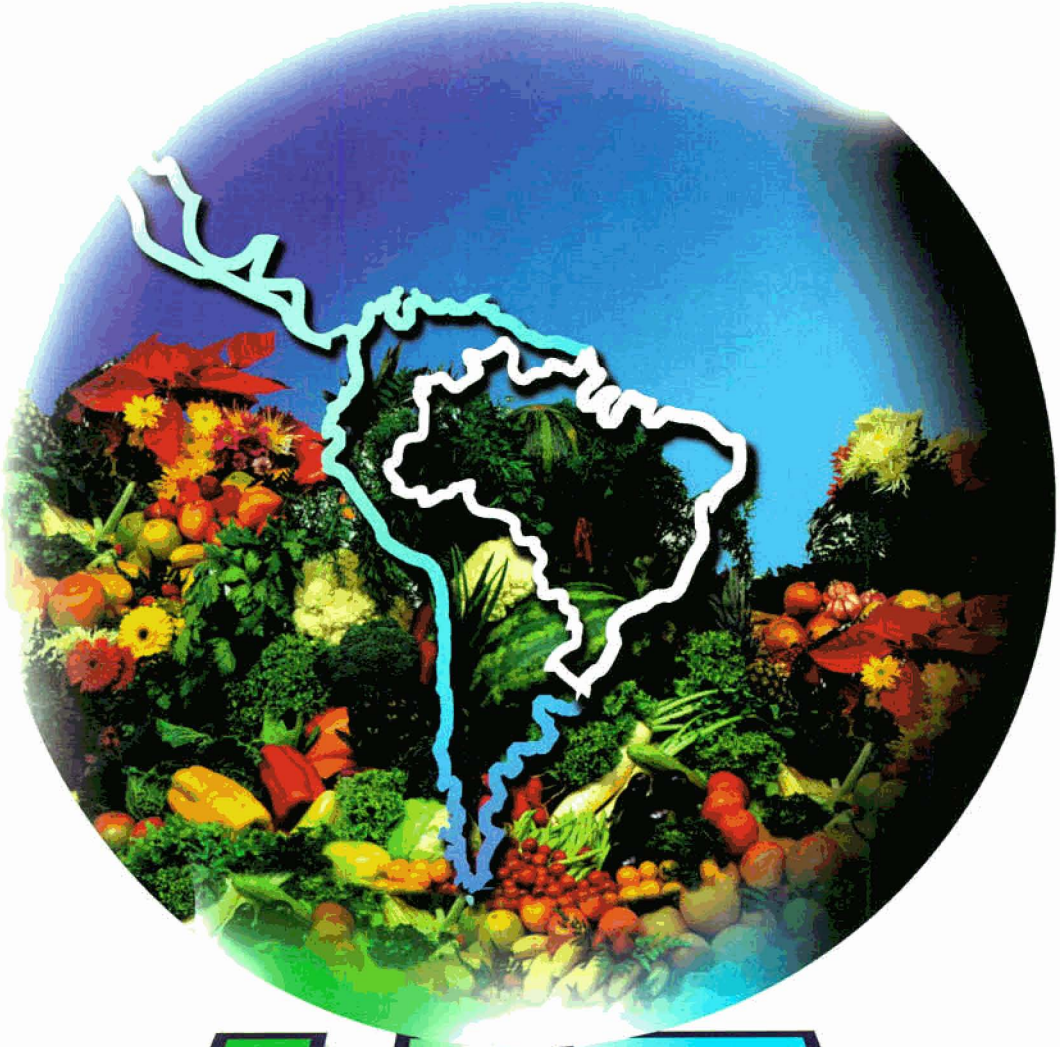
A questão é relevante, porque implica uma discussão muito mais profunda. Até que ponto cooperativas imensas são *sentidas* pelos cooperados como sua propriedade? Até que ponto não se sentem eles manipulados pelas empresas e por seus dirigentes? Têm liberdade ou não?

É verdade que o assunto transcende o cooperativismo: na Holanda o voto não é obrigatório e, dependendo das eleições – nacionais ou regionais – a abstenção é de até mais de 50%. De certa forma, isto também não é falta de compromisso? Não estamos dentro de um quadro em que as instituições públicas ou privadas estão longe da base, do seu povo? São perguntas feitas pelos próprios holandeses.

Se isso está ocorrendo – e está – falta algo essencial: comunicação. Se não existir comunicação entre o comando da cooperativa e sua base, com transparência absoluta e informações permanentes, perde-se o sentido de propriedade, desaparece o compromisso mútuo e a unidade se fragmenta. A comunicação eficiente é o *pescoço* da cooperativa, responsável pela manutenção da cabeça (a direção) sobre o corpo (os associados). Sem comunicação, a cooperativa está decapitada.

Sem comunicação, como um governo pode motivar seu povo a participar? É difícil, especialmente numa época em que a concentração econômica em todos os setores implica o crescimento da exclusão. As pessoas se sentem excluídas e com isso a participação passa a ser uma abstração. Mas no caso das cooperativas, a participação é o calcanhar-de-aquiles.

Por tudo isso, independentemente da eficiência das cooperativas holandesas, o documento da ONU tem um papel de realce neste momento.



HF

Linha Hortifruti Bayer

Bayer

Proteção das Plantas

RINO

CASE



PULVERIZADOR. DE CONCORRENTES.

Pulverizador Case

A CASE excede mais uma vez. Pulverizador Autopropelido Case SPX 3185. O melhor pulverizador do mundo participando do mais moderno sistema de tecnologia que se conhece: Sistema Integrado Case de Agricultura. Resultados melhores. Mais efetivos. Mais avançados. E muito mais eficientes.



Barra de pulverização com sistema de autonivelamento de altura individualizado para cada asa • Controle de pulverização Dickey John com monitor • Motor turbodiesel com autonomia para 1 dia de trabalho • Sistema hidrostático para tração nas 4 rodas • Instrumentação completa na cabine • Suspensão top de linha confortável • Acoplamento de trailer tipo aeronave • Amortecedor com mola helicoidal • Bitola entre rodas ajustada hidraulicamente na cabine • Painel de proteção que evita o contato de plantas com a parte inferior do equipamento, protegendo as mangueiras • Possibilidade total de operação noturna.

CASE. Agricultura de Precisão.

CASE 80 ANOS DE BRASIL NA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA

APOIO AO PRODUTO

0800-552188